

Joseandra Sanderson da Cruz

Tendeiros de “Beira de Estrada”: caboclos – pluriativos de
Fontoura Xavier

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.João Carlos Tedesco.

Passo Fundo, 19 de setembro de 2012.

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus e àqueles que, de alguma forma, colaboraram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar meu existir no mundo.

Agradeço a meus pais, pelo incentivo durante esta jornada.

Às pessoas que foram entrevistadas e responderam às minhas perguntas com detalhes, fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Aos meus colegas e professores do curso de mestrado em História, com quem dividi as expectativas e ansiedades resultantes da formação acadêmica.

À Secretaria Municipal de Saúde de Fontoura Xavier, pela força e dedicação quanto aos detalhes da pesquisa realizada.

Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. João Carlos Tedesco, incansável nas leituras e nas colocações, exigindo melhorias e indicando bibliografias para um melhor trabalho. Agradeço a dedicação.

Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização de mais uma etapa de minha vida, o meu carinhoso agradecimento.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar a ocupação e a colonização da região de Soledade, aprofundando o estudo no município de Fontoura Xavier, com concentração nas tendas à beira da rodovia. Os agentes centrais são os comerciantes tendeiros que têm às margens da BR 386 no Km 273, suas tendas, local onde comercializam produtos e artigos produzidos e elaborados por eles mesmos. Trata-se de uma vida dedicada à agricultura e ao comércio, atividades desenvolvidas pelos moradores da comunidade de Vila Assis, tendo como fornecedores os pequenos agricultores. Estes cultivam suas lavouras e o produto era (é) comercializado nas tendas. Os produtos são característicos do cultivo de suas lavouras, como feijão, abóbora, amendoim, pinhão, entre outros, expandindo-se hoje para mercadorias trazidas de outros locais, como os tapetes de couro. As tendas surgiram como forma de ter um emprego e renda para o sustento das famílias. São trinta tendas cadastradas e estabelecidas naquele local. O caboclo é o elemento que ocupa destaque nelas, por ter sido marginalizado durante o processo da colonização. Exerceu atividades extrativas para os grandes proprietários, especialmente a erva-mate, alguns tinham pequena área cedida ou ocupada de onde retirava seu sustento na condição de explorado e subjugado. Encontrou a saída nas tendas como alternativa para sua subsistência. Sem organização no início, hoje, porém, em condições melhores. As primeiras tendas construídas foram em 1935, à beira da estrada, e de madeira. O caboclo comerciante hoje está numa situação melhor, mais organizada, em virtude dos incentivos liberados pelo governo Federal e Estadual e Municipal. A fundação da Associação dos Tendeiros foi de fundamental importância para essas melhorias. Nessa prática os tendeiros atuam desde longa data, passaram de geração a geração a prática, os saberes, os conhecimentos da lida com o comércio. É importante destacar o trabalho (agricultura) do caboclo comerciante, bem como do artesanato feito por eles mesmos. Ênfase maior é dada ao evento que acontece a cada ano: a Festa do Pinhão. Pelo fato de esse produto encontrar-se em abundância na região, denunciando uma vasta conservação de floresta araucária nativa.

Palavras-chave: Caboclos. Comerciantes. Às Margens da Br 386.

ABSTRACT

This research aims to show the occupation and colonization of the region of Soledad, deepening the study in the municipality of Fontoura Xavier, with concentration in the tents on the edge of the highway. The central agents are traders who have tendeiros the BR 386 no Km 273 their tents, where commercial products and articles manufactured and produced by themselves.

It is a life devoted to agriculture and trade activities by residents of the community of Vila Assisi, and small farmers as suppliers. The products are characteristic of the cultivation of their crops as beans, squash, peanuts, pine nuts, among others, expanding today to goods brought in from other places, such as leather carpets. The tents have emerged as a way to have jobs and income for the livelihood of families. Tents are thirty registered and established in that place. The Indian is the element that holds them featured by having been marginalized during the process of settling. Extractive activities exercised for landlords, especially the mate, had some small area assigned or occupied where withdrew their support on condition that exploited and subjugated. No organization at the start today, but in better conditions. The first tents were built in 1935 on the roadside, and wood. The Indian trader is better off today, more organized, because of incentives released by the Federal government and State and Municipal. The foundation of the Association of Tendeiros was essential for these improvements. In this practice the act tendeiros long time, passed from generation to generation the practice, knowledge, knowledge of dealing with trade. It was found that there were some advances and improvements in the functioning of this activity. New media marketing were implemented, including the use of credit cards as payment, the structure and location of the tents were evaluated in order to provide greater certainty for tendeiros and visitors. It is important to highlight the work (agriculture) of caboclo dealer, as well as crafts made by themselves. Emphasis is given to the event that happens every year: the Festival of the pinion. Because this product is found in abundance in the region, alleging a vast conservation of native Araucaria forest.

Keywords: Caboclos. Merchants. The BR 386

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização de Soledade.....	19
Figura 2 -Localização de Fontoura Xavier.....	50
Figura 3 – Fotos das tendas às margens da BR 386.....	56
Figura 4 – Tendas às margens da BR 386.....	61
Figura 5 –Modernização das tendas	69
Figura 6 – Fotos de Artesanatos.....	81
Figura 7 – Tapetes de Couro.....	87
Figura 8 - Fábrica de Vasos.....	90

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1- População urbana e rural	49
Tabela 2 –População de homens e mulheres	51

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR -	Brasil
CEASA -	Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CERFOX -	Companhia de Energia e Desenvolvimento Rural de Fontoura Xavier
CNPJ -	Certidão Nacional de Pessoas Jurídicas
DAER -	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DNER -	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNIT -	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PANPA -	Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários
SAA -	Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1- OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO EM SOLEDADE	
1.1- A presença do caboclo na região.....	17
1.2- A regulamentação agrária	21
1.3- Culturas e cultivos	25
1.4- A dimensão produtiva e extrativista: a erva-mate.....	29
2- AS MULTIPLAS CONCEPÇÕES EM TORNO DO CABOCLO	
2.1- Dimensões socioantropológicas	34
2.2- Trabalho, terra e a família: a lógica da vida do caboclo.....	39
2.3- Trabalho e renda na vida cotidiana do caboclo.....	42
2.4- A dimensão agrária religiosa do caboclo.....	43
3- FONTOURA XAVIER E OS CABOCLOS- COMERCIANTES E CAMPONESES	
3.1- O desenvolvimento do município de Fontoura Xavier.....	48
3.2- O caboclo tendeiro às margens da BR 386.....	52
3.3.- Associação dos tendeiros.....	60
3.4- As vantagens de ser associado.....	63
4- O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS TENDAS	
4.1- A implementação de novos meios de comercialização.....	66
4.2- A dimensão do trabalho.....	70
4.3- A questão de gênero	72
4.4- A relação da agricultura com os tendeiros.....	75
4.5- A confecção artesanal: saberes e trocas mercantis.....	79
4.6- Confecções artesanais em couro.....	86
4.7- Festa do Pinhão.....	88
4.8- Relações sociais e econômicas.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	96

ENTREVISTAS.....	101
ANEXOS	
ANEXO I- Fotos das Tendas às margens da BR 386.....	102
ANEXO II- Projeto das tendas.....	103
ANEXO III- Fotos das primeiras tendas às margens da BR 386 após a construção da rodovia	104
ANEXO IV – Estatuto Social da Associação dos Tendeiros.....	105
ANEXO V- Atas da Associação dos Tendeiros.....	116

INTRODUÇÃO

Consiste a minha sabedoria em ter sido muitas coisas e ter estado em muitos lugares.

Nietzsche

Produto de uma trajetória pessoal e coletiva, a discussão que traçamos aqui compõe-se de um processo de observações e práticas em diversos campos, que, em parte, se materializam neste debate que está sendo apresentado. A aproximação com o tema vem desde a pós-graduação em Sociologia, quando nos intrigou a realidade do comércio de caboclos às margens da BR 386. Para isso, nos valem de recursos metodológicos como entrevistas, contatos informais, questionários com perguntas objetivas em torno de um conjunto de temas do campo histórico dos empreendimentos comerciais, dos fatores mercantis em geral, do âmbito da identidade do camponês e do comerciante e da dinâmica logística, ambiental e pública (estado e prefeitura) de seu empreendimento comercial.

O caboclo comerciante, novos formatos que vem surgindo, caboclos ao mesmo tempo agricultores que se dedicam a produção pluriativa, que já existia desde 1935. A reconstrução para essa prática de pesquisa, organizou-se um questionário semiestruturado com questões em torno do tema e suas múltiplas correlações, em intensa sinergia com a vida familiar, cultural, de trabalho na agricultura, referida histórica estrutura pastoril na região e de aprendizagem nos processos de confecção de produtos.

Inicialmente, registramos que houve receio em chegar às tendas no meio rural, em virtude de nossa visita não alcançar a receptividade ideal, tendo em vista a profunda desconfiança e a falta de segurança vivida pelos tendeiros, moradores das margens da BR. Entretanto, quando da segunda visita, as relações tornaram-se mais alicerçadas na esfera da confiança.

Essas visitas domiciliares caracterizaram-se pela realização de entrevistas, individuais ou conjuntas, e pelas observações na residência dos sujeitos envolvidos na situação. Também os documentos relacionados com a situação foram instrumentos (atas, relatórios, dados estatísticos) importantes para o conhecimento dessa realidade, bem como nos proporcionaram conhecimento da vida e das ações dos caboclos comerciantes.

Utilizamos também fontes bibliográficas no intuito de analisar os aspectos históricos e econômicos da região. As fontes referenciais estão localizadas nos arquivos da Biblioteca Pública dos municípios de Soledade e Fontoura Xavier, caracterizadas como fontes primárias. O Estatuto da Associação dos Tendeiros de Fontoura Xavier, por exemplo, registra que o comércio perpassava de geração a geração, e possuía uma grande correlação com a agricultura desses camponeses. Destacamos que as fontes orais, obtidas através de entrevistas, igualmente foram esclarecedoras para a análise e compreensão do surgimento do comércio às margens da BR 386 e dos conhecidos “comerciantes de beira de estrada”. As pessoas mais idosas relatam como foi esse surgimento, revelando que os produtos agrícolas vendidos nas tendas garantiam o sustento das famílias que ali moravam. Os relatos orais e as informações genéricas colhidas junto aos moradores da Vila Assis, os chamados “caboclos”, permitiram melhor fundamentação e enriquecimento da temática desta pesquisa, especialmente quando foram confrontadas as fontes orais com as fontes escritas, com os documentos e demais evidências do passado.

Para Thompson,¹ a história oral envolve história de vida, a mesma pode servir para enriquecer a temática em questão, provocar outras perspectivas de análise, novas relações entre pesquisador e pesquisado. Neste trabalho damos importância especial às falas dos idosos, reconstituímos lembranças de tempos passados da vida rural das antigas tendas, dos processos mercantis. A volta no tempo e no espaço que a oralidade proporciona é uma das formas de se entender o passado e o presente. A memória está ligada às lembranças vividas e à participação no grupo social, contribuindo, assim, na reconstrução da história local/regional de grupos sociais.

Consideramos que apresentar as experiências de um grupo social a partir de sua memória é complexo, pois, como afirma Benjamin,² “as imagens desse passado nos chegam na forma de pequenos sinais, que precisam ser captados. A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja, irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”. Ainda continua o autor : “É por meio da memória que se podem arrancar do passado experiências que permanecem guardadas ou que foram silenciadas.”

A valorização da história local da vida cabocla, das antigas práticas mercantis à beira da rodovia, possibilitou compreender a trajetória da construção do espaço. As relações e os fenômenos que se encadearam na sua formação, a explicação para as formas aparentes e o

¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

² BENJAMIN, W. *Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 17.

entendimento do jogo de forças e interesses atuaram que para o atual arranjo espacial. A esfera do comércio e do comerciante de pequena escala e de circuitos curtos já possui mais de 80 anos na região.

Para Brum,³

os comerciantes das localidades interioranas e pequenas que comercializavam os excedentes na fase da agricultura tradicional, colocavam os produtores a mercê dos atacadistas, dos moinhos e das multinacionais que faziam a industrialização ou a comercialização internacional e de seus agentes locais, aviltando os preços e criando embaraços e dificuldades na comercialização. A agricultura familiar reúne aspectos importantes, tais como o trabalho familiar, a produção e as tradições culturais, portanto pode ser considerada como aquela que ao mesmo tempo em que é proprietária, assume os trabalhos no estabelecimento.

Analisamos a formação étnica e as principais atividades econômicas durante a consolidação do município de Fontoura Xavier, que se emancipou de Soledade em 1965. Nosso foco são os comerciantes de beira de estrada de Fontoura Xavier entre 1935 e 2010. As primeiras tendas de “beira de estrada” surgiram em 1935, assim chamadas pelos tendeiros, localizados às margens da BR 386, cuja atividade passou até então, como já dissemos de geração a geração.

As grandes questões desta pesquisa giram em torno dos processos que constituíram um contingente de caboclos comerciantes. Procuramos saber como foi a constituição desses comerciantes; quais foram os elementos que se agregam entre as identidades do caboclo e do comerciante; qual foi a relação desse processo com a infraestrutura rodoviária da região; quais foram os processos que se desenvolveram nas relações mercantis; que relações se constituem entre os caboclos comerciantes e a esfera pública local e estadual, principalmente no que se refere à logística e aos campos ambiental e cultural.

O texto trabalhado centraliza-se em torno da figura do caboclo que, na literatura historiográfica, possui identificações variadas em razão das suas especificidades regionais. Neste estudo adotamos os conceitos de Zarth e Marcon. Zarth⁴ designa o caboclo como lavrador nacional pobre e até mesmo alguns imigrantes alemães e de outras etnias. Entretanto, a maioria dos caboclos era descendente de índios, portugueses e africanos. Marcon⁵

³ BRUM, Argemiro. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fidene, 1988.

⁴ ZARTH, Paulo Afonso. *Os esquecidos da história*. In: ENCONTRO DE CIENTISTAS SOCIAIS SOBRE A PROBLEMATICA REGIONAL APORTES PARA O FUTURO GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO, IV. *Anais...* Ijuí - RS, 1996. v. 1. p. 45.

⁵ MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos de Goi-en (SC)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo.

caracteriza o caboclo como resultado do cruzamento de três raças, não considerando ainda um “tipo étnico de brasileiro único”.

Para atribuir-se essa designação de caboclo, devemos observar sobretudo aspectos étnicos, socioeconômicos e culturais. Na região onde abrange esta pesquisa, constata-se que a renda do caboclo, desde as primeiras décadas do século XX, provinha da extração da erva-mate, em cuja colheita poucos trabalhavam em parceria; outros, como peões assalariados em estâncias agropastoris, outros ainda trabalhavam para uma espécie de empreiteiro que adquiria licença junto à administração municipal para explorar o produto.⁶ Marcon⁷ caracteriza o caboclo como resultado do cruzamento de três raças, não considerando ainda um “tipo étnico de brasileiro único”.

Zarth⁸ afirma que “à medida que se relacionava com o mercado, mesmo que de forma precária, o caboclo submetia-se, de alguma forma, ao controle de grupos mais poderosos, fazendeiros e comerciantes, que detinham o poder político e militar”. A comercialização dos produtos agrícolas das colônias era realizada no mercado por meio de redes de pequenos e grandes comerciantes instalados em todos os núcleos coloniais. Os pequenos armazéns, espalhados nas vilas do interior das colônias, captavam inicialmente a produção, após era passada para os comerciantes pouco maiores, que, por sua vez, conduziam-na aos portos fluviais, mais tarde às estações ferroviárias, com destino aos grandes atacadistas das cidades do centro-sul do país.⁹

Em meados do século XX a pecuária na região passou por um período de crise, por essa razão muitos caboclos obrigaram-se a se apropriar de um pequeno pedaço de terra para garantir o sustento da família. Outros, por volta da metade da década de 1930, começaram erguer pequenas tendas à beira da estrada para comerciar a produção, como meio de propiciar uma renda familiar, transformando a produção de subsistência em mercadorias.

Para detalhar melhor esse percurso do caboclo na região, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro apresenta a ocupação e a colonização da região de Soledade¹⁰ pelo caboclo, em grande parte; também são abordados aspectos histórico-econômicos dessa

⁶ ZARTH, Paulo. *História agrária do Planalto do gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 48.

⁷ MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos de Goi-en (SC)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo.

⁸ ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: PICOLLO, H. I. L.; PADOIN, M. M. (Dir.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. V. II. p. 187-213. (História do Rio Grande do Sul).

⁹ ZARTH, Paulo Afonso. *A estrutura agrária...*, 2006, p. 187-213.

¹⁰ Os limites do município de Soledade são: ao norte, Ibirapuitã, Camargo, Victor Graeff e parte de Mormaço; ao sul, Barros Cassal, Tunas e Lagoão; a leste: Fontoura Xavier, Itapuca, Nova Alvorada e Arvorezinha; a oeste, Espumoso e parte de Mormaço. A área do município é de 1.297,9 km. A população é de 28.303 habitantes, 21.858 na zona urbana e 6.445 na zona rural. Encontra-se no alto da serra do Botucará. In: FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na...*, 1975, p. 56.

região, sua emancipação política, ocorrendo o desmembramento do município de Passo Fundo em 29 de março de 1875. O objetivo deste capítulo é também contextualizar a região em questão e discorrer sobre a economia do Alto da Serra do Botucaraí, especificamente Soledade e Fontoura Xavier, cujos moradores trabalhavam na agricultura, plantando e colhendo produtos como milho, feijão, mandioca, batata-doce, fumo, entre outros.

O segundo capítulo procura apresentar as múltiplas concepções em torno do caboclo buscando correlacioná-las ao nosso foco de análise. Ainda são palco neste capítulo o trabalho, a terra e a família nas suas dimensões simbólicas e práticas. A religião, o movimento dos Monges Barbudos, a crença em “São João Maria” serão também analisados, dando ênfase à dimensão cultural do caboclo presente nessa região.

Já no terceiro capítulo, a pesquisa volta-se sobre o surgimento do comércio à margem da BR 386, na comunidade de Vila Assis, município de Fontoura Xavier; as relações que se estabeleceram entre caboclos camponeses e comerciantes, bem como a agricultura como base econômica do município e de sobrevivência para muitos no cultivo de produtos como milho, feijão, soja, mandioca, trigo, arroz, laranja, batata-doce, etc. vendidos nas tendas. Os caboclos, agricultores e também comerciantes, deslocavam-se até Soledade, postavam-se junto à BR com seus produtos para vendê-los. Essa atividade surgiu em razão da falta de emprego no município, sendo as primeiras tendas construídas de madeira em 1935. Com a obtenção de verbas federais, os comerciantes passaram a ter uma melhor infraestrutura de seu comércio, com modernização e padronização das tendas e até mesmo adoção dos cartões de crédito para recebimento de pagamentos das mercadorias.

Este quarto capítulo mostra ainda a relação do trabalho entre os gêneros, pois o artesanato é confeccionado pelas mulheres, bem como o cuidado com as tendas, a venda de tapetes e de vasos artesanais confeccionados pelos próprios tendeiros. Pelas entrevistas foi possível reprodução de saberes, culturas, cultivos e dinâmicas comerciais, ou seja, aspectos que correlacionam à múltipla identidade de caboclo, camponês e comerciante.

Por fim, cabe destacar que os diferentes estágios da modernização da agricultura brasileira repercutiram em Fontoura Xavier através da comercialização e da modernização das tendas. Enfim, o objetivo desta pesquisa foi caracterizar esse sujeito sociocultural, o “caboclo”, na região, com sua dimensão histórica, econômica, cultural de expressão regional cristalizada nas tendas da beira da rodovia. Para isso, nossa pesquisa se insere na discussão do éthos do caboclo na região (o qual foi peão de fazenda, extrativista, lavrador, meeiro, proprietário de uma pequena porção de terra e pequeno comerciante) na sua correlação entre

terra, cultivos e vendas, na discussão sobre patrimônio imaterial (saberes cristalizados nos produtos artesanais), tradições culturais e sua otimização no comércio de “beira de estrada”.

São essas dimensões, envolvendo os caboclos que denotam e justificam a importância desse estudo.

1. A OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO EM SOLEDADE

Neste capítulo será focado o processo de colonização de Soledade, a presença do caboclo nessa região; um breve apanhado histórico do processo de colonização do Brasil; a formação étnica do caboclo de Soledade em especial, do italiano e do alemão; a dimensão produtiva da erva-mate (extração, produção e exportação); a extração da madeira; a agricultura e pecuária como principais fontes de subsistência. Também será feita breve caracterização do município de Fontoura Xavier, emancipado de Soledade¹¹ em 1965. O foco principal é demonstrar a presença do caboclo nessas terras antes de 1930, bem como as medidas adotadas em relação a ele quando da chegada dos descendentes europeus no povoado de Soledade.

1.1. A presença do caboclo na região

O planalto de Soledade era uma região de acesso difícil. Franco¹² assim a dimensionou: de um lado, o Jacuí e sua mata fechada; ao sul, os alcantis da Serra do Botucaraí; a leste, as quebradas e boqueirões bordados de floresta da Serra Geral do Taquari. Essa ilha de campos recortada de pontas de matos e de ervais foi marcada, social, econômica e politicamente pelas circunstâncias do isolamento geográfico. A constituição étnica de Soledade¹³ deu-se com a presença do caboclo e do brasileiro de origem lusitana. O meio rural

¹¹Os limites do município de Soledade são: ao norte, Ibirapuitã, Camargo, Victor Graeff e parte de Mormaço; ao sul, Barros Cassal, Tunas e Lagoão; a leste, Fontoura Xavier, Itapuca, Nova Alvorada e Arvorezinha; a oeste, Espumoso e parte de Mormaço. A área do município é de 1.297,9 km e a população, de 28.303 habitantes, 21.858 habitantes na zona urbana e 6.445 na zona rural. Encontra-se no Alto da Serra do Botucaraí.

¹²FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Corag, 1975, p. 47.

¹³O município de Soledade, mesmo com o grande desfalque territorial e populacional que representou a emancipação de Sobradinho, em 1940 chegou a ter 70.279 habitantes, dos quais 2.538 na cidade. (Desde 1938, pelo decreto-lei federal nº 311, todas as sedes municipais alcançaram o título de cidade). No decênio seguinte, a comuna e sua sede não pararam de se expandir, tanto que em 1950 o recenseamento geral acusou 95.869 habitantes (crescimento de mais de 37% em relação a 1940), sendo 4.082 na cidade. Começaria, então, o processo de emancipação de diversos distritos: Espumoso, que fora o antigo “Borges de Medeiros”, fez-se autônomo por lei de dezembro de 1954 e se instalou município em 1955; Maurício Cardoso, o antigo 2º distrito, aderiu ao movimento emancipador de Arvorezinha e com este se autonomizou em 1959; Camargo se associou ao

teve a presença predominante do habitante de origem italiana, que se envolveu com o comércio, a indústria e a produção agrícola. Já a pecuária foi desenvolvida mais pelos ditos “brasileiros”.

As indústrias em Soledade difundiram-se graças à campanha imigratória do período imperial. Assim como no resto do estado, por volta de 1930, as instituições produtivas foram surgindo e crescendo com o imigrante europeu. A esse respeito, Lagemann¹⁴ argumenta:

A economia do imigrante colonizador fundava sua organização produtiva na pequena propriedade rural, com exploração familiar. Desde logo, apresentava-se tal conformação como um limite relativo à acumulação de capitais suficientes para lastrear algum empreendimento de maior vulto a não ser a expansão horizontal da atividade agrícola. A política de colonização, tanto alemã como italiana, favorecerá a instalação da pequena propriedade, estabelecendo o tamanho ideal do lote em 100 mil braças quadradas. Assim, aconteceu a transformação do colono ocupado diretamente no cultivo da terra.

A ocupação oficial de Soledade¹⁵ teve início na segunda década do século XIX, com a distribuição das primeiras sesmarias na área. Não significa que anteriormente não houvesse circulação e, até mesmo, estabelecimentos de moradias circunstanciadas. Soledade foi habitada apenas pelos nativos, posteriormente sendo alvo de expedições e acampamentos vindos das reduções missioneiras, atraídos para a Serra do Botucaraí, como era chamada a região de Soledade, em virtude da abundância de erva-mate, riqueza que era muito valorizada nas reduções jesuíticas.¹⁶ No tempo das Leis de Terras, com a construção da BR 386 facilitou para os caboclos comerciantes, a movimentação e comercialização das vendas na rodovia.

município de Marau. Na década 1960, desligaram-se Barros Cassal, Fontoura Xavier e São José do Erval. Além de uma fração do distrito de Tunas haver-se incorporado ao município de Arroio do Tigre. FRANCO, op. cit., p. 129.

¹⁴LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, José H. (Org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 114-139.

¹⁵KUJAWA, Henrique Aniceto. *Movimento dos Monges Barbudos*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000, p. 32.

¹⁶Idem.

As áreas pioneiras ocupadas na nova colonização foram as florestas, o que se considera pioneirismo, porque a mata foi transformada em área de povoamento e produção de alimentos. Os imigrantes pioneiros, introduzidos nas florestas por falta de conhecimento e de condições reais, assimilaram práticas primitivas do caboclo no cultivo da terra.¹⁷

Isso pode ser observado no relato de Zarth:

É compreensível se observamos que, apesar da relativa abundância de terras virgens, os lavradores tinham poucas condições de realizar sua produção agrícola no mercado. Os poucos núcleos urbanos da imensa região rural não davam para sustentar um mercado agrícola significativo. A exportação era inviável pelas precárias condições de transporte. A agricultura, nessa situação, não oferecia condições, para que uma família de lavradores pudesse manter-se em nível de vida razoável. Para o ingresso de recursos para o consumo de produtos não agrícolas [...] dependia do extrativismo da erva-mate ou das estâncias de gado, ou seja, todos os caminhos levavam ao coronel estancieiro [...].¹⁸

Os índios, segundo o autor, foram às primeiras vítimas do processo de privatização das terras.¹⁹ Conforme Rückert, “a apropriação inicial, entendida como ocupação, corresponde à destruição do território indígena e caboclo à construção de novas e diferentes formas fundiárias”.²⁰

No Brasil, várias conceituações e derivações surgiram em relação à denominação de “caboclo”, tendo como variável de sua caracterização a localização geográfica e fundamentalmente seu modo de vida. Nas colônias formadas pela imigração encontrava-se a categoria de “posseiros”, que viviam da extração da erva-mate, como principal produto, entre outros. O posseiro não era a classe social subalternizada, que detinha pequena porção de terra e produzia para a subsistência. De acordo com Ortiz, era todo aquele que ocupava a terra sem possuir um título legal referente à sua possessão. Também estavam incluídos nesse grupo grandes proprietários, com a produção voltada para o comércio internacional, possuidores de grande número de escravos.²¹

¹⁷GIARETTA, Jane. *O grande e velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008, p. 73.

¹⁸ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, p. 71.

¹⁹Idem.

²⁰RÜCKERT, Aldomar. *A trajetória da terra: a ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul 1827-1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997, p. 15.

²¹ORTIZ, Helen. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade -1850-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006, p. 102.

Segundo Ortiz,²² durante o século XIX a economia era baseada na criação de gado, no fabrico da erva-mate e na agricultura. Porém, a economia girava em torno da exportação de erva-mate, pois incidia altos impostos sobre a exportação desse produto, o que representavam a maior fonte das receitas municipais. Com a criação da Lei de Terras, aos poucos a colonização e ocupação foram sendo regulamentadas.

1.2. A regulamentação agrária

A Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, regulamentou a organização agrária no Brasil. O objetivo dessa lei foi organizar a situação dos registros de terras do país, que vinham desde a doação das sesmarias. A ideia era de legalizar as terras que se encontravam ocupadas sem autorização, para, posteriormente, reconhecê-las como terras devolutas. Atendia, assim, ao desejo do Império, que pretendia vendê-las para financiar a imigração. Foi à primeira lei²³ agrária nacional que tornou a terra uma mercadoria. Entretanto, poucos poderiam comprá-la, conseqüentemente nem todos teriam acesso. Dessa maneira o governo abriu espaço para o imigrante, demarcando as terras devolutas, as que os posseiros habitavam. Por essa via de desapropriação dos habitantes negros e índios, deu-se grande parte da colonização da região do Alto da Serra do Botucaráí.

Gradativamente, os campos nativos eram privatizados, amparados nessa lei, e o processo de colonização das matas pelos imigrantes também acontecia, porém essas áreas eram controladas pelo setor privado. A privatização das áreas florestais atingiu os lavradores nacionais, que tinham como alternativa a ocupação das terras devolutas, local onde podiam sobreviver como camponeses independentes, maneira essa única de os lavradores pobres terem acesso à terra. A situação era curiosa porque os lavradores se queixavam de não ter terra para trabalhar, embora vivessem em meio à abundância de solos virgens.

Em relação às terras já possuídas, a nova lei determinava que fossem regularizadas, ou seja, deviam ser medidas e demarcadas, para a posterior emissão de título legítimo de propriedade. Para os processos de concessão, revalidação de sesmarias e legitimação de

²²ORTIZ, Helen. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade -1850-1889)*. (Mestrado em História). UPF: Passo Fundo, 2006, p. 102.

²³ZARTH, Paulo. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, p. 60.

posses, o requerente devia provar que a terra seria cultivada, ou ser utilizada para a criação de animais.

Na verdade, o objetivo era de os trabalhadores não serem proprietários das terras de imediato, pela razão de o Estado poder garantir preço razoável para os trabalhadores, não supervalorizando nem desvalorizando o mercado. A Lei de Terras era, pois, necessária para o Estado proceder à substituição dos trabalhadores escravos livres e para retomar o controle sobre as terras devolutas. Conforme Zarth,

[...] o acesso à terra, do ponto de vista legal, difícil para as camadas pobres da população camponesa, mas nem tanto para as elites locais, que, além de regularizar suas propriedades procuraram avançar ou incorporar novas áreas onde viviam muitos posseiros pobres sem poderes para reagir.²⁴

Lei de Terras pouco impacto até 1920, essa população desconhecia o Estado brasileiro, e as terras não eram documentadas. Os muitos caboclos eram nômades, faziam manchas de roça aqui e acolá. Permaneciam de dois a três anos num lugar, depois iam para outro. Era levada em conta nessas permanências a existência de água e de árvores frondosas, sob as quais construía ranchos de madeira ou esteiras de taquaras. Dedicavam-se a uma pequena agricultura, à caça, à pesca, à criação de pequenos animais, à extração e ao beneficiamento primário da erva-mate, antes de ser proibido.²⁵ A erva-mate era desidratada e preparada nos soques manuais, depois vendida em bodegas em troca de roupas, querosene, ou de outro ingrediente qualquer necessário para a sua subsistência da qual eles não dispunham. Se caso os caboclos ocupassem terras já legalizadas por algum fazendeiro, poderiam obter aquiescência do dono mediante préstimos à sua fazenda, estabelecendo relações clientelísticas.

A terra com suas dimensões políticas, culturais e sociais formam categoricamente os interesses da classe segundo sua ideologia. Para o caboclo²⁶ é espaço e lugar de vida, necessários para a reprodução familiar (biológica, social e religiosamente), em sentido aberto

²⁴ZARTH, Paulo Afonso. Os esquecidos da história. In: *Anais do IV Encontro de Cientistas Sociais sobre a problemática regional para o futuro globalização e regionalização*. V.1 Ijuí, 1996, p. 90.

²⁵Repertoriando a legislação de erva-mate, do Império até os dias atuais, um leitmotiv perpassa o conjunto de leis: a preocupação com a extração predatória da erva-mate e equipamentos e práticas anti-higiênicos, o que baixaria o valor do produto quando exportado.

²⁶ZARTH, Paulo. *Os caminhos da exclusão social...* Ijuí: Ed. Unijuí, 1998, p. 125.

incluindo o compadrio. Natureza e terra determinam a identidade. O trabalho orienta-se pela lógica da subsistência familiar. O que a literatura tradicional denomina de “camponeses”, e que denominamos de “caboclo”, é aquele que melhor incorpora a (re)produção histórica, sendo, portanto, referência obrigatória para o estudo da agricultura familiar. A terra é um espaço pleno de significações, onde se trabalha, se tem lazer e ócio, constrói-se redes de parentesco, de convívio, enfim, onde se vive a vida quase por inteiro. A terra se constitui tanto para o caboclo quanto para o colono nas suas diferentes óticas.

No dizer de Gehlen e Mélo,

[...] num espaço, o lugar de trabalho necessário para a produção e reprodução familiar e da vida (em sentido amplo: biológico, social, religioso, político). A terra, sendo a parte central do patrimônio familiar, é condição de afirmação da identidade e de realização da cidadania.²⁷

O caboclo²⁸ inspirado na cosmologia indígena se orienta, basicamente, pela lógica da subsistência familiar, concebendo a terra como fonte geradora de vida. “A sua possessão é sempre provisória dependendo das necessidades imediatas e é patrimônio da família ampliada, incluindo o compadrio.”²⁹ Ele não utiliza um instrumental tecnológico, nem se vale da racionalidade da disciplina do trabalho, do capital acumulado, muito menos ainda do saber técnico específico, para, a curto prazo, recriar-se como agricultor familiar moderno. A terra é considerada um espaço de trabalho e vida, reprodução biológica e fonte de relações necessárias para a afirmação social (cidadania) e para a construção de uma identidade. O grupo social caboclo, inspirado na longa tradição indígena, melhor incorporou a (re)produção histórica dessa concepção, dando as bases originais para seu desenvolvimento teórico.

O sistema de produção e organização do trabalho orienta-se pela lógica da subsistência da família. Nos primeiros anos de autonomia em terras devolutas (sem proprietários formais), o caboclo, vivia da caça, pesca, coleta e extrativismo (erva-mate e madeira). Com o passar dos anos, desenvolveu um sistema que passou a integrar o extrativismo, a pecuária e a agricultura. Aos poucos expandiu as atividades suinícolas (sistema conhecido como “roças de mato” ou

²⁷GEHLEN, Ivaldo; MÉLO, José Luiz Bica. A dinâmica da agricultura no sul do Brasil: realidade e perspectivas nos anos noventa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Seade, n. 2, v. 11, p. 99-108, 1997.

²⁸Para os caboclos, o momento da ruptura é quando a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas pelos posseiros, afetando o seu modo de vida, impedindo criar os animais soltos e exigindo a retirada das terras, isto é, o processo de limpeza. Cada colonizadora tem seus procedimentos, mas há elementos estruturais que permitem considerar a situação das colonizadoras no oeste catarinense como causadoras da crise de desenraizamento dos caboclos.

²⁹GEHLEN, Ivaldo; MÉLO, José Luiz Bica. A dinâmica da agricultura ..., 1997, p. 99-108.

“de clareira”), pecuária leiteira, extrativismo de madeira e erva-mate.³⁰ As duas últimas bem mais ampliadas. Entretanto, a atividade econômica mais tradicional do caboclo era a agricultura de subsistência, considerada como meio de reprodução biológica, social e cultural, porém com fraco poder de inserção na economia e política da sociedade global.

Segundo Zarth,³¹ a imigração contínua e o adensamento das Colônias Velhas colaboraram para “uma etapa que trouxe grandes contingentes demográficos para as inúmeras colônias oficiais e particulares e se criaram nas áreas de mato, valorizando as terras e incremento ao comércio”. Franco³² retrata isso de forma bem explícita:

[...] a distribuição de sesmarias não atendeu a critérios de justiça, tendo relegado ao desamparo e à incerteza numerosos moradores pobres, que se iam estabelecendo como podiam, ora como agregados dos sesmeiros, ora como lavradores independentes nas sobras de campos e de matos. Essa era a situação em toda a província, os rincões de Cima da Serra do Botucaraí não discrepava.³³ Do ponto de vista econômico, com a distribuição das sesmarias, iniciou-se a expansão da pecuária, atividade que se tornou prevalecte na região. Duas realidades, então, apresentavam-se: de um lado, a pecuária, desenvolvida de forma extensiva nos grandes latifúndios em terras de campo formadas com as sesmarias; de outro, bem distinta daquela, a extração da erva-mate nas terras comunais de mato, uma vez que a doação das sesmarias compreendia apenas as terras de campo, sendo consideradas legalmente aquelas onde se encontravam os ervais como sendo terras comunais.

Segundo Kujawa,³⁴ reveste-se de importância a explicação de o fato histórico focalizar, na medida em que podemos visualizar, ainda no século XIX, um grupo social denominado de caboclos, que foi sendo cada vez mais alijado da propriedade da terra. Por consequência, a sobrevivência se tornou difícil para o caboclo, obrigando-se a viver como arrendatários nas fazendas, ou ocupar terras devolutas, das quais novamente seria expropriado, passando a buscar outras em regiões periféricas.

A existência de terras devolutas não registradas, com sua propriedade devidamente legalizada, não significava que as pessoas eram proprietárias, pois a maioria dos grupos sociais marginalizados usufruíam dessas terras tão somente para sua sobrevivência, sem haver

³⁰ZARTH, Paulo Afonso. *Os caminhos da exclusão social...*, 1998, p. 129.

³¹Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária [...]*, p. 79.

³²FRANCO, op. cit., p. 25

³³Idem.

³⁴KUJAWA, Henrique. *Movimento dos Monges Barbudo...* 2000, p. 36.

preocupação com a legalização. Sobre a migração Dacanal³⁵ é incisivo na afirmação de que o fator determinante na localização das colônias de imigrantes não foi à similaridade geográfica com os seus países de origem, mas a disponibilidade dessas terras. O autor assim se expressa:

Não passa de uma edificante anedota a afirmação segundo a qual os imigrantes se fixaram nas zonas das serranias por se sentirem atraídos em vista da semelhança da mesma com as terras de origem. A verdade é que eles, em sua maioria sem qualquer fortuna, não tinham outra escolha, a Fronteira, os Campos de Cima da Serra, o Distrito das Missões e o Litoral: em resumo, todas as terras próprias para a pecuária e posteriormente para o arroz estavam ocupadas.³⁶

Por isso, foram viabilizados recursos para que comprassem as terras devolutas do Estado³⁷ ou de especuladores, que as legalizavam com o objetivo de comercializá-las. A privatização das terras públicas e a exclusão dos lavradores nacionais do livre acesso à terra constituíram um processo longo, sendo difícil encontrar documentos que demonstrassem a real dimensão, visto que, por serem oprimidos, teve pouco eco nas páginas da documentação histórica.

A regulamentação das terras ocasionou o sistema de cultivo e produção como fontes de renda dos caboclos.

1.3. Culturas e cultivos

A rica fertilidade do solo, associada às boas condições do clima, deu margem para que surgissem paralelamente à atividade de extração de madeiras e da erva-mate as culturas do milho e do feijão, juntamente com a criação de suínos, abrindo condições favoráveis ao surgimento da agroindústria, que hoje desponta como principal fonte produtora no município de Soledade.

³⁵DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: imigração & colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 273.

³⁶Idem..

³⁷Demonstrando interesse de particulares em se apropriarem das terras do Estado, Franco registra: “Um ato demonstrativo estadual de 1905 documenta o interesse de empresas privadas em adonar-se das terras devolutas [...] o governo concedeu a Kurt Vicente Daberkow e Guilherme Chaves Moutier, ao preço de 2\$0202 por hectare, as terras devolutas que se achassem na zona da largura de 30 quilômetros de cada lado do eixo de uma estrada de rodagem que se obrigavam a construir entre Santa Cruz e Santa Bárbara, passando por Soledade (p. 105). Não obtendo êxito com tais iniciativas, o Estado criou, em 1908, uma Comissão Terras em Soledade para

Segundo Zarth,³⁸ o trigo também era cultivado, mas por poucos lavradores, em razão de uma moléstia conhecida como “ferrugem”. Milho, feijão e arroz eram plantados unicamente para o consumo dos lavradores, de forma que poucos vendiam algum excedente. A cana-de-açúcar era pouco plantada, sendo utilizada apenas para o fabrico do melado e da aguardente.

Boserup³⁹ analisa o sistema de cultivo numa perspectiva de uso do solo de forma menos intensiva para cada vez mais intensiva, em razão da pressão demográfica. O sistema mais simples era o cultivo de pousio longo ou florestal.⁴⁰ Um segundo sistema foi o cultivo de pousio arbustivo, que é muito mais curto, entre seis e dez meses. Embora esse curto espaço de tempo não fosse possível o crescimento de uma floresta verdadeira, a terra cobria-se gradualmente de arbustos e pequenas árvores. No sistema de cultivo pousio curto, a terra, período que apenas capim ou mata rasteira crescia nos campos. Já no cultivo anual havia um sistema de rotação. Nesse pousio a terra descansava apenas entre a colheita e o plantio. Por fim, o sistema de cultivo múltiplo caracteriza-se por ser mais intensivo dos sistemas no uso da terra.

No caso específico do sul do Brasil, uma análises mais minuciosas sobre os sistemas agrícolas dos colonos imigrantes foi escrita pelo geógrafo alemão Waibel:⁴¹

No sistema de rotação de terras primitivas, o colono, após comprar uma área de mata virgem, derruba e queima a floresta. O nosso agricultor depois de derrubar a machado e foice o mato deixa-o secar e então prende-lhe fogo, logo que caem as primeiras chuvas fazem a plantação; cavada a terra com um pau chamado saraquá depositam nesse buraco a semente que trazem consigo no embornal a tiracolo, que chamam samburá. Feito isso a roça não demanda mais trabalho senão no tempo da colheita.⁴²

No sistema de rotação de terra melhorada, passou a ser criado algum gado. No dizer de Leo Waibel:⁴³ “Razão por que denominei este tipo de agricultura de sistema de rotação de terra melhorada.” Assim, plantou-se maior variedade de produtos e utilizou-se o trabalho

demarcar e distribuir as terras públicas da região. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org). *RS: Imigração & Colonização*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

³⁸Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária...*, p. 79.

³⁹BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987, p. 14-31.

⁴⁰Esta é uma agricultura bastante primitiva, na qual o fogo faz a maior parte do serviço e a remoção de raízes não é necessária. Nesse sistema se abrem clareiras na floresta e se cultiva a terra por um ou dois meses, abandonando o local depois disso, para que a floresta retome seu lugar.

⁴¹WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 78.

⁴²DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: Imigração & Colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 273.

⁴³WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia...* 1979, p. 78.

animal para tracionar arados e grades. A agricultura no sistema de rotação de cultivo ligava-se à produção da madeira e pecuária.

Nos campos de Botucaraí o gado bovino, muar, cavalari, suíno e ovino, com exportação de animais, juntamente com a erva-mate. Referindo-se ao Rio Grande do Sul como um todo, Paulo Zarth relata:

A maior parte do gado gaúcho (82%) era de raça crioula, ou seja, o gado tradicional e considerado de qualidade inferior. Essa situação é perfeitamente compreensível se considerarmos que a pecuária sulina era produzida em grandes propriedades com pastagens nativas, onde o baixo rendimento do gado comum em relação a outras raças mais nobres era compensado pelo simples aumento do plantel ou pelo maior tempo de engorda. Os criadores acreditavam que não compensava investir capital em importação de touros e matrizes e mesmo investir em cuidados sanitários que exigissem despesas com insumos e mão-de-obra.⁴⁴

As mulas tiveram importância fundamental enquanto não se desenvolviam outros meios de transporte. São animais híbridos extremamente equilibrados e resistentes, capazes de percorrer longas distâncias carregando muito peso. Por esse motivo era mercadoria desejada e de grande valor.

Os caboclos moradores trabalhavam na agricultura plantando e colhendo produtos como milho, feijão, mandioca, batata-doce, fumo, e também criavam bovinos e suínos para o sustento da família. Todos os integrantes da família ajudavam no plantio e na colheita em forma de mutirão. Criavam animais e faziam charque. Andavam a pé ou a cavalo. Nos intervalos dessas atividades usufruíam de algum divertimento, como festas, bailes e carreiras de cavalo. Quanto à forma de cozinhar os alimentos era em panelas penduradas em ganchos sobre fogo de chão.

Dessa forma, o mato e a capoeira aos poucos foram sendo substituídos por espaços cultivados. Sucederam-se interligados num processo temporal: mato, roça, capoeira, pastagem. O mato é o ponto de partida para qualquer um dos espaços do sítio. É derrubado para dar lugar à roça, que por sua vez passa a ser capoeira fina, depois capoeira grossa, para novamente ser roça, até que, nesse ciclo, as terras se tornem inviabilizadas e o solo esteja excessivamente “esmorecido”, sendo, então, coberto por pastagens ou palmas.⁴⁵

⁴⁴ZARTH, Paulo Afonso. *Os esquecidos da história*, 1996, p. 45.

⁴⁵WOORTMANN. E. *Árvore da memória...*, n. 92, 1994, p. 12.

A agricultura, desde os seus primórdios, passou por fortes transformações econômicas e políticas, deixando um legado de alterações sociais, econômicas e ambientais capazes de colocar em risco a sua sustentabilidade e da própria sociedade.

Desde o princípio em que se tinha uma agricultura nômade para atender às necessidades básicas de sobrevivência social, evoluiu com o crescimento da sociedade, buscando atender às suas necessidades de sustentação. Para vencer esse desafio, a agricultura experimentou um processo de desenvolvimento construído sobre o uso dos recursos naturais de forma acelerada, por meio de processos de esgotamento do solo pelas práticas agrícolas, uso contínuo e crescente de produtos químicos agressivos, dentre outros.

Temos, então, ao longo do tempo, um sistema dado pela articulação entre vegetação natural e lavoura, uma articulação entre lavoura e criação. Na organização do sítio observam-se duas variantes básicas de relação entre seus espaços constitutivos: o modelo de chão de roça mais antigo, que demanda o pousio por longos anos, e o modelo de malhada, de cultivo intensivo e mais recente. No primeiro, extraía-se do mato ou da capoeira grossa a madeira para a construção de casas, os equipamentos, a lenha utilizada para a produção da farinha. Outros produtos do mato eram extraídos, como cascas, frutos e plantas medicinais. Já na capoeira fina criava-se parte do gado e de ovelhas ou cabras em vias de dar cria, ou com cria nova, gado em regime de engorda e para serem abatidos.

Nos campos de Botucaraí predominava a criação bovina, tanto pela carne quanto pelo couro. No interior das fazendas, as vacas forneciam o leite quando jovens, consumido e necessário para a produção de manteiga e queijo, e a carne quando velhas. Outros animais também eram criados, como já anteriormente foi destacado, tornando-se um produto de exportação, juntamente com a erva-mate.

O nosso agricultor, depois de derrubar a machado e foice o mato, deixa-o secar e então prendem-lhe fogo. Logo que caem as primeiras chuvas, fazem a plantação, cavando a terra com um pau chamado saraquá, depositaram nesse buraco a semente que trazem consigo no embornal a tira colo, que chamam samburá. Feito isso a roça não demanda mais trabalho senão no tempo da colheita.⁴⁶

A região foi se desenvolvendo economicamente de maneira gradativa em virtude do trabalho dos múltiplos grupos étnicos. O longo caminho das terras europeias às novas terras da América portuguesa não foi empecilho para esses trabalhadores. O contato com os nativos aprimorou algumas técnicas de manejo com a terra, além de formar novas culturas de plantio.

⁴⁶CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 43.

1.4. A dimensão produtiva e extrativista: a erva-mate

A partir do século XVIII despertou o interesse econômico⁴⁷ das Missões dos Sete Povos. No século seguinte, 1800, o extrativismo da erva-mate se constituía numa importante atividade econômica, caracterizando-se como produção típica dos lavradores nacionais. Uma atividade de homens livres, produzindo numa sociedade em que as principais atenções eram dedicadas à pecuária.

A exploração da erva-mate na região foi um dos elementos que contribuíram para despertar o interesse para os jesuítas dos Sete Povos das Missões. Foram os primeiros a se interessarem por essas terras, objetivando explorar os ervais. Sobre esse assunto, Zarth⁴⁸ afirma:

[...] no século XVIII, durante a fase áurea do desenvolvimento econômico e cultural dos Sete Povos, tornaria a região de Soledade a interessar as missões jesuíticas [...] pelo menos desde 1716, começaram os índios missioneiros a frequentar a Serra Butucaraí para a fabricação da erva. Vinham eles em carretas, acampavam nos locais que para cada Povo era reservado.

Para Zarth,⁴⁹ a erva-mate, ao lado da pecuária, foi o principal produto econômico da região. Particularmente ressalta-se a importância da erva-mate, por ser a principal fonte de recursos das câmaras municipais, em razão do tributo que incidia sobre a exportação. Embora o gado fosse o principal produto regional, o tributo sobre a exportação para outras províncias, ou para o exterior, era arrecadado pelo governo provincial.

A exportação da erva-mate e do gado fez parte da economia de Soledade, que nunca foi das mais diversificadas. Segundo Ortiz,⁵⁰ durante o século XIX a economia era baseada na criação de gado, no fabrico da erva-mate e na agricultura de subsistência. Era de vital

⁴⁷Quando os portugueses chegaram ao Brasil, iniciando a ocupação européia à América do Sul, o que hoje é o Rio Grande do Sul era habitado por índios de diversos grupos étnicos e linguísticos que, como as demais nações indígenas brasileiras, viviam na era neolítica (pedra polida, confecção de cerâmicas e tecidos, cultivo e criação de animais rudimentares). Seu desenvolvimento cultural, portanto, não poderia ser comparado a outras civilizações nativas do continente como os Incas ou os Astecas. Em grandes medidas, por esse motivo, não deixaram registros importantes sobre as culturas. O que existe são achados arqueológicos e informações coletadas pelos colonizadores. Para mais informações sobre o assunto, ver: MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 1998, p. 56.

⁴⁸ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária...*, 1996, p. 56.

⁴⁹Idem.

⁵⁰ORTIZ, Helen. *O banquete dos ausentes...*, 2006, p. 76.

importância a exportação da erva-mate, porque os impostos sobre sua exportação representavam a maior fonte de receitas municipais.

Beschoren⁵¹ destaca que a extração da erva-mate influenciou na comercialização do produto,⁵² principal base econômica. Entretanto, com a escassez desse recurso natural, as pequenas propriedades se voltaram para a produção de outras formas de subsistência, gradativamente passaram a cultivar o tabaco, vendido nas “bodegas” em troca de gêneros de primeira necessidade, como açúcar, querosene, peças de tecido etc. Além dessas atividades, no século XIX as pedras preciosas também já faziam parte da economia regional.

Entretanto, importância maior ainda era a erva-mate, embora que produzida de forma simples, com uso de técnicas e instrumentos rudimentares para a coleta dos galhos e das folhas, colhidos manualmente, com o uso de facões, para, posteriormente, serem secadas nos carijos. Sobre esse fato, assim Beschoren considera:

[...] depois de reunir pequena quantidade, os feixes são colocados em compridos bastidores, postos lado a lado, de maneira que as folhas fiquem para cima e as partes de madeira para baixo. Os bastidores depois são pendurados, na altura de um homem [...]. Sob eles é mantido um fogo lento.⁵³

Embora a erva-mate pudesse ser encontrada em vários locais do interior das florestas, a maior concentração estava nas matas do Planalto, no norte e noroeste da província. Quando o território missioneiro, que abrangia boa parte do Planalto, passou ao controle brasileiro, houve uma grande corrida aos ervais da região, principalmente no momento em que o governo paraguaio suspendeu a exportação de erva.

A produção da erva-mate rio-grandense era realizada em condições tecnológicas muito simples, com baixo nível de capital investido. O preparo inicial era realizado na própria floresta, e consistia na construção de um carijo, um jirau de madeira sobre o qual eram depositados os galhos de erva para serem sapecados com o fogo, preparado em baixo. Sobre esse jirau era feita uma cobertura de capim ou de outras plantas para protegê-lo das chuvas.

⁵¹BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagens na Província....*, 1989, p. 53.

⁵²Demonstrando interesse de particulares em se apropriarem das terras do Estado, registra: “Um ato administrativo estadual de 1905 documenta o interesse de empresas privadas em adonar-se das terras devolutas [...] o governo concedeu a Kurt Vicente Daberkow e Guilherme Chaves Moutier, ao preço de 2\$0202 por hectare, as terras devolutas que se achassem na zona da largura de 30 quilômetros da cada lado do eixo de uma estrada de rodagem que se obrigavam a construir entre Santa Cruz e Santa Bárbara, passando por Soledade”. Não obtendo êxito com tais iniciativas, o Estado criou, em 1908, uma Comissão de Terras em Soledade para demarcar e distribuir as terras públicas da região. In: FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas, 1975.

⁵³BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem....*, 1989, p. 20.

A simplicidade do carijo permitia que o extrativista pudesse produzir sem despender recursos financeiros com a aquisição de equipamentos melhores, ou seja, todo o processo de coleta e preparo da erva-mate antes de chegar ao engenho era realizado numa instalação construída com material recolhido diretamente da floresta, da mesma forma que todos os equipamentos de trabalho, com exceção do machado e do facão que eram comprados. Assim, para construir o carijo era necessário apenas estacas e capim amarrado com cipó. Os cestos para carregar o produto do carijo ao engenho eram feitos de taquara, fazendo-os durante o processo de secagem da erva.⁵⁴

A erva-mate, desde o início do povoamento de Soledade, teve destaque na economia regional, mas só chegou à efetiva industrialização e comercialização na década de 1960. No setor ervateiro se destacou a família Sanson, que em 10 de agosto de 1964 recebeu o registro da Junta Comercial de Indústria de Erva-Mate Sanson Ltda.⁵⁵

Quanto à remuneração dos trabalhadores, criaram-se formas de pagamento de salários. Em muitos casos o trabalhador, o agregado, prestava serviços somente em troca do direito do uso da terra do proprietário. De acordo com Jean Roche, o posseiro recebia alguma remuneração por serviços prestados na estância, mas essencialmente sua retribuição era o direito de fazer sua roça na terra do estancieiro.

Praticando o extrativismo nos terrenos públicos, esses coletores não tinham a posse jurídica da terra que exploravam, quando o processo de privatização dos ervais por parte dos grandes proprietários. Mesmo assim, o sistema integrado desenvolvido pelos caboclos foi de extrativismo, criação de animais e agricultura de subsistência.

Num ambiente diversificado como de Fontoura Xavier, muitos caboclos cultivavam pequenos roçados e criavam animais para o consumo, especificamente o porco. Para a realização de serviços mais pesados, utilizavam cavalos, mulas e bois, principalmente nas atividades de coleta da erva-mate e no transporte de produtos dos roçados para os povoados vizinhos para sua comercialização. Dentro da mata densa existiam árvores de todas as espécies, destacando-se o cedro, o pinheiro araucária, louro, angico, além de cipós e taquaras, que formavam uma trama no chão dificultando a caminhada.

⁵⁴ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. [...], 1996, p. 124.

⁵⁵A industrialização da erva-mate em Soledade só teve início em 1954, quando Ivo Tomasi fundou uma cooperativa. Aos 22 de julho de 1964, Ivo Tomasi, principal acionista da cooperativa, vendeu a fábrica aos irmãos Girolamo e Luiz Girolamo e Luiz Germano Sanson, que posteriormente compraram as cotas dos outros sócios, continuando na sociedade Edelmãr Dal Magro. Atualmente é administrada por Evalino Sanson, Evalino Sanson, filho de Luiz Sanson (VERDI, 1987).

Em relação à organização do espaço apropriado para a prática agrícola e criação de animais, Renk⁵⁶ refere que a população cabocla costumava dividir as terras entre aquela onde iria plantar e aquela onde iria criar os animais. As terras da primeira divisão situavam-se longe da casa, próximos dos cursos de água; as da segunda ficavam mais próximas das casas. À medida que colhiam os alimentos, eram depositados em paióis feitos de taquara no local do plantio. Tendo local próprio, facilitava a busca pelo produto no local depositado. Breves,⁵⁷ ao criticar esse costume, era interpelado pela população local de que não consumiam a colheita num único dia. As terras de criar ficavam na proximidade de casa, onde ficavam os animais domésticos, como galinhas, porcos, cavalos e bovinos. Internamente, esta modalidade foi vista como sistema “dos brasileiros” e peculiar a uma época anterior à colonização, quando não havia a lei de criar o animal preso, introduzida pelos colonos. Da mesma forma, a abundância das terras e a distância das duas áreas, a de plantar e a de criar, não implicava prejuízo da primeira ser invadida pelos animais.

Para Renk,⁵⁸ a safra da erva consistia na derrubada do mato, na queima da área e no plantio de milho e abóbora. Após a colheita desses produtos, os animais eram soltos e se “criavam por si”. Em um hectare era possível engordar quatro cabeças de suínos, que depois de alguns meses eram “tropeados” para os mercados consumidores. Essas atividades só eram compatíveis em regiões de baixa densidade demográfica e em áreas de agricultura não intensiva. Segundo Renk,⁵⁹ os produtos plantados eram o milho, o feijão, em duas safras anuais, mandioca e abóbora. Os meses de concentração para o plantio eram agosto, setembro, outubro e janeiro. O período de entressafra correspondia aos meses de março, outubro e novembro, o que possibilitava conciliar a ambas as atividades. Assim, galpões, matas, roças, parreiras, chiqueiros, dentre outros espaços, formam imagens, metáforas, símbolos, memórias de vida e de trabalho do caboclo. A roça cabocla, na forma como foi designada a atividade agrícola, sempre foi apresentada como primitiva, atrasada e praticada em pequena escala.

A rotação de terras era interpretada como uma forma de não desejarem cercar os animais, deixando-os soltos nas terras de criar. Além das terras cultiváveis se situarem a “léguas da casa”, o produto colhido era depositado em paióis no local do plantio. Os caboclos costumavam derrubar as matas virgens e capoeirões, para nelas plantarem ou criarem.

⁵⁶RENK, Arlene Anelia. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó - SC: Grifos, 1997.

⁵⁷BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 6, out. 1985, p. 32.

⁵⁸RENK, Arlene Amélia. *A luta pela erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. [...], 1997, p. 23.

⁵⁹Idem.

Observa-se também que essas derrubadas davam bom facho para o fogo. A plantação era feita da seguinte forma: abriam-se covas com a ponta da foice, ou com uma cavadeira de madeira, para ali depositar as sementes, portanto a terra não era capinada. Por ser terra de mata virgem, as plantações cresciam mais rapidamente que o mato. A alimentação era a mais primitiva possível, baseava-se em feijão, farinha de milho branco, canjiquinha de milho e coalhada. Em determinados ranchos, viviam na miséria, em meio a uma natureza opulenta de terras riquíssimas.⁶⁰

Enfim, neste capítulo procurou-se analisar os aspectos do processo de colonização, a presença do caboclo para quem a terra era espaço e lugar de vida para a sua família, motivada por um sistema de cultivo de rotação. Dissertou-se também, embora que de forma genérica, sobre o extrativismo da erva-mate e da madeira. A agricultura e a pecuária, atividades típicas dos lavradores nacionais, também foram destaque nesse palco, como também o processo de colonização do caboclo na região de Soledade. Sendo a região de Fontoura Xavier foco de nossa pesquisa, abordaremos o assunto mais detalhadamente no segundo capítulo deste trabalho, juntamente com as múltiplas concepções sobre o caboclo.

⁶⁰BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 1985, p. 79.

2. AS MÚLTIPLAS CONCEPÇÕES EM TORNO DO CABOCLO

Neste capítulo buscamos aprofundar uma reflexão teórica e cultural sobre o caboclo camponês. Como já foram especificados aspectos geográficos, pecuária e várias formas do extrativismo, faz-se necessário compreender algumas características do *éthos* do caboclo, numa dimensão mais simbólico-cultural. Identificamos também o caboclo numa dimensão genérica, no sul do Brasil especialmente, e que possui expressão na região de Soledade em particular e em Fontoura Xavier, nosso espaço empírico de análise. Neste trabalho queremos analisar a dimensão sócio-histórica e antropológica desse grupo social que pratica o comércio às margens da BR 386,⁶¹ especificamente na comunidade de Vila Assis, município de Fontoura Xavier. O capítulo se justifica tendo em vista o caboclo tendeiro como comerciante e pequeno agricultor, que possui uma longa história na região com suas tendas. Nessas tendas são vislumbrados, por meio de seus produtos e do relacionamento entre os tendeiros, horizontes culturais, saberes históricos, marcas de sua vida na região como extrativistas do pinhão e da erva-mate, como agricultores de subsistência cultivando pipoca, feijão, mel, batatas etc., como peões da estrutura produtiva pastoril comerciando couros, carnes embutidas e de seus contatos e integrações com outros grupos étnicos, em particular italianos e alemães.

2.1. Dimensões socioantropológicas da vida camponesa do caboclo

O caboclo, como sujeito histórico, foi analisado de diferentes formas e por diversos ângulos. Zarth,⁶² como já foi referido, definiu o caboclo como lavrador nacional, em sua maioria, descendentes de índios, portugueses e africanos. Para atribuir essa designação, observam-se os aspectos étnicos, socioeconômicos e culturais. A renda do caboclo provinha da extração da erva-mate, para cuja colheita alguns trabalhavam em parceria; outros, como

⁶¹ A BR 386, Sulvias a privatização da mesma através das praças de pedágio situadas em cada polo rodoviário são também detalhadas nos contratos de concessão. A logística empregada na localização das praças pressupõe o maior volume de arrecadação. Com relação às receitas de pedágio, os projetos básicos de exploração definem a cobrança das tarifas exclusivamente em sentido único, sendo tal forma consentida pelos contratos, na medida em que não são explicitadas formas que colidam com o proposto no certame licitatório.

⁶²ZARTH, Paulo Afonso. *Os esquecidos da história...*, 1996, p. 45.

peões assalariados para alguns engenhos, ou, ainda, para algum tipo de empreiteiro que adquirisse licença junto à administração municipal para explorar o produto.⁶³

Na visão de Marcon,⁶⁴ a denominação de “caboclo” tem caráter depreciativo. Sinônimo de “mameluco”, “sertanejo”, “caipira”. Era identificado pelo modo de vida, diferenciado do colono europeu e mais próximo do indígena. Entretanto, à medida que ascendia social, econômica e politicamente, perdia essa designação. Ardenghi,⁶⁵ por sua vez, “caboclo” remetia a um determinado modo de vida ou cultura específica que poderia ser entendida como “cultura cabocla”, para designar uma condição social.

Da mesma forma, Beschoren⁶⁶ remete à denominação “caboclo” um determinado modo de vida ou cultura específica. Poder-se-ia entendê-la como “cultura cabocla”, designando, portanto, uma condição social.⁶⁷ A palavra muito comum na documentação e na literatura é “caboclo”, que tem seu sentido étnico, mas também cultural, sociológico. Essa população foi classificada do ponto de vista étnico como pardos, pretos, brancos e caboclos. Nesse caso caboclo se referia a mestiços descendentes de índios e brancos. “Caboclo”, portanto, é uma palavra corrente na bibliografia recente para indicar o lavrador nacional pobre, o camponês brasileiro.

Nesse sentido, Martins⁶⁸ lembra que as palavras “camponês”, “caipira”, “caboclo”, “colono”⁶⁹ têm distinção muito nítida de dois tipos de camponeses, que juntos formam o campesinato regional. Na fala coloquial caboclo⁷⁰ é uma categoria social classificada como complexa, que inclui dimensões geográficas, raciais e classe. Considerando a dimensão geográfica, o caboclo é reconhecido como um dos “tipos” regionais do Brasil.⁷¹ Entretanto, o termo “caboclo” no uso do discurso coloquial não se refere exclusivamente a um grupo social, nem corresponde a um grupo étnico.

De acordo com Barth,⁷² os traços críticos para a definição de um grupo étnico são a autodenominação e a denominação pelos outros. Embora esses primeiros caboclos fossem

⁶³ZARTH, Paulo. *História agrária do Planalto do gaúcho* [...], 1997, p. 48.

⁶⁴MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos* [...], 1998, p. 76.

⁶⁵ARDENGLI, Neusa Maria. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 234.

⁶⁶BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande* [...], 1989, p. 43.

⁶⁷Idem, p. 44.

⁶⁸MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 76.

⁶⁹MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 15-17.

⁷⁰COSTA PEREIRA, José Veríssimo da. Caboclo amazônico. In: *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p. 12-15.

⁷¹IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Tipos e aspectos do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p. 12.

⁷²BARTH, Frederick. *Ethnic groups and boundaries*. London: Allen & Unwin, 1969, p. 89.

claramente distintos dos europeus a partir de uma base étnica, eles não constituíram um grupo político, nem possuíram uma identidade coletiva. O fato de o termo “caboclo” não ser uma autodesignação, está relacionado, então, a uma conotação pejorativa e a um significado de “índio domesticado”, e não de uma raça cruzada entre o branco e o índio, que ele transmite entre a população rural.

Os agregados, capatazes, coletores de erva-mate, trabalhadores escravizados, caboclos, pequenos lavradores, peões e, posteriormente, colonos camponeses europeus, juntamente com os donos das terras, compunham a sociedade soledadense oitocentista. Afora os colonos, essa população, trabalhando ou não em terras, estava sujeita aos seus mandos e desmandos. Em todo o Brasil as relações de dependência que se estabeleciam entre proprietários e homens livres pobres davam-se claramente em favor dos fazendeiros, detentores do poder econômico e político.⁷³

A categoria “caboclo” não é definida pela fenotipia. De modo geral, apresenta-se como brasileiros nativos, sendo que “o primeiro foi o índio e o segundo o caboclo”. “O caboclo é uma mistura de raças. Brasileiro, porém diferente de todos os brasileiros. Somos caboclos e brasileiros”. Opõem-se aos colonizadores, os considerados de origem italiana, alemã ou polonesa. Os colonos viviam um modo de vida despojado e *habitus*⁷⁴, ou seja, um esquema axiológico diferenciado dos agricultores, os colonos, ao menos próximo daquele do qual predominavam as relações encantadas,⁷⁵ sem a universalização das trocas mercantis e sem a preocupação com acumulação de recursos financeiros.

Geralmente os caboclos fixavam-se isolados com suas famílias no interior da mata, de onde extraíam frutas, erva-mate, caçavam, como forma de seu sustento. Cultivavam pequenas lavouras de subsistência, aliada à criação de pequenos animais, como porcos e galinhas. Refere-se ao como caboclo lavrador nacional, com um modo de vida diferenciado, mais próximo do nível de vida original indígena. E o “colono”, por sua vez, é o camponês⁷⁶ imigrante ou filho de imigrante europeu.

⁷³ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras [...]*, 2006, p. 103.

⁷⁴ A definição de Habitus Segundo Bourdieu, os *habitus* são os princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que come o operário e sobretudo a sua maneira de comer, o esporte que ele pratica e sua maneira de praticá-lo, as opiniões políticas que são as suas e sua maneira de exprimi-las, diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes de um industrial, mas são também esquemas classificatórios, os princípios de hierarquização, os princípios de visão e divisão, os gostos diferentes. Eles criam diferenças entre o que é bom e o mau, entre o que está bem e o que está mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas estes não são os mesmos. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode aparecer como distinto para um, pretensioso ou banal para outro, vulgar a um terceiro.”

⁷⁵BOURDIEU, P. *La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique. Sociologie du Travail*, Paris: Seuil, 1963, p. 65.

⁷⁶MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 45.

De modo geral, em todo Brasil as concepções mais comuns em relação ao “lavrador nacional” do Rio Grande do Sul referem-se ao seu suposto isolamento. Dessa forma, “caboclo” seria o que estaria à margem do mercado, razão para muitas queixas pela sua indolência, marginalidade e ociosidade. Na verdade, os camponeses nacionais do sul não estavam isolados nem totalmente fora do mercado. Um exemplo notável de inserção do caboclo nas atividades de produção de mercadorias é a produção de erva-mate. Milhares de lavradores nacionais do sul do país se dedicavam ao extrativismo da erva, produto exportado para os países do Prata, mas também consumido internamente, movimentando grandes somas em dinheiro. Os tributos aplicados sobre esse produto de exportação eram tido como a principal fonte de renda dos municípios do Planalto gaúcho.

A consolidação do modelo social e cultural urbano deu origem ao estereótipo que expressa uma distinção valorativa entre o rural e o urbano.

[...] a redefinição cultural, ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos. A afirmação da existência urbana ainda que anônima, exprimiu-se culturalmente na construção de estereótipos, alguns negativos do homem rural. A figura do caipira tem reafirmadas e atualizadas, nessa fase, as suas conotações fundamentais, ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso.⁷⁷

Portanto, a denominação “caboclo” passou a ser atribuída, no Brasil, ao indivíduo que mais propriamente se detinha à produção agrícola de subsistência e que morava na floresta. Esse estereótipo, de acordo com Martins,⁷⁸ servia para duas finalidades: uma para reforçar a identidade do urbano em formação, como sendo o moderno, possuidor de elementos econômicos, sociais e culturais avançados; outra para classificar o caipira, como sinônimo de atraso, de tradicional, incapaz de progredir pelas suas próprias forças.

Supõe a sociedade agrária como mundo à parte esdrúxulo, no “todo” que é definido pela perspectiva urbana e cujos significados fundamentais se opõem, pois uma unilateral dependência do rural em relação ao urbano, que se “moderniza” e neste se integra apenas na medida em que consome produtos e os estilos de vida da sociedade urbana.⁷⁹

Com o passar dos anos, o termo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva,

⁷⁷MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo* [...], 1983, p. 23.

⁷⁸Idem, p. 24.

⁷⁹Idem.

passou a descrever essencialmente a realidade socioprodutiva, mesmo mantendo-se subjacente.

Na citação anterior, Martins⁸⁰ aponta para a interpretação sociocultural do caboclo e do camponês para uma condição de inferioridade, de dependência e incapacidade de progredir autonomamente. Essa compreensão evolucionista etnocêntrica acaba por determinar a interpretação dos fatos e dos elementos culturais que os envolvem. O caboclo sempre desenvolveu uma relação de íntima proximidade com a natureza, o que ocorreu, entre outros motivos, uma vez que a sua forma de subsistência estava estreitamente associada.

Para Zarth,⁸¹ os colonos imigrantes eram tão ignorantes quanto os caboclos no que se refere aos aspectos jurídicos. Alguns nem sequer conheciam a língua portuguesa. Um funcionário público levava os imigrantes até os lotes rurais e lhes entregava uma quantia de terra para ser paga em suaves prestações, pois eram esses agricultores encarregados do desenvolvimento agrícola, e não os caboclos, segundo a política oficial. Essa é a razão de os caboclos brasileiros receberem tratamento diferenciado e que acabaram por se tornar os sem-terra, intrusos e peões baratos. Para o autor, a questão da mão de obra nas estâncias foi resolvida pelo fato de se intensificar o emprego de trabalhadores livres já existentes. Com a imigração e o súbito aumento da população regional, associados à população cabocla, foi possível o surgimento de um mercado regional de mão de obra, porque os caboclos despossuídos de terras sujeitavam-se a trabalhar como peões nas estâncias por salários relativamente baixos, ou como agregados, com a possibilidade de plantar para a subsistência e permanência no interior da fazenda.⁸²

Para se pensar no caboclo devem ser levadas em conta as distintas etnias, que fazem parte da sua constituição, da sua vinculação com a terra como lavrador e também das relações com outros grupos sociais. O caboclo, mesmo não tendo uma definição mais específica em termos de constituição étnico-cultural, aparece vinculado às condições de marginalização, em consequência da ordem escravocrata à abolição da escravatura.

Thomé⁸³ tenta superar uma perspectiva estritamente étnica, pensando o caboclo segundo alguns modos de vida, valores, costumes e práticas de religiosidade. Essa caracterização destaca vários elementos, como a cor da pele, o comportamento religioso, alguns modos de vida e traços étnicos.

⁸⁰MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo* [...], 1983, p. 65.

⁸¹ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*, 1996, p. 77.

⁸²THOMÉ, Nilson. *Guerra civil em Caçador*. Caçador - SC: Fearpe, 1984, p. 129.

⁸³Idem, p. 129.

Com relação ao trabalho apresentado se destaca o conceito de caboclo de Zarth e Martins, sendo que este caboclo estudado se encontra às margens da BR 386 este caboclo pluriativo que produz para vender e sustentar sua família com tendas na comunidade de Vila Assis comércio este localizado na BR.

2.2. Trabalho, terra e a família: a lógica da vida cabocla

Segundo o relato de Maestri,⁸⁴ os colonos enfrentaram muitas dificuldades ao iniciarem o trabalho do cultivo da terra nos primeiros tempos da colônia, sobretudo na época em que os métodos de cultivo eram rústicos. A qualidade dos solos, a abundância de terras e a escassez relativa de braços determinavam que a agricultura colonial imitasse a coivara indígena. Os terrenos eram desmatados e limpados, abatendo-se as árvores menores e os arbustos, posteriormente eram reunidos e, quando secos, queimados. A seguir era feita a plantação. Comumente, por causa do terreno irregular, de raízes e de pedras o arado era abandonado, até mesmo a enxada. O rústico bastão era o instrumento usado para plantar, que consistia em abrir covas e ali eram depositados os grãos⁸⁵ de milho, ou outro produto.

A família, nesse sentido, desempenhava um papel social extremamente importante na vida do indivíduo em sociedade. Para se ter melhor compreensão do termo “família”, deve-se pensar em algumas particularidades de definição, como a família tradicional é constituída pela mulher, seu companheiro e a prole, resultante dessa união. Em algumas famílias existiam ainda os agregados, que se somavam ao número já constituído, bem como parentes colaterais, consanguíneos ou não.

Segundo Breves,⁸⁶ era costume dos caboclos criarem os animais soltos e próximos dos ranchos; no entanto, percorriam longas distâncias para cultivar as roças, onde plantavam o milho e o feijão, para garantir o sustento da família. O autor relata ainda que

a maior parte desses caboclos tinha seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas, mas iam fazer suas roças à beira de alguma sanga ou rio a léguas de distância. Isso para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando tinha) perto de sua casa. Os

⁸⁴ MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul. 1875-1914*. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2001, p. 104.

⁸⁵ MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra...*, 2001, p. 104.

⁸⁶ BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 6, p. 32-76, out. 1985.

caminhos para as roças onde se encontravam os paióis eram picadas intransitáveis. Na época de fazer as plantações, os caboclos iam para lá no começo da semana e voltavam às sextas-feiras. Colhidas as roças, o milho e o feijão eram depositados no paiol dentro da roça. Toda vez que deles necessitavam tinha que ir buscar.⁸⁷

Quanto à divisão do trabalho, a mulher e o homem desenvolviam tarefas específicas. O trabalho braçal, como o cultivo da roça, era de responsabilidade do homem; para a mulher eram-lhe reservados os trabalhos domésticos, como cozinhar, lavar pratos, limpar o chão, lavar e remendar a roupa, cuidar das crianças. Renk⁸⁸ corrobora com o exposto e completa afirmando que à mulher cabe as atividades internas, ou seja, as que eram executadas dentro de casa. Se o homem não tem folga, a mulher tem menos ainda. Pelas falas das mulheres idosas, fica explícito que “o homem luta mais”, mas “a mulher tem mais obrigações”.

O descaso pela agricultura por parte dos lavradores nacionais e escravos implicava desconsiderar uma parcela significativa da população camponesa nacional, que seria de extrema importância para se entender melhor vários aspectos relacionados ao processo de ocupação, bem como o desbravamento da fronteira agrícola e a formação do mercado de trabalho livre em substituição ao escravo. Estudar a agricultura dos não imigrantes significa estudar o camponês nacional, que é pouco examinado no Brasil, em razão de ser mais conhecido pelos seus fazendeiros, escravos e imigrantes europeus.

O caboclo passou a ocupar as matas, a explorar a terra e a extrair as riquezas. O desenvolvimento econômico e social foi inicialmente caracterizado por um sistema extrativista, como já referido, envolvendo várias culturas, entre os quais a erva-mate e o mel de abelha, além de pequenas plantações de milho e criação de suínos.

Quando a colheita estava madura, soltavam os porcos para a engorda, e o passo seguinte era vendê-los para a produção da carne e da gordura (banha). Nas entressafas das culturas da roça, os caboclos davam início ao corte da erva-mate, atividade principal que iniciava entre o começo do inverno e o fim da primavera. Assim era o modo de vida do caboclo e de sua família.

O processo de trabalho faz-se, de um lado, a partir de uma idealização de natureza; em outros termos, não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida; de outro, faz-se no interior de um processo de relações sociais que transformam a natureza. Para entender a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural

⁸⁷BREVES, op. cit., p.74.

⁸⁸RENK, Arlene Anelia. *A luta pela erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó - SC: Grifos, 1997, p. 64.

como o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens ao longo do tempo; a natureza é transformada, inclusive, pelo próprio processo de trabalho, como também o acesso a ela, e são recriadas categorias sociais específicas.

O processo de trabalho se dá pela articulação de forças produtivas com as relações sociais de produção. A noção de forças produtivas é utilizada pela sociologia, de maneira específica, em cada sociedade, contudo, nem os recursos nem os instrumentos e os homens existem sem a cultura. E o saber que permite usá-los é a cultura, que lhes dá significado, inclusive, para além da materialidade, ou além da instrumentalidade prática de trabalho. A noção de relações de produção refere-se às funções preenchidas por indivíduos e grupos no processo de produção, no controle dos fatores e meios de produção, embora essa noção esteja, geralmente, vinculada à ideia de classes sociais.

O processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o levam a construir não apenas espaços de produção e distribuição de riquezas, desigualdades e estratificações sociais, mas também a criar espaços e conflitos sociais de gênero.⁸⁹ É no e pelo trabalho que o sujeito se constitui como tal, modificando o mundo e a si mesmo, criando novas necessidades e possibilidades, complexificando a si próprio e a totalidade social. É também através dele que o homem reproduz as suas relações sociais e incorpora os valores, as funções, as hierarquias e as formas de sociabilidade.

É no trabalho que o ser humano desenvolve sua capacidade criadora, orientando-o para novas possibilidades, impulsionando-o para tomadas de decisões e escolhas conscientes, conduzindo-o para buscas de novas formas de ser, mais emancipadas e autônomas e que rompam com todas as formas estranhadas do ser social, com enfoque específico à liberdade. Para que esse trabalho emancipador e essa ampliação do ser social de fato ocorram, faz-se necessário que esse sujeito seja protagonista da construção de sua própria história, um ser ativo, participante e que tenha fundamentalmente este reconhecimento em sua subjetividade.⁹⁰

Maurice Godelier,⁹¹ com base numa concepção marxista do trabalho, a noção de forças produtivas, percebe-as como

[...] os meios materiais e intelectuais que os membros de uma sociedade implementam dentro dos diferentes processos de trabalho, a fim de trabalhar a natureza e extrair dela os seus meios de existência, transformando-a, assim, em natureza socializada.

⁸⁹WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. *O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997, p. 46.

⁹⁰SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser social: uma reflexão da ontologia de Gyorgy Lukács. *Contradictio*, Paraná, v. 2, n. 1, 2009, p. 43.

⁹¹GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*, p. 39.

A aparente abundância de terras florestais no sul do Brasil deu origem à ideia de que as áreas eram ociosas e mal exploradas pelos lavradores nacionais. Na verdade, os caboclos e os indígenas utilizavam o sistema de pousio longo. Ester Boserup,⁹² referindo-se ao continente americano, observa:

Colonizadores e funcionários coloniais europeus das regiões onde predominava o cultivo com alqueire longo ignoraram o fato de que estas terras em aparente desuso estavam, na verdade, sob pousio. Vastas extensões daquelas terras foram expropriadas para uso dos colonos e dos companheiros plantadoras ou foram declaradas reservas onde não era permitido aos nativos abrir clareiras para o cultivo. Pensa-se que nenhum dano se causaria à população nativa, desde que lhe fosse deixada a posse de terras que estavam na ocasião sob cultivo.⁹³

O sistema utilizado pelos caboclos era o pousio, ou seja, deixavam-se as terras cultiváveis em descanso, em repouso. Essa prática era executada variando de um a três anos. O cultivo das culturas da roça era interrompido para que a terra se recuperasse e se tornasse mais fértil, principalmente quando das grandes culturas, como o milho. O processo de recuperação do solo era feito por meio do cultivo de matéria verde que era incorporada ao solo em forma de adubação verde.

Esse proceder agrícola não era muito diferente daquele que aconteceu no sul do Brasil, onde os índios e caboclos que adotavam o sistema tradicional de cultivo foram, aos poucos, perdendo espaço para os colonos. Para justificar esse procedimento, criou-se um discurso ideológico, atribuindo uma qualidade superior aos colonos imigrantes, especialmente os germânicos e os italianos.

2.3- Trabalho e renda na vida cotidiana do caboclo

O processo ideológico está imbricado no processo de trabalho e condiciona a relação entre consumo alimentar e participação na produção. No caso da mulher, ainda que participando da mesma etapa e momento do processo de trabalho e, mesmo, que sua

⁹²BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. Trad. de Ariovaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987, p. 65.

⁹³ Idem.

produtividade na jornada seja idêntica à do homem, esse processo determina que a mulher não tenha o direito de partilhar o mesmo padrão de consumo dos homens.⁹⁴

O parceiro (de quinta, de quarta, de terça ou de meia) é um sócio do proprietário da terra. Eventualmente, contrata serviços de terceiros, cujos ganhos se referem praticamente a um único fator de produção: o trabalho. Este produtor de mercadorias eram bens destinados previamente à troca, isto é, pela mediação das outras mercadorias, o trabalho se determina como social e abstrato. O trabalho infantil integra-se ao projeto deliberado ou implícito da família de proceder à acumulação e de libertar da venda de força de trabalho ao proprietário da terra ou, simplesmente, de ampliar a acumulação. Embora a atividade escolar também seja socialmente valorizada como trabalho, é suposta como adestramento que dá conta de certas abstrações da sociedade urbana.

O mutirão, segundo Martins,⁹⁵ cujo sentido não aparece deformado para o observador urbano, constitui uma variação de instituição que tem por objetivo a utilização ótima da força de trabalho em face da quantidade disponível e das condições do meio natural. Apresenta-se, às vezes, na forma de troca de dias, de intercâmbio de força de trabalho em escala individual.

O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca, porque há condições econômicas para a sua comercialização, não porque tenha errado nas relações de troca com o resultado da divisão do trabalho. Diante da expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura, e não pelo grau de riqueza. O empreendimento capitalista situa-se “fora” dos componentes da estrutura social⁹⁶ da frente de expansão e absorve a renda potencialmente gerada pela terra.

2.4. A dimensão religiosa do caboclo

Na compreensão histórica tradicional, explica-se a constituição do caboclo brasileiro como fruto da miscigenação racial, resultado da mistura entre índios, nativos da terra e europeus. A religião é um conjunto de símbolos sagrados que busca constituir uma forma de existência, pode ser entendida também como representante de uma existência pretendida.

⁹⁴ Essa diferença de padrão alimentar entre homens e mulheres, com distinção ao chefe de família, foi observada em vários outros lugares, como no estudo de Klaas Woortmann “Hábitos e ideologias alimentares da população de baixa renda”.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ FLORESTAN, Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 54.

Nessa perspectiva, a religião é elemento significador e significante, ao mesmo tempo em que, por meio de símbolos sagrados, expressa um conjunto de valores e condutas, pode conduzir um determinado grupo a agir de uma forma a preservar esse mesmo conjunto de condutas.

Sobre o movimento dos Monges Barbudos ocorrido na região de Soledade em 1938, Marcon,⁹⁷ na relação entre os monges e os caboclos, afirma: As figuras dos monges, dos beatos e dos conselheiros estão fartamente presentes na cultura cabocla, sobretudo quando se trata da religiosidade e das práticas da fé dos camponeses. O entendimento da relação que eles estabelecem com o público camponês é imprescindível para que compreendamos o surgimento desses personagens, bem como a prática de fé desses grupos sociais. Marcon,⁹⁸ ao discutir o papel dos monges no meio caboclo, afirma:

Os monges conquistaram uma posição de destaque entre os caboclos, já que, de certa forma, legitimavam as suas práticas, vivendo num contexto onde as instituições oficiais praticamente não se faziam presentes e que, quando se estabeleceram, foram motivo de conflito, os caboclos encontraram na atuação dos monges apoio e reconhecimento.⁹⁹

O caboclo sempre desenvolveu uma relação de íntima proximidade com a natureza, o que ocorreu, entre outros motivos, em virtude a sua forma de sobrevivência que estava estreitamente associada àquela. Ele não concebe a terra, por exemplo, como forma de usurpar recursos naturais para acumular capitais, mas como meio de sustento, e a sociedade brasileira estava dinamizando um cenário de modernização conservadora, homogeneizadora e repressora.

Os cuidados com a natureza eram fundamentais para a preservação da vida, razão última dos humanos e da própria natureza. Neste sentido, os monges não introduziam um discurso alheio às experiências, mas faziam as articulações entre estas e o sagrado, reforçando certas práticas para com a natureza e com as pessoas, enquanto compromisso com o próprio divino.¹⁰⁰

⁹⁷ MARCON, Telmo. *Memória e cultura*...., 1998, p. 50.

⁹⁸Idem, p. 50.

⁹⁹Idem.

¹⁰⁰Idem.

Dois elementos fundamentais são ressaltados por Marcon: um, a identidade entre o discurso dos monges e o cotidiano dos caboclos permitia uma identificação entre as pregações (o religioso) e o vivido; outro, a natureza se torna mediadora entre esses dois aspectos.

Sobre a religiosidade do monge São João Maria, relata Verdi:

Em troca da hospitalidade, o andarilho ensinou-lhe a arte e o segredo das ervas medicinais. Ter-lhe-ia também ensinado outras utilidades da natureza, chamando a atenção para a nobreza do sol, dos rios, da lua, das matas. Alertou sobre os males do fumo plantado por colonos e guardado dentro de casa para secar. Tendo permanecido breve temporada, ao final das lições e ensinamentos, o andarilho apresentou-se como João Maria, ou o santo monge João Maria, assegurou que Deca França havia sido escolhido para uma missão divina. Deveria escolher uns amigos para fundar uma seita de eleitos.¹⁰¹

As práticas dos monges precisam ser compreendidas no horizonte da religião do povo¹⁰² na medida em que reconhece e valoriza o modo de vida das pessoas do campo. A pedagogia dos monges adentra a cultura dos caboclos e desenvolve as ações e as pregações a partir dessa. Monteiro¹⁰³ expõe a função do monge na autonomia religiosa do povo:

O monge conquistou sua posição, porque legitimava e dava sentido às práticas religiosas, bem como às visões de mundo dos caboclos. Movia-se com destreza junto as suas necessidades: quando havia doença, prescrevia receitas com plantas e ervas, conhecidas pela população na lida diária com a terra, bem como orações e ritos que operavam “verdadeiros” milagres. Enfim, os monges valorizavam a tradição da cultura cabocla, tanto para a transmissão quanto para a sobrevivência dessas narrativas. A recepção dos ensinamentos do monge passa por essas interpretações das práticas com dimensões simbólicas, como os rituais de batismo e de cura, que eram realizados junto às fontes sagradas, criadas, segundo as crenças, pelo próprio monge. Tais fontes tornam o espaço sagrado, contribuindo para a permanência do monge, e desempenham um papel de memória. A atribuição de caráter sagrado a esses lugares mantém a memória do santo viva na comunidade.

¹⁰¹VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade, das sesmarias, dos Monges Barbudo* [...], 1987, p. 32.

¹⁰²BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória do sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 90.

¹⁰³MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto militarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p. 306.

No relato de Sebastião Firmino Nunes, morador de Soledade, podemos perceber a presença dessa memória do sagrado e o significado das fontes de cura:

[...] o padre santo fez nascer a fonte [...]. O monge parou para descansar. Plantou uma cruz de madeira aí mesmo. Olha, tem ainda o sinal [...]. Quando sentiu sede, não tendo água, levantou a mão e disse: Este lugar é abençoado; dará água para eu tomar; o doente será curado e vai as almas salvar. Todos que se virem perdidos ou perseguidos se salvam com essa água. Daí estourou a vertente, brotou água pura.¹⁰⁴

As fontes de água servem para confirmar sua presença e sua ausência. O espaço sagrado torna-se, assim, uma maneira de expressar o sentimento religioso e serve, igualmente, para confirmar sua existência. O lugar sagrado, para as populações desses sertões, não será a igreja material, mas a natureza com a qual convive o dia a dia. O monge ao se identificar com a natureza, identificava-se também com as pessoas que viviam dela; seus milagres possibilitavam realizar e prover as necessidades imediatas dessas populações.

Podemos indicar que a figura do monge sagrado, através das rezas, crenças e lugares sagrados, propiciou reunir uma parcela da comunidade. Os Monges Barbudos deram homogeneidade à fé e à religião dos caboclos, e mediante essa união, uma identidade. Para compreendê-los faz-se necessário decifrar as representações dos lugares santos, como as fontes d'água, tidas como portadoras de poderes de cura e que se tornaram lugares de peregrinações, onde se busca estar próximo do sagrado e obter todo tipo de bênção.

Ser caboclo hoje passa pelo processo de ambientação à medida que se consideram os legítimos filhos da floresta, em oposição aos colonizadores, que destruíram o mato e transformaram localidades em porongais, ou seja, decretaram o fim dos núcleos caboclos. Nesse caso, acionam as profecias do Monge João Maria que já antevia o fim da vida das “relações encantadas”.¹⁰⁵

Fontes de águas santas são encontradas e recorre-se a elas para batismos, muitas vezes levando a parentela para pedir graças e acender velas, ou ainda buscar água para fins religiosos e terapêuticos. A maioria delas foi padronizada e cimentada, para facilitar a captura da água. Algumas encontram-se em relativo abandono, outras contam com oratórios e muitos pedidos a João Maria. Outras formas de enfatizar a territorialidade são as festas de santos,

¹⁰⁴VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade, das sesmarias...*, 1987, p. 64.

¹⁰⁵RENK, Arlene. *A luta pela erva: um ofício étnico na nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó - SC: Grifo, 1997, p. 45.

como São João, São Sebastião, São Roque, a festa do Divino Espírito Santo¹⁰⁶ e a de São Sebastião, todas entraram em refluxo e foram novamente reativadas ou reinventadas.¹⁰⁷ Essas festas se diferem das demais festividades organizadas com finalidade lucrativa. No período matutino ocorre a cerimônia religiosa e à tarde mediadores assumem um tom professoral para recuperar a história cabocla, ou seja, a dimensão surrupiada pela história oficial, como estratégia de recriar territorialidade sem contiguidade, mas ancorada num passado comum. Não pode ser esquecida a identidade religiosa faccional, já que há considerável contingente convertido ao pentecostalismo, que renega o catolicismo popular de outrora.

Enfim, analisamos neste capítulo os aspectos que constituem a cosmovisão do caboclo na sua relação com a terra e a produção extrativista, com os elementos simbólicos e práticos de sua vida. O caboclo tem um *éthos* característico, um modo de ser que se relacionou com o mundo da imigração europeia, como é (foi) o caso dos Monges Barbudos e da religiosidade, região esta estudada, e que apresenta a crença em São João Maria. Deve-se ao caboclo a herança culinária do consumo da batata-doce, do feijão, da mandioca, entre outros.

A análise das categorias descritas a seguir irá fornecer a materialidade das questões propostas na pesquisa, estabelecendo a relação entre a fundamentação teórica utilizada e os dados empíricos, que representam a contraprova histórica, e, portanto, respondem aos objetivos do estudo através das questões norteadoras. Nesse sentido, foi estudado o caboclo do município de Fontoura Xavier, localizado às margens da BR 386, com a produção agrícola de subsistência, vendida nas tendas, sua expressão do *éthos* que sintética e genericamente analisamos no capítulo.

¹⁰⁶MARCON, T. *Memória, história cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 23.

¹⁰⁷HOBSBAWM, E. Introdução: invenção das tradições. HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 54.

3. FONTOURA XAVIER E OS CABOCLOS-COMERCIANTES E CAMPONESES

Este capítulo tem por objetivos analisar os caboclos comerciantes que atuam na beira da estrada no município de Fontoura Xavier, entender a conjuntura que cerca esse tipo de comércio, discutir a situação econômica e social desses trabalhadores e de suas famílias, visualizar as relações sociais dentro da comunidade. Para isso foram entrevistados trinta ocupantes de tendas, moradores da comunidade de Vila Assis, município de Fontoura Xavier,¹⁰⁸ às margens da BR 386.¹⁰⁹ O recurso utilizado para entrevistas foi o questionário, com perguntas direcionadas para alguns eixos centrais, como a construção da identidade do caboclo comerciante, as práticas de troca mercantil, as relações nas esferas pública, regional, estadual e as condições atuais de sua identidade como comerciante. O capítulo ainda procura revelar as múltiplas correlações econômico-culturais que envolvem a identidade social do caboclo.

3.1. O desenvolvimento do município de Fontoura Xavier

O palco de nossa pesquisa é o município de Fontoura Xavier. Possui uma população dividida entre a zona rural e a urbana. Um dado importante constatado é de a maior parte da

¹⁰⁸ Conta-se que, de passagem pelo distrito, o Sr. Fontoura Xavier hospedou-se em dois hotéis da cidade onde se encontrou com o professor Ernesto Ferreira Maia, presenteando-o com o livro *Poesias opalas*. Na ocasião da emancipação, em 1965, e da escolha do nome do novo município, Ernesto Ferreira Maia, querendo homenagear o amigo, enviou um ofício à Câmara de Vereadores de Soledade sugerindo o nome de Fontoura Xavier, que foi aprovado pela referida casa. O primeiro nome do município, o que não é correto, chegou a ser oficializado como Getúlio Vargas e, posteriormente, Fontoura Xavier. In: ORTIZ, Mirian da Silva. *Ensaio para atlas do município de Fontoura Xavier* (Monografia de conclusão da licenciatura plena em Geografia) - Universidade de Passo Fundo, p. 16. Administrativamente, Fontoura Xavier divide-se em cinco distritos, em várias comunidades e localidades menores denominadas “linhas” ou “picadas”. Assim, primeiro distrito, sede; segundo distrito, Picada Silveira; terceiro distrito, Gramado São Pedro; quarto distrito, Campo Novo, e quinto distrito, Três Pinheiros. Localiza-se a 214 km da capital do estado, Porto Alegre. Na década de 1960, a área territorial do município foi alterada pelo corte da rodovia Presidente Kennedy, BR 386 (Estrada da Produção), a qual, atualmente, denomina-se Rodovia Leonel Brizola. Os limites territoriais fontourenses confrontam-se ao norte com os municípios de Soledade e Arvorezinha; ao sul com os municípios de Progresso e Pouso Novo; a leste com Putinga e São José do Herval; ao oeste com o município de Barros Cassal.

¹⁰⁹ Em 19 de dezembro de 2007, pela lei nº 11.620, o presidente Lula denominou-a de “Rodovia da Produção”, ou ainda de “Rodovia Presidente Kennedy, de rodovia Governador Leonel Brizola”. A rodovia teve trechos repassados do governo federal ao governo estadual na década de 1990, sendo então concedida a grupos privados para a manutenção e conservação da via e faixa de domínio. As concessionárias que atuam na rodovia são as Sulvias (Polo Lajeado) e a Coviplan (Polo Carazinho).

população ainda viver na zona rural, deduzindo-se que ainda são conservadas fortes raízes de trabalho desenvolvido na lavoura. Por essa razão esta pesquisa foi direcionada no sentido de revelar essa realidade, fixando-se no ponto específico de mostrar a vida dos que comercializam produtos à beira da rodovia BR 386. Os moradores ocupam um lugar intermediário entre os que atuam diretamente com a agricultura e os que executam atividades no setor urbano. A Tabela 1 mostra, em números estatísticos colhidos em 2011, essa distribuição da população no município.

Tabela 1 - Distribuição urbana e rural do município de Fontoura Xavier

Habitantes	
Zona urbana	4.086
Zona rural	6.994
Total	11.080

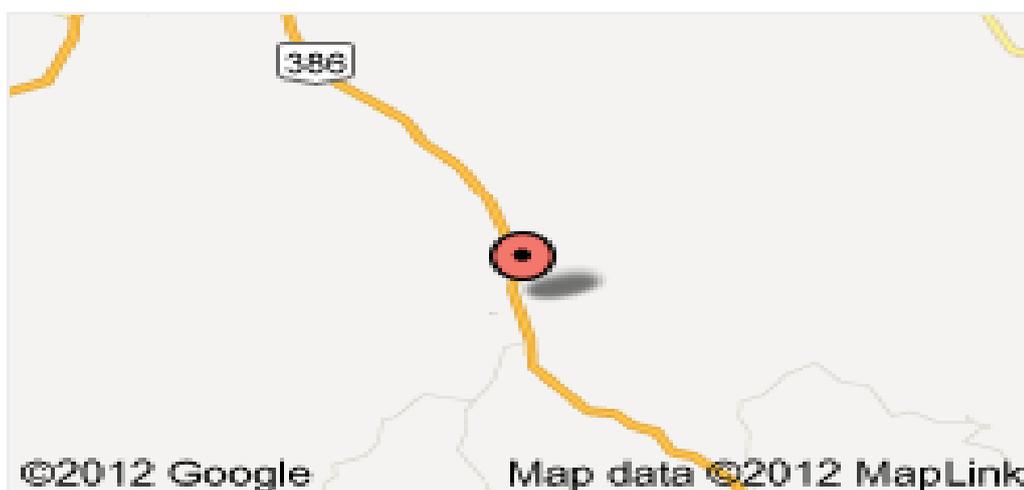
O suporte econômico de Fontoura Xavier se alicerça principalmente na agropecuária, desenvolvendo a criação de bovinos. Com menor expressão, estão as culturas de milho e feijão e no setor industrial ressaltam-se a indústria da erva-mate, as confecções, as madeireiras, serralherias, fábricas de móveis, tijolos, calçados e indústria de alimentos. A empresa com maior expressividade do município é a Companhia de Energia e Desenvolvimento Rural de Fontoura Xavier (Cerfox), que fornece energia elétrica para 24 municípios.

Na Figura 2 observa-se a localização do município de Fontoura Xavier.



Fonte: Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Fontoura_Xavier.svg. Acesso em: 10 jan. 2010.

Figura 2 - Localização de Fontoura Xavier no Rio Grande do Sul



O município está inserido na microrregião do Alto da Serra do Botucaraí, que se emancipou de Soledade em 1965. Caracteriza-se pelo clima subtropical úmido e subtropical de altitude em algumas regiões. Em relação à realidade socioeconômica, por ser um município predominantemente agrícola, possui maior absorção de mão de obra nesse segmento. Já a caracterização do gênero em termos de predominância constatou-se que há uma certa equivalência, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - População de homens e mulheres no município de Fontoura Xavier

Número de habitantes quanto ao gênero	
Homens	5.724
Mulheres	5.356
Total	11.080

O comércio de Fontoura Xavier conta com oitenta estabelecimentos, dos quais trinta estão localizados nas margens da BR 386, caboclos comerciantes que comercializam para sustentar suas famílias. O Distrito Industrial oferece infraestrutura e incentivos fiscais para as empresas que desejarem se instalar em Fontoura Xavier. Entretanto, o suporte econômico está alicerçado no binômio pecuário e agrícola, especialmente na agropecuária, com a produção de bovinos. Com menor escala destacam-se as culturas do milho e do feijão, como também a produção da erva-mate. Nos períodos de redução de oferta de trabalho nas lavouras, as famílias vivenciam a precariedade das condições de vida em razão da pouca renda nesses períodos. Mostra, assim, que a situação da população trabalhadora em Fontoura Xavier é de vulnerabilidade, prova disso são as 6.569 famílias cadastradas no programa Cadastro Único (Cadúnico, cadastro neste realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Fontoura Xavier), dessas 871 recebem a auxílio repassado pelo governo federal pelo Programa Bolsa Família. Dessa maneira, cresce a pobreza, por não haver outros meios de suprir as necessidades básicas das famílias. O reflexo imediato e direto é a falta de alimento, vestuário, vivendo em condições precárias de moradia e no agravamento das condições de saúde.

3.2. O caboclo tendeiro à margem da BR 386

O caboclo, na dinâmica mercantil, sempre produziu para consumir, posteriormente também para “vender”. Iniciou comercializar seus produtos agrícolas às margens da BR 386 em 1935. Quando então surgem na Estrada da Produção como assim era conhecida, em 19 de dezembro de 2007, através da Lei Nº 11.620, o Presidente Lula denominou esta rodovia, que até então era chamada pelos populares de "Tabaí-Canoas", "Rodovia da Produção", ou ainda de "Rodovia Presidente Kennedy", de “rodovia Governador Leonel de Moura Brizola”. Com a construção da rodovia facilitou a comercialização pois os mesmos devido a grande movimentação e circulação de carros para a venda de seus produtos.

Inicialmente era oferecida uma variedade grande de produtos dispostos nas tendas, como feijão, abóbora, melão, pinhão, melancia, amendoim, mandioca batata-doce, enfim, quase tudo o que se produz na lavoura. Com essa diversidade de produtos, para o caboclo comerciante dobrava também suas atividade, ou seja, após o duro trabalho da roça, tinha de também atender a venda, como se pode imaginar, são pequenos pontos de vendas localizados na beira da estrada, geralmente eram construções de madeira, mas, no início, tinham piores também. Os caboclos comerciantes, além de comerciar o que produziam na lavoura, compravam ou trocavam produtos que outros agricultores lhes traziam. Dessa forma se concretiza a dinâmica no desenvolvimento dessa atividade entre os produtores e os comerciantes.

Segundo Castro,¹¹⁰ uma análise econômica feita por um cronista cruz-altense aponta as principais dificuldades enfrentadas nessa região por essa gente: o comércio em geral, na região missioneira, era atrasado, a indústria e a agricultura pouco se desenvolviam, apesar de existir matéria-prima; a agricultura, mesmo com um solo ubérrimo, “não oferecia brilhantes resultados, como em nenhuma outra parte da província”. Outra dificuldade vivenciada eram as grandes distâncias dos centros consumidores, a falta de braços para o trabalho, sobretudo na dedicação exclusiva da maior parte de seus habitantes à indústria pastoril.

Era comum encontrar “as bodegas do meio rural”, assim como as lojas de secos e molhados. Estas possuíam algum galpão, onde por vezes tornava-se abrigo para os carreteiros e tropeiros quando das suas viagens e tropeadas e os animais eram soltos no potreiro para também pousarem. Esses locais se constituíam, sem dúvida, como espaços de contatos dos mascates, muitos dos quais, nos primeiros tempos, iam a pé, com seus produtos, em busca de

clientes no meio rural. Com a abertura de estradas e melhores condições econômicas, houve também a melhoria dos meios de transporte, tornando a mula, o cavalo puxando carretas como meios de transporte, tornando comum e identificador o vendedor ambulante.¹¹¹

Os comerciantes tinham informações que transcendiam a dinâmica das relações mercantis locais, ao mesmo tempo sabiam da necessidade monetária do colono e de que os lucros da agricultura eram dependentes da dinâmica da venda dos produtos.¹¹² Segundo Tedesco,¹¹³ o comércio caracterizava e envolvia diferentes categorias: colono que produzia e vendia para comerciantes, que também compravam (arrematam) dos vizinhos e revendiam para comerciantes de linhas ou da cidade, ou para consumidores em casas; o que era dono de carroças, os que eram donos de casas comerciais e ao mesmo tempo de várias carretas; o cargueiro que transportava pouco e vendia de porta em porta na cidade; os carreteiros que transportavam produtos de maior volume e que, como nos disse um comerciante, lucravam mais com o comércio, pois trabalhavam com grande volume e a produção alheia.

A análise das categorias descritas a seguir dá materialidade às questões propostas na pesquisa, estabelecendo a relação entre a fundamentação teórica utilizada e os dados empíricos que representam a contraprova histórica e, portanto, respondem aos objetivos do estudo por meio das questões norteadoras.

Os primeiros estabelecimentos comerciais¹¹⁴, eram denominados de “bodegas”, onde também eram compradas ou comercializadas outras mercadorias, bem como existiam as lojas de secos e molhados nas quais se comerciava da mesma maneira os produtos. Era, sem dúvida, o espaço de contato entre os envolvidos com a comercialização, tanto na compra como na venda de produtos e/ou mercadorias. Muitos deles viviam situações nessa atividade de muitas dificuldades, tanto no transporte, no deslocamento, como na busca por compradores que precisassem de seus produtos. Esses eram, na verdade, os vendedores ambulantes.¹¹⁵

Os tendeiros comerciantes eram vistos, segundo vários entrevistados, como negociantes, conceituados em diferentes categorias, como caboclo pluriativo que produzia e vendia para comerciantes que também compravam (arremata) dos vizinhos e os revendiam para comerciantes de linhas ou da cidade, ou para consumidores.

¹¹⁰ CASTRO Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasilense, 1987, p. 88.

¹¹¹ TEDESCO. João Carlos. *De olho na balança* [...], 2008, p. 23.

¹¹² ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 12.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ No presente trabalho foram entrevistados comerciantes da comunidade de Vila Assis, onde se concentram o comércio localizado às margens da BR 386.

¹¹⁵ TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança* [...], 2008, p. 23.

No início da colonização, o mecanismo das trocas fazia-se presente na base do comércio brasileiro em razão da ausência de uma moeda circulante. Segundo Jean Roche, todos os viajantes e funcionários do serviço de colonização que visitaram as colônias destacaram a animação das lojas em torno da trocas:

É uma das causas da surpreendente animação das lojas. Da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono leva sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios. Traz um saco de feijão, uma lata de banha ou uma dúzia de ovos se apenas precisa de pouca coisa; traz mais se prevê grandes compras.¹¹⁶

As vendas ou casas de comércio rural eram um espaço de intermediação mercantil, financeira e de sociabilidade; por excelência, espaços da presença masculina, onde ocorriam negócios, conchavos políticos, discussões, busca de informações, lazer, jogos nos finais de tarde e aos sábados. O comerciante conhecia as necessidades monetárias dos colonos e os lucros que obtinham com a agricultura. Podemos perceber no depoimento de antigos moradores de Fontoura Xavier.

Segundo Braudel,¹¹⁷ os primeiros a abrir lojas foram os artesãos, pois os verdadeiros lojistas chegariam mais tarde, estes, porém, só compravam e vendiam, sem nada fabricar; eram, pois, os intermediários na troca.

Havia bastante tendeiros aqui, freguês bem tratado sempre volta para comprar. Trocava mercadoria por dinheiro, sendo que, muitas vezes, até perdia no negócio, mas o que não podia perder era o freguês.¹¹⁸

As mulheres de mais idade entrevistadas são moradoras da comunidade da Vila Assis, que surgiu por volta de 1935, tendo seus primeiros moradores o Sr. Jorge Cecílio de Assis e seus filhos. Nessa época, viviam e se alimentavam pelo que cultivavam na agricultura. Nesse mesmo ano a comunidade de Vila Assis, em razão da grande movimentação na BR 386, sem pavimentação ainda, portanto estradas de chão, os moradores de “beira de estrada” colocaram suas primeiras tendas, cobertas de plástico. Essa atividade foi iniciada porque não havia

¹¹⁶ ROCHE. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

¹¹⁷ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV- XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 2.

¹¹⁸ Terezinha Silva, 64 anos, aposentada, moradora da Vila Assis - RS, Fontoura Xavier, concedeu entrevista em junho de 2009. É proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

emprego suficiente para a população do município. As pessoas, então, foram forçadas a ir em busca de alternativas para garantir sua subsistência e da família. Procuraram se estabelecer às margens dessa via. Silva registra dessa forma essa situação:

Com a grande circulação de carros na BR 386, fizemos tenda de madeira para vender produtos que plantávamos na roça. Como vimos que começou a dar certo paramos de ir a Soledade vender os produtos nas casas. Vínhamos de carroça para vender, pois necessitávamos daquela renda para sustentar nossa família.¹¹⁹

Sobre a importância do início da abertura da “estrada da produção”, como era conhecida a atual BR 386, entre 1960 e 1970, assim Gilmar Batisti registrou: “Com a abertura da estrada estadual, os caboclos podiam ganhar dinheiro com o trabalho na roça vendendo os produtos agrícolas.”

A entrevistada Juraci da Silva relata sobre o comércio às margens da BR 386, que foi passando de geração a geração.

Meu esposo ia até Soledade para vender feijão, batata, laranja, abóbora, pinhão. Em uma mula ou a cavalo, porque carona não era fácil conseguir, e tínhamos oito filhos para sustentar, não era fácil. Com o passar dos anos, um vizinho nosso conseguiu comprar uma camionete para ir Soledade vender as “quitandas”. Com a construção da BR 386 e a grande movimentação, experimentaram fazer tendas às margens da BR 386. Viram que dava dinheiro e não precisariam ir a Soledade vender suas “quitandas”.¹²⁰

A pavimentação da BR 386, antiga estrada da Produção, e a grande circulação de carros proporcionaram ao comércio um fluxo maior de pessoas e uma maior comercialização de produtos. Nesse local era onde a cada ano realizava-se a Festa do Pinhão, encontrado em abundância nessa região. Segundo a mesma entrevistada, no que se refere ao comércio desse produto, comenta que já existia essa prática por comerciantes vindos de famílias também comerciantes.

Começamos a vender pinhão, e produtos agrícolas que plantávamos e colhíamos de nossas terras. O comércio das tendas passa de geração para geração. Onde quem

¹¹⁹ Juraci Silva, 76 anos, moradora de Vila Assis, Município de Fontoura Xavier - RS, proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, foi entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em abril de 2010.

¹²⁰ Idem.

assumiu agora foi meu filho de 27 anos, o qual casou e, para não sair para longe para trabalhar nas firmas, continuou com a profissão de seu pai, o que vinha desde seu tataravô, bisavô e assim consecutivamente. Todos meus filhos se criaram comerciando junto com o pai.¹²¹

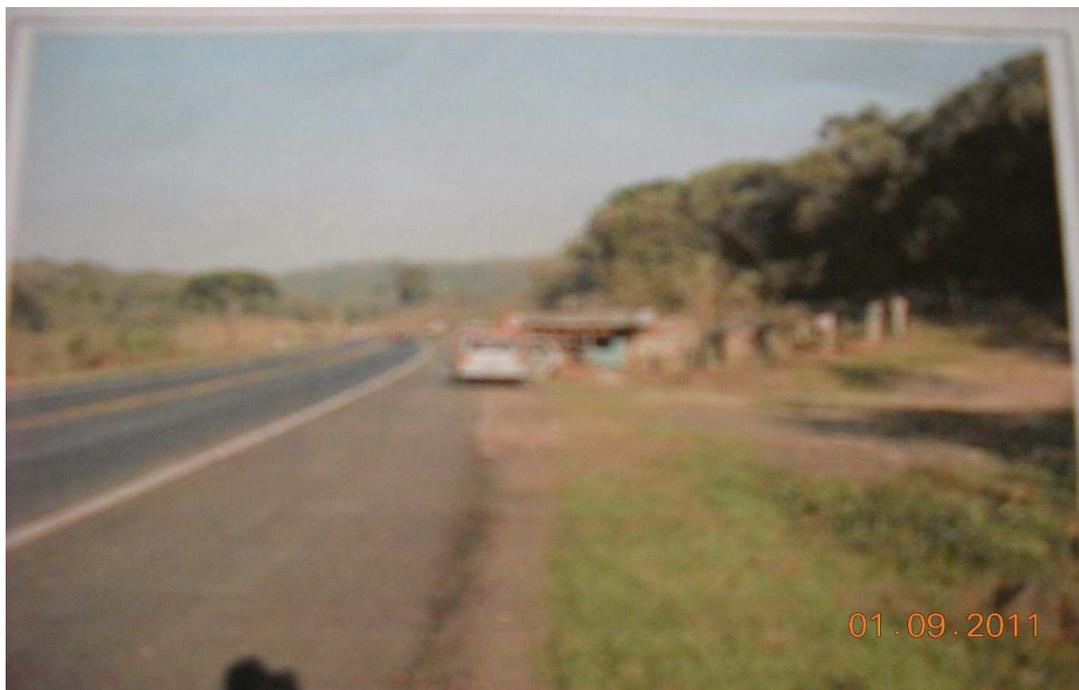
As tendas são um estímulo para muitos setores da área econômica, principalmente do setor agrícola, no sentido de as transformações ocorrerem mais rápidas do que as determinadas exclusivamente pelas necessidades de subsistência. Segundo Lopez,¹²² a influência do comércio foi mais direta e poderosa na promoção da especialização. Não afetou seriamente a tendência geral de os agricultores produzirem todos os produtos alimentares básicos, necessários à sua própria manutenção, mas orientou-os para um planejamento mais racional da produção de excedentes.

Em razão do alto risco que as pessoas corriam nesse comércio às margens da BR 386, houve a necessidade de se regulamentar essa atividade e ampliar mais a segurança para os que ali atuam. Um risco mais específico e iminente era em relação ao grande volume de carros que trafegavam e em alta velocidade, pondo em perigo os tendeiros estabelecidos às margens da via. Normas foram estabelecidas para se evitar tragédias, uma vez que as tendas ficam muito próximas da autoestrada. Por outro lado, com a pavimentação da estrada, proporcionou aos tendeiros melhores condições de vida, eliminando a poeira levantada estrada de chão. A circulação dos tendeiros ficou mais fácil e rápida, podendo se deslocar com menos dificuldade nas idas e vindas com suas mercadorias. Figura 3 das primeiras tendas após a construção do asfalto.

¹²¹ Juraci Silva, entrevistada já citada.

¹²² LOPEZ, Renata. *A Revolução Comercial da Idade Média*. Lisboa: Presença, 1975.

Figura 3- Primeiras tendas em 2001 localizadas às margens da BR 386



A caracterização do processo e da forma de comerciar em Fontoura Xavier, segundo Marley,¹²³ “realizava-se o comércio de trocas, comercializando os produtos com os caboclos e fazendo sua intermediação”. Os caboclos adquiriam do estabelecimento o que necessitavam para seu consumo, mas em troca, como forma de pagamento, era feito acordo de pagar com os produtos da colheita. Firmava-se, dessa forma, um sistema de troca-troca. Chegado o prazo, os colonos entregavam os produtos, que lhes era descontado o valor da retirada dos alimentos de primeiras necessidades. Nesse sistema, sem dúvida, os donos das vendas lucravam muito. Marley conta que “começava-se com uma tenda e após, instalava-se o comércio”.¹²⁴

Trocávamos mercadorias, ou seja, quando tínhamos produtos para vender e os caboclos não tinham como pagar, recebíamos em troca com feijão, abóbora, batata-doce, mandioca, entre outros. Pois, como o comércio é à

¹²³Marley Steinhaus, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em outubro de 2010, é presidente da Associação dos Tendeiros de Fontoura Xavier, comunidade de Vila Assis. Proprietária de uma das tendas às margens da BR-386. Vila Assis Município de Fontoura Xavier.

¹²⁴Entrevista com Marley Steinhaus, já citada.

margem da BR, sempre vendíamos e também tínhamos para o consumo da família.¹²⁵

Os donos das casas de comércio praticavam uma dupla intermediação. primeiro compravam do colono a produção agrícola ou animal e a vendiam aos atacadistas nas cidades maiores; depois abasteciam a família rural, vendendo-lhes produtos essenciais para o consumo. Dessa forma, o comerciante obtinha lucros nos dois sentidos: vendendo, comprando e financiando. Dessa forma, os comerciantes exerciam uma sólida liderança, dominando e até subjugando os colonos, que ficavam numa situação de dependência e subordinação pelo lado econômico e também pessoal.¹²⁶

O freguês¹²⁷ nesse processo torna-se uma figura importante, pois ele carrega consigo ideias e práticas de lealdade, obrigação, de uma tradicional relação mercantil, uma sociabilidade extraeconômica que camufla uma dinâmica de troca fria e dependente, ao mesmo tempo em que assegura o fornecimento de matéria-prima aos comerciantes. Nessa relação o que fale é a confiança. Entretanto, manter um “freguês” não era nada fácil, segundo uma moradora de Fontoura Xavier: “Havia bastante tendeiros aqui, freguês bem tratado sempre volta para comprar. Trocava mercadoria por dinheiro, sendo que, muitas vezes, até perdia no negócio, mas o que não podia perder era o freguês.”¹²⁸

Terezinha da Silva, também moradora desse local, assim nos conta como era a vida, o processo de comercialização e como surgiram as primeiras tendas:

Devido à dificuldade e também à situação econômica, resolvemos vender os produtos agrícolas que plantávamos. Como acabou dando certo, não precisávamos de nossos pais e maridos sair para trabalhar em firmas, sendo assim tínhamos o suficiente para o sustento da família. A agricultura como fonte de subsistência fundamental para a nossa família. Como as tendas acabaram dando certo, as outras famílias também começaram a colocar tendas.¹²⁹

Quanto à divisão do trabalho social no meio familiar existente, Marlene da Silva assim nos conta:

¹²⁵ Entrevista com Marley Steinhaus, já citada.

¹²⁶ BRUM, Argemiro. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fidene, 1988, p. 23.

¹²⁷ Idem, p. 15.

¹²⁸ Terezinha da Silva, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em junho de 2009, proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, com 64 anos, Vila Assis, município de Fontoura Xavier.

¹²⁹ Idem.

E todo mundo tinha essa vontade de trabalhar na terra, só que não tinha meios, porque todos eram filhos de pequenos agricultores [...] não tinham mais como sustentar os filhos na terra. Trabalhar que nem seus avós, seus pais, sem a questão da monocultura produzir seu próprio alimento, não depender de mercado, essas coisas. E a convivência coletiva acho que é o fundamental, porque nós temos aqui. A produção que nós temos hoje é porque a gente trabalha no conjunto. Porque, às vezes, um precisa sair, o outro fica. É aquela correria. Não vai ficar naquela dependência que eu já falei antes. Daí deu para nós construir, porque nós conseguimos diversificar mais a produção para o consumo de nossa família e para a venda. Porque se nós fosse assim, não tivesse esse trabalho no coletivo, nós ia limitar a nossa produção, porque somos todos, não sei se vocês perceberam, famílias pequenas, que ainda têm filhos pequenos. Então depende mais em casa um pouco, e ia limitar a produção.¹³⁰

A produção do trabalho social dependia da manutenção da ordem entre os indivíduos envolvidos. Todos os participantes da instituição familiar desenvolviam tarefas auxiliares para o andamento do trabalho. Facilitando, assim, a continuidade da descendência. Nas palavras de Marlene da Silva: “A família cabocla tinha o costume de passar suas propriedades de geração pra geração [...]. Trata a terra com amor pra que as gerações futuras possam tá também aproveitando a terra [...]. Pra mim, é essa diferença que tem.”¹³¹

O caboclo firma e afirma sua identificação com a terra, com seu meio de subsistência, mas também desenvolve uma nostalgia no meio social, seu espaço de sobrevivência, o sentimento de pertencimento. Gilmar¹³² expressa que

a gente é filho de pequeno agricultor... Se dependesse de mim, eu nunca vou sair do interior. A gente se criou no interior, sabe o quanto que é bom. Tá louco! Não tem coisa melhor! Filhos de agricultor. O pai e a mãe trabalhando na agricultura [...] a ideia do meu pai é que nunca nós saísse dela, né. Ele conseguiu comprá um pedacinho de terra, mas daí com um monte de filho, não dava mais pra continuá comprando terra. Pra gente que sente [...] a gente se criou na agricultura [...] e, com toda experiência de seis anos atrás, sete anos, a gente sempre morou aqui... Quando a gente vê criança que se criou e mora na cidade e vem pro interior, né, aí a gente começa a ver que maravilha que é o campo [...]. A pessoa se distrai, os filhos com ar puro, né, come coisas saudável, vai ali na horta, na lavoura e tira [...] pode comer cru, como e sem problema nenhum, né, se distrai...Acho que porque aconteceu assim, eu principalmente, que a gente, mais saudável do

¹³⁰ Entrevista com Marlene da Silva.

¹³¹ Marlene da Silva entrevistada já citada.

¹³² Entrevista com Gilmar Batisti, já citado.

que viver no meio dos animais, da natureza assim, não tem coisa melhor. Tu fala com os bichos.¹³³

O caboclo extrativista que através dos pinhais que é extraído os pinhão que são vendidos na Br 386 nas tendas. Tendas estas que pertence ao Estado e são cuidadas pelos moradores que ali residem.

Gilmar Batisti considera que a agricultura é uma fonte de renda familiar. A identificação criada torna os indivíduos responsáveis pela manutenção dos deveres em afirmá-la para as gerações futuras. A convivência, ao mesmo tempo, torna a identidade mais forte, mantém os laços econômicos e sociais ligados a terra. Assim, esse caboclo se reafirma cada vez mais na sua base social.

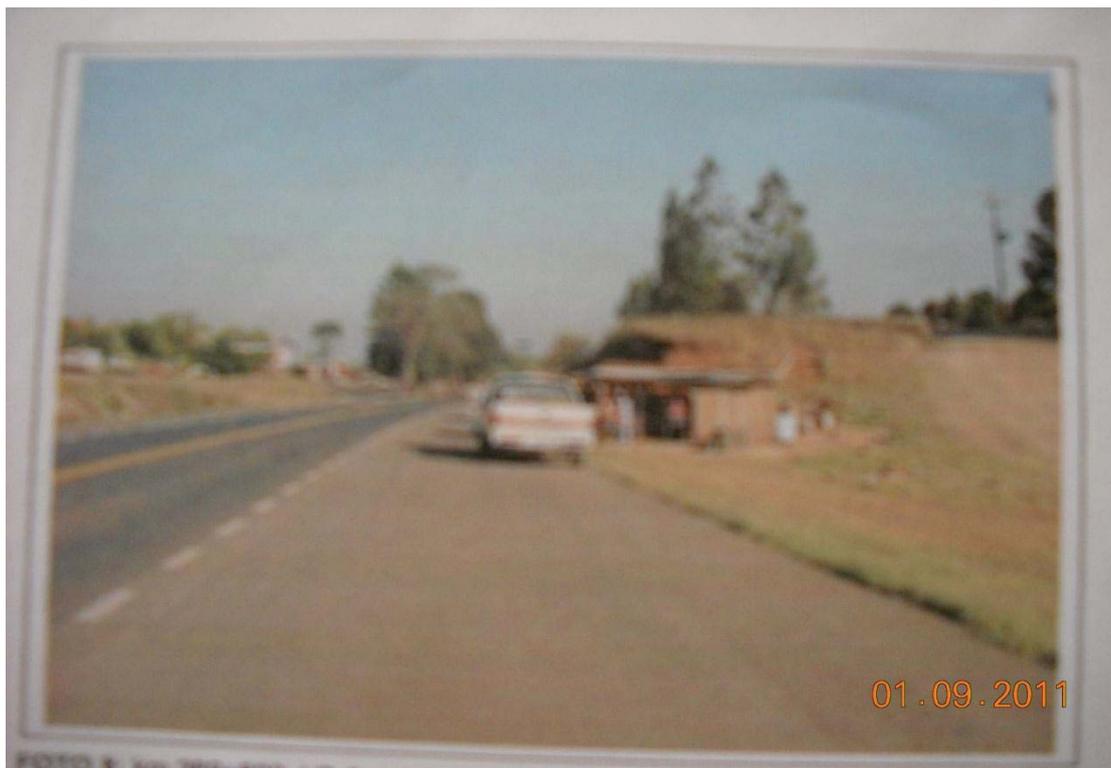
3.3. Associação dos tendeiros

A Associação dos Tendeiros do Pinhão de Fontoura Xavier existia informalmente há mais de três décadas, porém foi no ano de 2000. Constituiu formalmente em decorrência da mobilização da Assembleia do Orçamento Participativo – Obras e Serviços. O povo vota as prioridades que a comunidade escolher como prioritárias. Para as que são votadas o governo liberar recursos que devem ser utilizados na sua realização. Uma das propostas era angariar recursos para equipamentos de abastecimento, qualificação e adequação das tendas do pinhão. As tendas não eram adequados para a comercialização dos produtos da agricultura familiar do município.

Segundo Radin: “Estavam habituados à economia do pinhão os caboclos e uma agricultura muito rudimentar, complementada pela caça. Eram caboclos, vivendo parte do ano em acampamentos improvisados, caçando e coletando frutos, raízes e mel.”¹³⁴ Figura 4, tendas às margens da BR 386, após a construção da rodovia.

¹³³ Entrevista com Gilmar Batisti, já citado.

¹³⁴ RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: Unoesc, 1996, p. 21.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier

As tendas eram localizadas muito próximas à rodovia. Essa situação era insustentável, pois além do material improvisado (madeira velha), prejudicava o tráfego na rodovia, pondo em risco a vida dos tendeiros, dos que trafegavam, dos consumidores, que param para comprar.

Os recursos do Orçamento Participativo foram utilizados no programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (Panpa) com quiosques, freezers, (Ceasa/Saa na prática da “comercialização e abastecimento popular”. Esses recursos serviram para a elaboração de três projetos, sendo dois no valor total de R\$ 5.400,00, contemplando material de construção para dois quiosques, beneficiando 12 famílias, e um projeto no valor total de R\$ 56.410,00, contemplando material de construção de 17 quiosques, beneficiando 12 famílias. Os dois primeiros projetos tiveram liberação de recursos em setembro de 2001 e o terceiro projeto, em janeiro de 2002.

Em meados de maio de 2002 as obras foram iniciadas. Era necessário que o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (Daer), responsável legal pela rodovia BR 386, liberasse os locais para a construção. Em abril de 2001 o Daer emitiu uma liberação em caráter “precário e provisório”, pois a legislação não permitia a construção na faixa de

domínio dos dois primeiros quiosques; posteriormente, conseguiu-se também a liberação, em caráter “precário e provisório”, de mais oito pontos.

As liberação do comércio às margens da BR 386 foi embargadas pela Polícia Rodoviária Federal. Porém, em abril de 2002 foi possível a permissão do Ceasa, Panpa, com apoio da Emater, escritório municipal, da Associação dos Tendeiros do Pinhão de Fontoura Xavier, Coordenadoria de Agricultura de Soledade, Prefeitura Municipal de Soledade, DNER e Polícia Rodoviária Federal. Toda a negociação gerou uma demora para o início da construção dos quiosques, levando a que os recursos sofressem uma defasagem, que não foram suficientes para a conclusão dos 19 quiosques. Cabe ressaltar que foram contempladas as tendas constituídas por caboclos com maiores dificuldades financeiras, uma vez que o valor previsto não era suficiente para equipar os 19 pretendidos.

A Associação dos Tendeiros de Fontoura Xavier, em 2001, reuniu-se na Câmara de Vereadores, em Fontoura Xavier, com a Emater, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Secretaria da Agricultura para criar a associação para comercializar pinhão e outros produtos na beira da faixa BR 386, constituída de agricultores familiares. Antes, foram contatados o Daer e a Sulvias para a viabilização do projeto. As tendas foram construídas dentro da faixa de domínio, porém com afastamento de 10 a 15 metros do acostamento, tendo o acesso de entrada e de saída com mais segurança e trafegabilidade dos veículos, contando com a ajuda de terraplanagem da Sulvias e a liberação do Daer.

O presidente do Daer,¹³⁵ Cleber da Silva, foi enfático na questão da responsabilidade da localização das tendas à beira da rodovia em decorrência de fluxo intenso. Deixou claro que é favorável e que aceita o que estiver dentro dos parâmetros e normativas rodoviárias,¹³⁶ quanto ao que possibilitar riscos, será claramente contra.

A construção de tendas às margens da via foi permitida aos agricultores e familiares para vender pinhão e produtos de origem da agricultura familiar. Esses agricultores comercializam produtos produzidos por suas famílias diretamente e de outras indiretamente, os repassam para os tendeiros. Com o asfalto na rodovia facilitou cada vez mais a comercialização, e os viajantes que circulam pela rodovia veem as tendas, param e acabam comprando.

Com essas medidas e avanços no sentido de estruturar adequadamente os tendeiros, garante-se uma melhor conservação dos produtos, em locais adequados.

¹³⁵ Ata anexa, 20 de abril de 2001, nº 002/2001.

¹³⁶ A construção de todo e qualquer acesso de instalações marginais de serviços de propriedade de uso particular, de loteamento ou áreas urbanizadas, está sujeita à aprovação do Daer.

Temos tudo legalizado, temos a nossa associação dos tendeiros, não é qualquer pessoa que chega em Fontoura Xavier e coloca tenda para vender. Tudo passa pela associação. Se alguém quiser vender a tenda, tem que primeiro informar a associação.¹³⁷

As tendas são de responsabilidade da associação, conforme consta no estatuto, seguindo parâmetro de funcionamento e enquadramento. Sobre essa associação, Marley Steinhaus relata:

Atualmente, contamos com trinta estabelecimentos comerciais às margens da BR 386, comerciantes de “beira de estrada”, assim conhecidos. Sou atualmente presidente da Associação dos Tendeiros. Em dezembro do ano que vem será trocada a diretoria da associação, a cada dois anos troca a diretoria da associação. É cobrada de cada associado uma taxa mensal para manter a associação.¹³⁸

A associação acabou dando visibilidade física e jurídica aos tendeiros. Esses deixaram de ser pura e simplesmente mercadores de beira de estrada. Via de regras, produzindo uma base de diálogo entre os tendeiros, ao mesmo tempo foi que uniu as famílias entre seus laços econômicos e sociais. Os tendeiros eram caboclos comerciantes que por meio da agricultura e da pecuária constituíam-se fontes de renda para o sustento das suas famílias. Essa situação ficou facilitada com a construção da BR 386, bem como a comercialização às margens da rodovia, onde há grande circulação de carros.

3.4. As vantagens de ser associado

¹³⁷ Lurdes Rocha. Entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz, junho de 2009. Proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, com 65 anos. Vila Assis Município de Fontoura Xavier.

¹³⁸ Entrevista com Marley Steinhaus, já citada.

As vantagens de ser associado é que os recursos estaduais e federais se destinam a eles, ou seja, os que fazem parte da associação. Em 2010, a associação recebeu 11 fôrmas para fazer vasos e refrigeradores pela Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier.

As tendas exigem, ao mesmo tempo, uma diversificação na confecção e produção dos produtos comercializados. Os produtos comercializados neste espaço são as alternativas para a sobrevivência do pequeno produtor rural. Quando falamos em “tendas do pinhão”, devemos ter em mente que estamos nos referindo ao Caboclo, ou seja, àquele que luta pela comercialização de tudo o que ele produz no campo e que chega até às tendas. Dentro de um contexto da modernização da agricultura, alguns pequenos agricultores ainda resistem e criam estratégias de sobrevivência em suas pequenas propriedades, pela diversificação de produtos vendidos.

A gestão dos tendeiros é feita pelos próprios agricultores. Diante das principais transformações recentes a que o pequeno produtor vem se submetendo, esse empreendimento representa uma forma de sustento e desenvolvimento.

Os pequenos proprietários tinham suas terras escassas em razão de ter como costume a partilha dos imóveis entre os filhos, levando a que a propriedade não mais garantisse a subsistência para suas famílias. Os colonos que migraram constituíram pequenas propriedades, baseadas nas lavouras e criação de suínos por meio do trabalho familiar. Essa forma de trabalho ocorre em pequenas propriedades, entre os membros da família, sem remuneração assalariada e os produtos são vendidos principalmente para garantir a subsistência. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco e o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família. Os membros da família vivem na unidade produtiva. “Criamos suínos, para o sustento de nossa família e também vendemos salames nas tendas, ou seja, tudo, através de liberação e legalização”. Relata a presidente da associação Marley:¹³⁹ “Se os produtos que são vendidos não estiverem legalizados, a fiscalização passa e recolhe tudo o que não está legalizado.”

Enfim vimos que as tendas passaram pelo processo histórico de desenvolvimento e afirmação do espaço social. O trabalho agora é ingressar no mundo moderno. Apropriar-se de seus novos mecanismos de relações mercantis, favorecendo a acessibilidade e a relação entre a venda e a compra. Além das composições de gênero, ou seja, a divisão do trabalho social dentro da instituição familiar estudada.

¹³⁹Presidente da Associação dos Tendeiros.

O caboclo, por meio de seu trabalho nas estâncias, na roça, com o extrativismo, junto com sua família, produzia para o consumo e o excedente para a venda. Portanto, os caboclos comerciantes, tendeiros, sustentavam suas famílias por meio das vendas, onde a base da economia do município é a agricultura e a pecuária.

4. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS TENDAS

No presente capítulo será focado o processo de modernização nas tendas. Diferentes formas de pagamentos na compra de mercadorias foram desenvolvidas, como, por exemplo, a utilização de cartão de crédito, além de questões com relação à dimensão do trabalho, à relação familiar e à renda da família na agricultura. A divisão do trabalho relacionado à agricultura e a agricultura relacionada aos tendeiros estabelecidos às margens da BR 386 são foco de nossa pesquisa. Outros itens são trazidos à discussão, como a confecção artesanal realizada pelas mulheres vendida nas tendas. Será lançado ainda um olhar sobre a cultura, os saberes passados de geração a geração nessa atividade, e também sobre a venda de tapetes de couro, a fabricação de vasos. Por fim, um evento cultural que está se firmando é a Festa do Pinhão, que acontece todos os anos. Esse evento atrai muitos visitantes, está se tornando um ponto turístico nas tendas, pela importância em si e pelo fato de muitas pessoas circularem pela rodovia que aproveitam parar e prestigiadas.

4.1. A implementação de novos meios de comercialização

Os tendeiros, objetivando modernizar a forma de pagamento e recebimento do dinheiro pela venda dos produtos, sua fonte de renda, oriunda da comercialização de mercadorias nas tendas, facilitando, gradativamente, o pagamento da compra, especialmente dos passageiros que transitam pela BR 386, adotaram o sistema do cartão de crédito.¹⁴⁰ Esse novo método de trabalhar a troca de mercadorias por dinheiro tornou o processo de comercialização garantido, tanto da venda do produto quanto do recebimento do seu valor. Na entrevista realizada com Gilmar Batisti Prestes esclarece com o seguinte comentário:

Com cartões de crédito ficou mais fácil, pois dependemos da venda das tendas para o nosso sustento e também porque temos dívidas para pagar, de tapetes que vêm de Novo Hamburgo e demais produtos que vendemos. Os

¹⁴⁰ Cartão de crédito é o instrumento eletrônico de pagamento que permite o pagamento de bens e serviços por meio de débito, no ato da compra, na conta bancária de seu portador.

meses em que mais vendemos são no inverno por causa do pinhão, trabalhamos direto, não vencemos de tanto trabalho, temos fregueses certos que passam para comprar pinhão no inverno.¹⁴¹

O processo de modernização e industrialização da agricultura busca compatibilizar a racionalidade agrícola com os interesses do capital em seu conjunto, em particular com as exigências do crescimento industrial, sendo resultado de uma decisão política que não se restringe ao setor agrícola. Da mesma forma, não fica circunscrito ao econômico, exigindo, a partir de estratégias implantadas nesta década, tais como grandes projetos de colonização e de expansão de fronteiras agrícolas, uma reorganização no modo de vida do camponês, refletindo na forma de organização e de produção das famílias rurais.¹⁴²

Com cartões de crédito ficou mais fácil, pois temos a garantia do recebimento do pagamento dos produtos que vendemos, pois antes quando recebíamos cheques os mesmo muitas vezes não tinham fundo, acabávamos perdendo, pois os mesmos eram viajantes que passam pela BR 386. Muitos comerciantes compravam e vendiam: comercializavam e compravam os produtos que produziam na agricultura.”¹⁴³

As trocas eram feitas, pois, de início, à vista; depois, certos comerciantes abriam contas correntes a seus fregueses acreditados. Depositavam como receita os produtos agrícolas e na despesa, então, era levado o sal, o açúcar, o café ou os tecidos. Esse teria sido o embrião do crédito. Em períodos de baixa da oferta de produtos agrícolas e/ou da reduzida demanda por produtos comerciais, o colono levava o que tinha de sobra (chamados “meios de vida”) para o comerciante, caso não necessitasse de nada, ficava como crédito.

Trabalhávamos na agricultura, plantávamos feijão, milho, trigo, cevada, arroz e hoje, além disso cultivamos fumo. Também criamos bovinos, suínos, caprinos e aves. A alimentação vinha da agricultura e de produtos coloniais e por meio de trocas. Nós, o antigo morador, nos reunia nos finais de semana

¹⁴¹ Gilmar Batisti Prestes, entrevistado já citado.

¹⁴² TEDESCO, João Carlos et al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: EST Edições, 2005, p. 10.

¹⁴³ Gilmar Batisti Prestes, entrevistado já citado.

com os amigos, fazíamos filó nas casas dos vizinhos, íamos à missa aos domingos, jogávamos futebol, jogo de prenda, de carta e de bingo.¹⁴⁴

As vendas no meio rural expressam a interação entre o comerciante e o conjunto imenso de envolvidos com a produção agrícola, os colonos. A venda era muito importante, pois era nesse estabelecimento que o grande circuito mercantil começava, ainda que uma unidade menor de acumulação.

As tendas eram também sortidas. Uma tendeira entrevistada disse-nos que “vendiam de tudo um pouco” no meio rural de Fontoura Xavier.

Tudo o que é colhido, ou seja, tudo o que plantamos, é vendido. Nas tendas, com o passar dos anos, aprendemos a fazer vasos de cimento, os quais vendemos bastante. Mas o nosso comércio é vendido para pessoas que passam de diversas regiões, que viajam e chegam para ver os belos vasos e tapetes, bem como os produtos coloniais vendidos.¹⁴⁵

O tema que marcou a vida dos sujeitos investigados no comércio às margens da BR 386 é o trabalho.¹⁴⁶ Muitas mulheres idosas entrevistadas revelam que permaneceram durante toda a vida fazendo o trabalho como labor. O trabalho é visto na sua singeleza, como é o caso dos “tendeiros”. Na concepção das idosas, representa trabalho efetivo, pois dependem dele para se manter vivas.

Sempre trabalhei junto com os meus pais. Todos os meus irmãos saíram trabalhar nas firmas e acabei ficando somente eu. Meus pais morreram, e agora eu e meu filho cuidamos das tendas. Sobrevivemos do comércio para sustentar nossa família. Os viajantes que passam pela BR 386 passam por aqui e chegam para comprar produtos caseiros.¹⁴⁷

O comércio, como fonte de renda, depende da modernização da venda e da compra de produtos agrícolas.

¹⁴⁴Sandra Fragoso, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em agosto de 2010, é proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, 68 anos, Vila Assis, Fontoura Xavier - RS.

¹⁴⁵Alaídes da Rosa, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em junho de 2009, é proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, com 80 anos, Vila Assis, município de Fontoura Xavier.

¹⁴⁶MENDES, J. T. *Comercialização...* 1994, p. 74.

As formas de pagamento das compras variam em função da pessoa que compra o produto, mas poucos tendeiros, vendem fiado para as pessoas que são do município, pessoas conhecidas e para as os viajantes que por aqui passam são somente com cartão de crédito.¹⁴⁸

Vários produtores enfatizam essa sinergia com os produtos, com a dinâmica mercantil “casada” (vinho, queijo, salame, arroz, feijão, abóbora, entre outros).

A Figura 5 mostra a modernização das tendas através de pagamento via cartão de crédito como garantia de recebimento do valor do produto vendido.



Fonte: Foto da autora.

Figura 5 - Tendas às margens da BR 386

Entender, portanto, a modernização da agricultura brasileira como uma simples mudança da base técnica é simplificar, em muito, o seu significado. É importante levar em consideração que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, sendo um setor de transferência de riquezas. Assim sendo, dentro do seu processo de modernização deve-se dar significado maior inserção na divisão

¹⁴⁷Leontina Cardoso, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em junho de 2009, proprietária de uma das tendas às margens da Br 386, com 70 anos, Vila Assis, município de Fontoura Xavier.

¹⁴⁸Leontina Cardoso, entrevistada já citada.

internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro.

A agroindústria, o caboclo que compra e vende, sendo que seus antepassados vendiam seus produtos, onde ocorrem mudanças ao longo do tempo com a natureza a oferta e a procura.

4.2. A dimensão do trabalho

Na esfera da comercialização por meio da família, o trabalho possui um papel muito importante, pois constitui o grupo fundamental para o existir humano. A história de cada sujeito foi apontando as respostas para a compreensão da realidade, cada um na sua singularidade.

Com a venda dos produtos das tendas conseguimos nos manter, porque a vida é muito difícil. Vivemos da agricultura e não é fácil, tudo é muito difícil. Nos anos que não colhemos bem na agricultura, é difícil. O comércio é de geração para geração de família. Todos os comerciantes são filhos de comerciantes.¹⁴⁹

O processo geracional do trabalho nas tendas, como já foi referenciado, estava presente no desenvolvimento da instituição familiar. Ao mesmo tempo em que demonstra uma lentidão na incorporação dos processos estamentais de classe, dentro do seio institucional, ocorre simultaneamente uma nostalgia pelo comparecimento das atividades deixados pelos pais ou, mesmo, pelos avós.

Sempre moramos no interior de Fontoura Xavier. Meu pai sempre dizia: “Meus filhos, vocês têm que continuar as vendas, pois criei todos os meus filhos com o dinheiro que fazia das vendas e nunca precisei sair daqui para sustentar nossa família”. Eu e meu irmãos somos comerciantes “tendeiros”. Sempre ensinei meus filhos para dar continuidade à profissão de vendedor, pois, se for morar na cidade, tudo é mais caro, a vida é mais complicada.

¹⁴⁹ Maria da Silva, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em julho de 2010, proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, 80 anos, Vila Assis, município de Fontoura Xavier.

Aqui, pelo menos, temos produtos caseiros para dar sustento à família, e o que sobra da plantação vendemos nas tendas.¹⁵⁰

O sentido da família, do trabalho para as caboclas comerciantes nas fala das idosas de uma forma bastante clara quando questionadas sobre como era composta a sua família quando na infância. A senhora Silva, 70 anos, afirma: “O avô, pai, mãe, tios... tínhamos vários, assim, o que me lembro...” O que se percebe é a presença de um modelo de família tradicional. Por mais que as dificuldades existam, a cláusula doméstica possuía uma representação, como denota a fala de outra entrevistada: “Era maravilhoso: o meu pai foi um homem que era muito conhecido na cidade, não faltava comida. Ele trabalhava e a minha mãe cuidava de mim e de meus irmãos, pois meu pai vendia nas tendas os produtos que nós plantávamos”.

Woortmann¹⁵¹ deixa claro que a árvore genealógica é uma forma de pensar o tempo, um tempo genealógico, um parentesco de memória, uma família que agrega descendência, que é bem mais ampla, expandindo-se pelo território, em algum momento ritualizando a união e junção dos “galhos”. Os membros mais antigos, localizados num tempo histórico e mítico, constituem a raiz da árvore, bem como o processo de trabalho. Os agricultores que cultivavam essencialmente produtos para a subsistência de suas famílias ofertavam suas forças de trabalho nas grandes propriedades como forma de complementar a renda familiar.

Como já dissemos, no horizonte do patrimônio cultural estão presentes bens e valores materiais e imateriais transmitidos por herança de geração a geração na trajetória de uma comunidade, como é o caso do trabalho. É um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e modos de fazer e de viver que caracterizam um grupo social; é uma marca que identifica, que adquiriu um sentido comum e (com)partilhado.¹⁵²

A reconstrução do passado necessita de suportes, testemunhos e associações externas para recordar momentos e reviver fragmentos passados. Por isso, a necessidade manifesta das idosas que residem no meio rural é de querer mostrar coisas antigas das suas lembranças e que as faziam (casa, moinhos, arados, objetos em tecidos, madeira, instrumentos de trabalho e de utilidade no lar, agora, em geral, com enfeite), as quais representam expressões de sua presença na história.¹⁵³

¹⁵⁰ Nadir da Silva, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em janeiro de 2010, proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, 70 anos, Vila Assis, município de Fontoura Xavier.

¹⁵¹ WOORTMANN, E. Árvore da memória. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 92, 1994, p. 123.

¹⁵² OLIVEN, R. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 77-80.

¹⁵³ TEDESCO, João Carlos. Valter Rossetto. *Festas e saberes: artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 203.

A “ausência” de vínculos empregatícios formalizados e com garantias sociais não deve ser relacionada com o desaparecimento do trabalho, ou seja, o fato de uma pessoa não estar inserida formalmente no mercado de trabalho não significa que estamos falando de um não trabalhador. Atrélar o emprego (formal) a uma série de direitos, benefícios e *status* social neste período de transformações do mundo do trabalho adquire uma peculiaridade nas relações sociais extremamente importantes para a acumulação capitalista.

A negação do acesso ao trabalho enquanto emprego exclui da cidadania massas crescentes de sujeitos cujo agir propriamente enquanto trabalhador [...] não é socialmente reconhecido como condição suficiente para ter acesso a uma existência social plena.¹⁵⁴

O trabalho é condição para o acesso à cidadania, a direitos sociais (mesmo que restritos), à renda e à integração social. Logo, são colocados à margem desses direitos todos os trabalhadores vinculados às formas mais diversas de precarização, como informalidade, trabalhos temporários e desempregados. De maneira extremamente contraditória, as dinâmicas de inclusão ainda são mediadas pelo trabalho, entendido como emprego com segurança e estabilidade. A titularidade dos direitos de cidadania continua sendo subordinada à condição de ser trabalhador, ao mesmo tempo em que as formas de organização do trabalho e a estrutura de produção estão fundadas na redução e na precarização do trabalho, pois “a forma contemporânea do capitalismo não prevê mais a incorporação de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo”.¹⁵⁵

4.3. A questão de gênero

Gênero é um conceito que se refere aos papéis e relações entre grupos determinado pelo contexto social, político, econômico e cultural. É uma construção social que define a identidade dos grupos, por exemplo, dos homens e das mulheres, a partir das atribuições que a sociedade estabeleceu para cada gênero. As relações de gênero são determinantes sociais, não

¹⁵⁴ GIORGI, Alessandro. A miséria governada através do sistema penal. *Pensamento Criminológico*, Rio de Janeiro: Revan, ICC, v. 12, 2006, p. 10.

biológicos (como as que distinguem machos e fêmeas na espécie humana). A esposa estava destinada aos afazeres domésticos e a permanecer ao redor da casa, cuidando dos filhos; o marido, por sua vez, tinha por obrigação plantar e vender produtos para o sustento de sua família. O gênero é construído social e culturalmente; varia, portanto, de uma sociedade para outra e pode ser alterado de acordo com a época.

A relação da divisão do trabalho para o homem e a mulher sempre foi assim desde pequenos nossos pais, já faziam a divisão do trabalho, as atividades sendo que o trabalho braçal na agricultura cabe ao homem e o trabalho doméstico e cuidado com as tendas e filhos sendo de responsabilidade da mulher.¹⁵⁶

Quanto à responsabilidade pelos serviços da propriedade, segundo a tradicional família colonial, os homens (pai da família e filhos mais velhos) ficavam com a produção, ou seja, com as tarefas agrícolas especializadas (plantio do milho, trigo), e cabia às mulheres a tarefa de cuidar dos afazeres de casa. Portanto, esses desde cedo assumiam responsabilidades.¹⁵⁷ Essa divisão do trabalho, de certa forma, persiste (em muitos casos, intocada) em muitas famílias que residem na área rural, talvez como uma das heranças dos costumes coloniais.

A responsabilidade pelas vendas fica para a mulher, pois os homens vão para a roça plantar para termos os produtos caseiros para vender; e nós, mulheres, fizemos artesanatos e vasos para vender é mais um lucro que temos para o sustento de nossas famílias. Dependemos da venda nas tendas para a sobrevivência.¹⁵⁸

Para Engels,¹⁵⁹ a divisão sexual dos papéis e a transformação da mulher de membro da comunidade em esposa subordinada fundamentam-se na família monogâmica, “fundada não mais sobre condições naturais, mas sociais”, e na institucionalização da propriedade privada, “triunfo da propriedade individual sobre o comunismo espontâneo primitivo”, que se originou

¹⁵⁵ ANTUNES, Ricardo. *Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, abr. 1996, p. 78-86.

¹⁵⁶ Maria da Silva, entrevistada já citada.

¹⁵⁷ RANDIN, José Carlos. Aspectos da presença italiana em Santa Catarina. *História, Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 5, n. 1, jul. 2004, p. 128.

¹⁵⁸ Ana Moraes, entrevistada por Joseandra Sanderson da Cruz em junho de 2009, proprietária de uma das tendas às margens da BR 386, 65 anos, Vila Assis, município de Fontoura Xavier - RS.

¹⁵⁹ ENGELS, F. A família monogâmica. In: CANEVACCI, M. *A dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 71-87.

a partir da domesticação de animais de grande porte. A posse desse valioso recurso produtivo conferia ao homem o poder de intervir e influenciar na política e economia comunal, estabelecendo relações de domínio e subordinação, que posteriormente se refletiram na estrutura familiar, alterando também os valores, autoridade e padrões comportamentais.

A divisão sexual do trabalho¹⁶⁰ é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. [...] é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder [...]. É assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas.¹⁶¹

Muitos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades rurais apresentam características como a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Os fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, ajudantes do companheiro, e não como sujeitos produtivos. A mulher trabalhadora rural ainda apresenta-se como uma mão de obra explorada no âmbito da produção da agricultura familiar, mesmo com todos os movimentos e lutas das mulheres no processo de reconhecimento de sua importância no processo produtivo.¹⁶²

Quem compra os produtos que são trazidos de fora, como é o caso de tapetes, é o homem, mas quem administra as tendas são as mulheres. A mulher, além de tomar conta das tarefas domésticas como preparar a alimentação, lavar roupa e organizar a casa, ajudava o marido nas tarefas mais pesadas e difíceis do processo produtivo. A maioria delas começou a trabalhar cedo, antes dos 15 anos, acompanhando os pais na roça. Além da carga-horária de trabalho, boa parte delas não conta com ajuda do

¹⁶⁰ Assim, o conceito de divisão sexual do trabalho surge como chave analítica para entender a organização do trabalho na agricultura familiar. Ao definir o conceito, diz que é a designação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva, assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado. Segundo ela, a divisão sexual do trabalho é organizada a partir de dois princípios: o da separação há uma divisão clara do que é trabalho de homem e trabalho de mulher; e o da hierarquia o trabalho do homem tem mais valor do que o trabalho da mulher. Entretanto, é destacado que as modalidades concretas da divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço. As posições do trabalho feminino e masculino, longe de serem baseadas na complementaridade e simetria, são pautadas por relações de poder, hierarquias e conflitos.

¹⁶¹ HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 36.

¹⁶² HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho...*, 2002, p. 36.

companheiro na hora de lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, o que faz com que, no total, a mulher trabalhe seis horas a mais que o homem. Com capacidade de assumir vários papéis e ainda se qualificar, a mulher tem ampliado sua importância para o mercado de trabalho como um todo e sempre com resultados positivos.¹⁶³

Segundo Nobre,¹⁶⁴ não existe atividade econômica na qual as relações familiares tenham tanta importância quanto na agricultura. A maior parte da agricultura contemporânea não se apoia na separação entre negócio e família, o local de residência geralmente se confunde com o local de trabalho. Nessa unidade indissolúvel de geração de renda que é a agricultura familiar, os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho desde muito cedo e, aos poucos, vão assumindo as atribuições de maior importância, eles chegam à adolescência dominando não só as técnicas, mas também os principais aspectos da gestão do estabelecimento. Há uma naturalização da divisão do trabalho, baseada no ciclo produtivo e orientada pelo chefe da família, na qual filhos e esposa não têm autoridade para contestar ordens. Sendo a família o elemento básico da gestão da produção e do trabalho, a produção e a reprodução do patrimônio e das pessoas integram-se em um processo único.

A família na propriedade rural é considerada apenas na figura do seu chefe, o homem. Os interesses do homem são os que prevalecem, sendo os da mulher e os dos filhos negligenciados. É nesse contexto que se reconhecem as desigualdades das relações de gênero. Vivemos numa sociedade patriarcal onde reproduz o poder do homem e parece que na propriedade rural esse poder está mais enraizado nos valores, nas práticas e nos relacionamentos do cotidiano.¹⁶⁵ A mulher com a conquista de seu espaço sendo a mesma é quem gerencia o comércio às margens da BR

4.4. A relação da agricultura com os tendeiros

A agricultura familiar é “[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento

¹⁶³ Gilmar Batisti, entrevistado já citado.

¹⁶⁴ NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Feminismo e luta das mulheres: análise e debates*. São Paulo: SOF, 1995, p. 88.

¹⁶⁵ PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. *Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, p. 126.

produtivo”,¹⁶⁶ ou seja, é dona da terra e nela produz sem a interferência do trabalho assalariado, o caboclo pluriativo que se destaca pelas suas diversas formas de plantio, extrativista, ao mesmo tempo agricultor que produz para a compra e a venda.

As famílias rurais requerem, em caráter permanente, alguns insumos e bens de consumo familiar diversificados que a terra não pode proporcionar. Isso as obriga a produzirem excedentes comerciáveis que gerem renda, também de forma permanente, para poder adquirir esses elementos. Com o cultivo da agricultura, os tendeiros retiram da terra seu sustento e até vendem os produtos em suas tendas, como mandioca e batata-doce. Alguns agricultores, quando podem, optam por construir fonte de renda estável nas tendas. Por esse motivo, especializam-se num determinado produto, trazendo produtos que identificam uma pessoa ou comunidade; transformam e agregam valor; criam animais, que são um quebra-galho quando não há o que vender; coletam frutos do mato e, em alguns casos, fazem pequenas intermediações. Nessa diversidade de possíveis especializações, os produtores encontram certa regularidade tanto no consumo como nos ganhos do trabalho assalariado com a venda na tenda e a produção doméstica, que garantem a reprodução da unidade familiar. Ainda, algumas famílias podem vender em momentos uma parte dos seus produtos de consumo para obter dinheiro que permita comprar outros alimentos e completar esse consumo.

Assim se manifesta um entrevistado sobre essa situação:

As tendas são também nossas fontes de rendas, pois é nelas que conseguimos manter nossa família. Somente com o que produzimos não conseguimos nos manter, mas com as vendas nas tendas e a criação de gado, em épocas em que não temos muitas vendas das tendas o que conseguimos para quebrar um galho é a venda de animais.¹⁶⁷

Os preços aplicados nos produtos vendidos nas tendas seguem duas tendências. A primeira é o preço do comércio do município. Nesse caso, durante a semana, alguns produtores vão à cidade, visitam os armazéns e supermercados com a finalidade de pesquisar os preços correntes. Após arrumar suas tendas vão “dar um giro” para verificar se encontram muita concorrência. Com base nessas observações, aumentam ou baixam seus preços. A segunda é o preço aplicado pelos próprios tendeiros, ocasião em que aguardam as ofertas dos

¹⁶⁶ TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectiva*. 3. ed. Passo Fundo: Méritos, 2001. p. 103.

¹⁶⁷ Nadir da Silva, entrevista já citada.

primeiros consumidores para decidir a respeito do valor da venda do produto. Entretanto, esses preços podem também variar ao longo do dia, conforme a fala de Nadir da Silva.

Os preços são conforme a demanda que temos, pois como os vasos e produtos coloniais são os que mais vendemos, estes para chamar atenção para os viajantes que passam pelas tendas e quando os mesmos passam sempre chegam para comprar se tornam nossos fregueses.¹⁶⁸

Ocorre certa especialização em parte do beneficiamento e da comercialização. Da mesma forma quem beneficia produtos à base de leite, produz vários derivados, como queijo, requeijão, doce de leite. Igualmente, os agricultores que beneficiam produtos extrativistas fazem-no produzindo diversos produtos, como balaios, peneiras, colheres de pau, vassouras, e procuram vendê-los, embora sejam produtos diferentes, ao longo de todo o ano.

Além de garantir o sustento da família e emprego para os filhos, Marley¹⁶⁹ salienta que o trabalho dos produtores rurais tem sido valorizado. Pois,

o apoio da Emater é fundamental para o incremento da produção agrícola na região. Não tenho nada que reclamar. Atualmente, sou um dos fornecedores de produtos para a merenda escolar e, apesar de ter uma área pequena, estou conseguindo garantir o sustento da família.

Talvez, ao presenciarem as dificuldades enfrentadas pelos mais velhos na luta pela sobrevivência, antes somente com o trabalho na agricultura e agora com a complementação da renda com o trabalho não agrícola, os filhos mais jovens vislumbram ali uma alternativa de fuga desse tipo de trabalho, muitas vezes desprestigiado, demasiado cansativo e não rentável.¹⁷⁰

A realidade atual apresentada através das falas dos filhos dos caboclos é que os mesmo vão dar continuidade ao comércio. A renda da agricultura é sazonal e depende das mais diferentes variantes, como o clima e o mercado, podendo aumentar ou diminuir. A economia

¹⁶⁸ Nadir da Silva, entrevista já citada.

¹⁶⁹ Entrevista com Marley Steinhau, já citada.

¹⁷⁰ TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar...*, 2001, p. 23.

familiar passa por modificações, pois, se o filho permanece na família, o fruto do seu trabalho pertence a todo o grupo familiar.

Meu pai nunca pensava: tem que trabalhar, tem que trabalhar... Quando ele colhia, nós colhia a safra, se Deus quiser. Se sobrasse, nós comprava um xampu, uma bolachinha até hoje. Ele podia ta na maior colheita e chegava visita na casa dele, era agradar bem as visitas, era passear se chovia.¹⁷¹

Nessa direção, Schneider,¹⁷² citado por Abramovay,¹⁷³ esclarece essa situação do funcionamento, organização, da permanência de uma estrutura familiar na agricultura, que pode perdurar de pai para filho durante longos anos:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

A grande transformação da agricultura brasileira se deu com o processo de modernização do trabalho familiar na agricultura, com a fabricação de artesanatos como fonte de renda. Nesse contexto, os agricultores integrados se constituem como trabalhadores coletivos na produção. A agricultura familiar é constituída por famílias de agricultores que com o seu próprio trabalho vêm produzindo alimentos.

Duas características importantes podem ser destacadas na agricultura familiar. A primeira, o próprio trabalho da família é responsável pela geração de valor; a segunda, é a agricultura patronal, na qual há uma relação típica de exploração de trabalho alheio de

¹⁷¹ Entrevista com Sandra Fragoso, já citada.

¹⁷² SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 59.

¹⁷³ ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo: Editora da FIPE, v. 4, n. 2, jan./jun. 2000, p. 250.

empregados ou trabalhadores assalariados; agricultores familiares, portanto, ao mesmo tempo em que produzem, eles também consomem parte de sua produção.

Ao produzir, incorporar e desenvolver métodos de empreendimentos em seu comércio, os caboclos gradativamente desenvolveram uma rede de relações econômicas e sociais. Estas são responsáveis pela manutenção progressiva do trabalho. A partir das diferenciações de gênero que ao mesmo tempo tornaram possível a manutenção desses mecanismos de produção, passamos para a exposição dos produtos manufaturados que são comercializados nas tendas e também como os tendeiros os desenvolveram progressivamente.

4.5. A confecção artesanal: saberes e trocas mercantis

Os caboclos comerciantes também são artesãos, na comunidade de Vila Assis, a Associação de Artesãos proporciona a sociabilidade dos saberes e amplia os espaços mercantis. Muitos comerciantes caboclos artesãos tornam-se “caboclos fortes”, agregando grandes extensões de terra com as tendas. A combinação entre artesanato e economia de subsistência com a dinâmica de um comércio ainda que aleatório e de alternatividade estava presente em grande parte dos caboclos comerciantes.¹⁷⁴ A confecção desses objetos são, respectivamente, geracionais de pais, avós, para filhos e netos.

Sabemos que a vida social se constitui, se consolida e exige saberes próprios e práticos; aliás, praticidade e propriedade caminham juntas nessa dimensão do artesanato. Esses saberes se materializam em artefatos, os quais, em grande parte, em razão de determinados limites e circunstâncias, são confeccionados a mão e passam a servir para fins de utilidade social e pessoal, ou como expressão de saberes e de identidades, ou para mercantilizar formas culturais e econômicas.¹⁷⁵

A agricultura de subsistência, o artesanato doméstico e, mesmo, o mercantil, com o passar dos anos, foram sendo inseridos na dinâmica de uma agricultura comercial, a qual já vinha se alterando nas colônias mais antigas, vinculadas e mediadas pelos comerciantes.¹⁷⁶

¹⁷⁴ COSTA, R.; DE BONI, L. A. *Assim vivem os italianos: a vida, trabalho e lazer*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1983, p. 54.

¹⁷⁵ RIBEIRO, C. M. P. J.; POZENATO, J. C. *Caminhos e passos: aspectos históricos e culturais da área da usina hidrelétrica Machadinho*. Caxias do Sul: Educs, 2001. Ver, também, dos mesmos autores: RIBEIRO, C. M. P. J.; POZENATO, J. C. *Terra & gente aspectos históricos, culturais e paisagísticos da área do AHE Quebra-Queixo*. Caxias do Sul: Educs, 2002, p. 100.

¹⁷⁶ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 23.

Sendo que existe a divisão do trabalho.

O aprendizado recebido de nossa mãe, avó, bisavó. Os trabalhos manuais sempre fizeram parte de nossas vidas e agora nos juntamos para apresentá-los, em todas as suas variedades, pois cada uma gosta de fazer algo diferente da outra. O carinho com que costuramos, tecemos, bordamos, pintamos, tricotamos e usamos nossa criatividade vem do enorme prazer que temos de ser artesãs. Quem gosta do que faz e faz o que gosta descobre riqueza dessa vida.¹⁷⁷

Locke¹⁷⁸ é enfático ao dizer o quanto dignificante aprender a fazer um trabalho manual, pois a habilidade obtida pelo exercício não é incorporada só à gramática e a outras áreas do conhecimento, mas à jardinagem, aos trabalhos em ferro etc. Diz o autor que o exercício é útil à saúde, é bom que seja feito ao ar livre; serve para arejar a cabeça, para fins recreativos, adquirir competência para guiar e controlar os próprios dependentes e ensinar-lhes algo de novo. Entende o autor que as atividades práticas formam o caráter (desprezo pelo ócio e passatempos fúteis!), permitem criar, inventar e valorizar o próprio trabalho, fazer e adquirir conhecimentos e habilidades diversas.

Outra fonte de renda são os artesanatos, na hora em que não estamos trabalhando sempre fizemos artesanatos para completar a renda, sempre temos um giro de renda ou são com os produtos coloniais, vasos ou com os artesanatos que nós mulheres realizamos.¹⁷⁹

O artesanato dimensiona com maior correspondência o mundo rural, esfera dos limites técnicos disponíveis, das carências de recursos e de cultura do autoabastecimento em termos instrumentais e produtivos. Em geral, o artesanato rural está muito ligado à dinâmica e de trabalho, ao conjunto ecológico e fundiário da mesma e a sua dinâmica familiar. Imaginamos ser impossível compreender a organização da vida camponesa sem a presença de saberes e

¹⁷⁷ Entrevista com Ana Morais, já citada.

¹⁷⁸ LOCKE, J. *Pensieri Sull educazione*. Apud. RUGIU, A. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 75.

¹⁷⁹ Nadir da Silva, entrevistada já citada.

práticas artesanais, sem uma forma de autarquia econômica e ecológica instrumentalizada interna e com certa dependência.¹⁸⁰

As mulheres conseguem ganhar seus próprios rendimentos através do artesanato. Facilitado, por ser feito, sem sair de casa, traz lucros sem a necessidade de investir muito capital. Podemos ver na Figura 6, alguns artesanatos realizados pelas mulheres “tendeiras” vendidos nas tendas.



Fonte: Fotos da autora.

Figura 6 - Artesanatos

A família é um grande espaço de aprendizagem e de socialização, com aprendizagens passadas de pai para filhos, de tradições e mediações hereditárias como dimensão quase que primária do trabalho humano. O artesanato vivifica identidades, é um testemunho material da cultura através do uso, conhecimento, significado, utilidade, aprendizado. A sua tecnologia patrimonial, ferramentas de trabalho e saberes integram-se no trabalho como um todo, como conhecimento e objeto.¹⁸¹

¹⁸⁰GIRON, L. S.; BERGAMASCHI, H. L. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: Educ, 2001, p. 12.

¹⁸¹RUGIU, A. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 101.

O artesanato é, tradicionalmente, a produção de caráter familiar, na qual o produtor (artesão) possui os meios de produção (sendo proprietário da oficina e das ferramentas) e trabalha com famílias em sua própria casa, realizando todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até o acabamento final, ou seja, não há divisão de trabalho ou especialização para a confecção de algum produto. Em algumas situações, o artesão tem junto a si um ajudante ou aprendiz. Os artesanatos mais vendidos são as confecções de renda e utensílios para uso doméstico.¹⁸²

Fizemos artesanatos para vender nas tendas, como crochês, pano de prato, tapetes, jogo de banheiro, tricô (mantas, blusas etc.). Temos também no nosso município de Fontoura Xavier a Associação do Artesão, que é coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.¹⁸³

Sabemos que a vida social se constitui, consolida-se e exige saberes próprios e práticos; aliás, praticidade e propriedade caminham juntas nessa dimensão do artesanato; são saberes que se materializam em artefatos, os quais, em grande parte e em razão de determinados limites e circunstâncias, são confeccionados a mão e passam a servir para fins de utilidade social e pessoal, ou como expressões de saberes e de identidades, ou para mercantilizarem formas culturais e econômicas.¹⁸⁴

Nessa dimensão, fazem-se presentes bens e valores materiais e imateriais, transmitidos por herança, de geração a geração, na trajetória de famílias e outros grupos sociais. Desse modo, as dinâmicas entre saberes, fazeres (atividades) e afazeres se reproduzem num processo contínuo de transmissão de valores e crenças e modos de fazer e de viver, como algo que identifica um grupo, uma etnia.

A agricultura familiar, tanto em sua renda bruta quanto na sua sistematicidade temporal, é um fator fundamental para as características mercantis da unidade familiar que atua na produção agrícola em geral.

Um morador proprietário de uma das tendas:

¹⁸² TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança...*, 2008, p. 101.

¹⁸³ Juraci Silva, entrevistada já citada.

¹⁸⁴ RIBEIRO, C. M. P. J.; TONIAZZO, M. E. P. O artesanato feminino na região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. In: FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS, I e II. *Anais...* Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1979, p. 233-240.

“Quem vem comprá pinhão, vasos, o salame, também compra artesanatos que nós aqui mesmo que fizemos [...]. A Emater e a Prefeitura incentivam e ajudam a gente; o cara que vem aqui quer comprar muita coisa, não é só vinho, é uma compra casada”.

Em geral, o saber do artesão não é obtido na escola, mas na relação com o próprio trabalho. Desse modo, o trabalhador tem sua individualidade, pelo menos em parte, garantida no processo produtivo.¹⁸⁵

Os saberes em torno de práticas artesanais, os vínculos destas com a agricultura e com a economia doméstica, com as tradicionais diferenças de gênero, com a cultura camponesa, ou seja, com determinados processos, reproduzem-se em espaços variados, como é o caso do meio rural. O artesanato está vinculado ao mundo do trabalho em seus inúmeros formatos sociais, culturais, estratégias que permitiram, e permitem, reproduzir, difundir, repassar conhecimentos, aprendizagens, recompor vivências, gostos, prazeres.¹⁸⁶

A produção artesanal¹⁸⁷ no interior, como modo de vida colonial do colono/camponês, é parte constituinte das formas de inserção produtiva, com características variadas e diversificadas, graus de intensidade/precisão e de vínculos externos, sejam de vizinhança, sejam ações de reciprocidade e de possibilidades de aquisição nos mercados mais próximos. Constitui-se, historicamente, numa perspectiva de rede social de interconhecimento, alimentada por recursos simbólicos que auxiliaram em muito o cenário em que ditos recursos econômicos e mercantis eram escassos.

O artesanato foi atividade associada à agricultura para elevar as condições de vida após a organização oficial da colonização, pois os artesãos, em sua quase totalidade, eram homens que estavam fixados à terra. Foi a forma encontrada por alguns membros de famílias numerosas para sobreviver. Pela falta de terra, as famílias emigravam, e alguns de seus membros jovens se estabeleciam em locais onde pudessem sobreviver de artesanato.¹⁸⁸

Para contribuir com uma melhor qualidade de vida dos caboclos comerciantes, a Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier intensificou suas atividades de assistência técnica e

¹⁸⁵ ALVIM, M. R. B. O artesanato, tradição e mudança social. In: _____ et al. *O artesão tradicional e seu papel a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983, p. 49-75.

¹⁸⁶ TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança...*, 2008, p. 92.

¹⁸⁷ TEDESCO, João Carlos. *Festas e saberes...*, 2007, p. 131.

¹⁸⁸ Idem.

extensão rural por intermédio da Emater, realizando capacitações treinamentos, reuniões para a agregação de produtos, trabalhos de autoestima e comercialização dos artesanatos.

Observa-se que a agricultura e a produção artesanal sempre estiveram interligadas na propriedade rural e que quanto maior fosse o isolamento, mais rico e diversificado era o seu artesanato. Com a modernização da agricultura, com a especialização na produção agrícola, com a industrialização crescendo na área urbana, com a facilidade de acesso aos mercados, os agricultores deixaram de ter uma propriedade diversificada e passaram a adquirir a maior parte dos bens de consumo, segundo Silva,¹⁸⁹

[...] as transformações impostas pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira operaram no sentido de tornar as unidades camponesas cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, em vários níveis: na obtenção dos seus meios de vida; na compra de insumos, instrumentos de trabalho e terra. [...] a modernização da agricultura acentuou a diferenciação social, o desenraizamento de agricultores ocasionando numa perda de identidade, sendo preciso procurar meios para reconstruir suas relações sociais e de trabalho numa sociedade refratária à oferta de empregos e mão de obra.¹⁹⁰

Os saberes considerados tradicionais, expressos em produtos que ganham denominação de artesanato, sempre estiveram muito ligados à vida cotidiana do pequeno agricultor das referidas regiões, ao trabalho e às estratégias variadas de sobrevivência, as quais permitiram e permitem reproduzir, difundir e repassar conhecimentos e aprendizagens, recompor formas de organização da vida e ressignificar tradições e etnias.

Uma proprietária tendeira “de beira de estrada”, que atua no ramo há 35 anos e que é também camponesa na região de Fontoura Xavier, disse-nos que

[...] têm grande aceitação; os clientes já conhecem o produto, sabem que os caboclos daqui têm muito artesanato de couro, fazem com a madeira também; na época do pinhão, aqui tem de tudo [...]. O caboclo daqui é também pequeno agricultor, planta o milho, a mandioca, o feijão, esse não pode faltar e se vende muito, a batatinha; ele tem sempre a galinha, o ovo caipira, faz a cachaça dele, de cana, as mulheres fazem muito bordado. [...], se vende bastante, muito caminhoneiro leva daqui pra longe; os tapete de couro de boi têm muita saída; a gente aprendeu fazer isso nos cursos, mas lidar com o couro é de nossa cultura, se fazia das fazenda aqui.

¹⁸⁹ SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 214.

¹⁹⁰ Idem, p. 215-216.

O artesanato é também resistência, evidência da identidade frente às mudanças, ressaltando sempre a tendência que é comum nos tratos em relação ao tema de certa nostalgia eternizadora de bens materiais, símbolos e horizontes culturais. O mesmo vivifica identidades; a sua tecnologia patrimonial – ferramentas de trabalho e saberes – integra-se no trabalho como um todo, como conhecimento e objeto.¹⁹¹

Não é incomum que formas artesanais possuam caráter de (trans)missão, de passagem de pai para filho, de mãe para filha, de obrigações (afazeres) do âmbito familiar, de diferenciações de papéis de gênero; as mesmas buscam vincular e articular necessidades, envolvimento espaciais e temporais no conjunto da vida no meio rural. Diz Rugiu¹⁹² que nenhuma outra forma de “experiência formativa conserva em si os valores diversos do controle direto e progressivo, partindo da ideia originária até a realização final, da objetivação pela do subjetivo e da produção de bens aproveitáveis pela comunidade”.¹⁹³ Por isso, o autor afirma que o artesanato é uma “produção humanizada e humanizante”.

O domínio técnico de artesão, hibridizado com os contatos culturais e as condições objetivas de vida, desenvolvido no seio familiar e comunitário, promoveu profissões interligadas ou não à agricultura, porém disseminadas no conjunto das atividades da família e para a mesma. O artesanato feito com a fiação do linho, com o curtimento do couro, com o barro, com o ferro, com a madeira, com os destilados, confeccionados a partir de hibridizações de produtos, expressam, dentre muitos outros, saberes existentes.

Algumas idosas que entrevistamos nas unidades familiares do meio rural, principalmente as da “região dos caboclos”, tendeiros de “beira da estrada” (BR 386), relembram que algumas ainda continuam confeccionando objetos e fazem questão de mostrar os produtos que foram feitos por elas e que são cristalizações de saberes e ofícios próprios da vida camponesa.

¹⁹¹ LE GOFF, J. *Tempo della chiesa e tempo del mercante*. Milano: Einaudi, 1977.

¹⁹² RUGIU, A. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.

¹⁹³ Para esse autor, o artesanato expressa uma energia criativa; em geral é desenvolvido sem a consideração imediata pelo seu rendimento material e também pela necessária transformação do produto em mercadoria ainda que assim o possa ser; há o predomínio da fruição, do desejo pela beleza das formas e de outra concepção de tempo em sua confecção; ensina a raciocinar fazendo.

4.6. Confecções artesanais em couro e vasos

Nas tendas às margens da BR 386 são vendidos tapetes feitos em Novo Hamburgo, dos quais os tendeiros ganham 30%. Esse produto para ser comercializado nas tendas foi preciso obter a aprovação junto à Associação dos Tendeiros. Segundo a presidente Marley,¹⁹⁴ “é importante diversificar nossas tendas com outros produtos, pois a nossa fonte de renda são as vendas. Somos agricultores caboclos que dependemos do lucro também dos tapetes que vendemos”. Com os tapetes de couro, possibilitou uma maior diversidade de produtos vendidos, além de chamarem a atenção de quem passa pela BR 386. Segundo Gilmar Batisti, tendeiro, “os tapetes chamam a atenção das pessoas que passam pela rodovia, onde param para apreciar e também comprá-los. Desses tapetes ganho uma porcentagem”. Alguns modelos desses tapetes podem ser visualizados na Figura 7.



Fonte: Foto da autora.

Figura 7 - Tapetes de couro vendidos nas tendas

Muitos produtos, às vezes, são vendidos a preços abaixo dos praticados no comércio local, como os tapetes de couro, feijão, pinhão, entre outros. Também são levados para casa

ou consumidos no local produtos como caldo de cana, sucos, milho verde, pamonha, doces, bolos, pães, massas, embutidos e defumados, ovos, entre outros.

Nas tendas da Serra do Botucarai houve grande desembolso do poder público municipal de Fontoura Xavier, bem como da Secretaria de Turismo do Estado para a montagem do ambiente (casas, lotes, estrutura viária e saneamento) padronizado.

No mandato do prefeito Jandir Zanotelli (1993-1996), os tendeiros receberam 210 fôrmas para a fabricação de vasos. Foram também a Porto Alegre aprender a fazê-los. As fotos mostram a fábrica de vasos que os tendeiros produzem para a comercialização (Figura 8).



Fonte: Foto da autora.

Figura 8 - Fábrica de vasos

¹⁹⁴ Presidente da Associação dos Tendeiros.

Com o incentivo da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier, os tendeiros dão continuidade à geração do emprego familiar para que as famílias não tenham de sair de suas propriedades em busca de emprego e sustento em outras localidades.

O fabrico das peças segue um processo em seu desenvolvimento, como podemos ver na Figura 08. A técnica utilizada possui o intuito de melhorar sua apresentação, ao mesmo tempo ressaltar os detalhes das peças. Após terminadas, são lavadas para retirar o excesso de solução presente na sua superfície. Seguindo o passo seguinte, voltam ao forno, para após ocorrer a pintura. Essa técnica pode ser incrementada por meio de pesquisas para obter-se outros pigmentos de cores para os vasos. Nesse processo de tingimento, as peças passam, primeiramente, pela etapa de secagem no forno. Em seguida, ficam imersas em soluções corantes por um período de, aproximadamente, três a dez dias. Na etapa seguinte, são acondicionadas em caixas metálicas apropriadas. O acabamento preliminar é feito em todas as peças. O couro de Novo Hamburgo e a fabricação dos vasos é realizado pelos próprios cabolos.

Segundo Marley, com o incentivo da prefeitura na fabricação de vasos, a renda tem também aumentado, a exposição de belos vasos na frente das tendas que possam chamar a atenção dos viajantes também contribui para que as pessoas que passam pela BR 386 as comprem e apreciem.

4.7. Festa do pinhão

A comunidade se organizou no início de 2001 para promover algo que destacasse Fontoura Xavier que viria ser a Festa do Pinhão, uma vez que o município possui grande quantidade de araucárias, conhecida como “a terra do pinhão”. Com a Expofeira do Produtor Familiar, oferece aos visitantes uma diversificada culinária à base de pinhão, bem como a venda de produtos coloniais, artesanatos e shows.

A relação da Festa do Pinhão com os tendeiros é que todos os anos é comemorado, onde os caboclos comerciantes da feira expõem o pinhão para a venda, atendendo os consumidores que prestigiam o evento. A partir daí o evento evoluiu, diversificou-se em vários aspectos. Muitos se empenharam para o sucesso do evento, investindo na divulgação,

valorização das riquezas da nossa terra e dando início à construção dos pavilhões do parque, realizada pela prefeitura municipal.

Em 2005 foi realizada a terceira edição da Festa do Pinhão. Na época o CTG Osório de Assis foi reestruturado e, com o reconhecimento na região dessa festa, foram realizados juntos Festa do Pinhão e Rodeio Crioulo, tornando o evento uma das maiores festas.

Com apoio de toda a comunidade, em 2007, realizou-se a 4ª Festa do Pinhão. O município investiu significativamente na infraestrutura do parque, inaugurando mais dois pavilhões, sendo utilizados para o comércio e para shows.

A união desses dois eventos, Festa do Pinhão e Rodeio Crioulo, deu muito certo na edição anterior, que, desta vez, a festa foi realizada conjuntamente com a Expofeira do Produtor Familiar.

Segundo Marley, presidente da Associação dos Tendeiros, com a festa do Pinhão nossas tendas cada vez mais ficam conhecidas, conseqüentemente o município também, como sendo denominado de terra do pinhão.

A Festa do Pinhão fez de Fontoura Xavier uma cidade reconhecida no estado e se tornou um evento indispensável no calendário turístico da região. O que antes era apenas um sonho, hoje ganhou destaque no Alto da Serra do Botucarai e atrai grande público. Oferece aos visitantes uma diversificada culinária à base de pinhão, bem como venda de produtos coloniais.

4.8. Relações sociais e econômicas

As entrevistadas relembram a produção de muitos itens das necessidades familiares ou locais (pão, massa, queijo, manteiga, salame, banha, bolachas, biscoitos). Relembram os tempos dos monjolos movidos à água, do soque de milho para quirera e descascamento de arroz; do barbaquí e do soque, que beneficiavam a erva-mate; das caixas e potes de barro, que permitiam a conservação de carne defumada ou salgada. O moinho era de muita importância no consumo alimentar humano e animal.

Uma das idosas revela como era sua vida, relatando que já em tenra idade estava inserida em atividades agenciadas por seus pais em lugares distantes do local onde residia sua família. Ao falar sobre esse episódio de sua infância, a senhora Godói emociona-se, lembrando o quanto a vida para ela e para os seus familiares era difícil. Assim se expressa:

“As terras que nossos pais arrendavam eram todas longe, por isso morávamos em galpões para plantar, porque era longe da nossa casa. Plantávamos e o que sobrava colocávamos nas tendas para vender.”¹⁹⁵

Contudo, o que se constata é que o trabalho, para os sujeitos entrevistados, representa somente uma busca constante de manutenção de suas vidas, não permitindo uma construção de raízes para o estabelecimento, com conseqüente construção de uma estabilidade física e emocional para a sua segurança. Assim essa idosa se expressa: “Quando era pequena, morei sempre no interior de Vila Assis, Fontoura Xavier. Nunca consegui sair daqui para morar na cidade, pois a vida no interior é muito mais tranquila, pois toda nossa família mora toda aqui.”¹⁹⁶

Os principais produtos cultivados são o feijão, o arroz, o milho, o trigo, a batata e a mandioca. Há casos em que se destaca a criação de porcos e galinhas, especialmente para o consumo doméstico. O gado, em menor escala, serve como trabalho e para o consumo da carne.¹⁹⁷

A troca dos excedentes por produtos necessários para a subsistência de tendeiros para que conseguissem manter suas vendas e seu comércio, relatam terem tido muitas dificuldades com relação às vendas.

Com a associação e os recursos federais ocorreu a padronização das tendas e em conseqüência a sua modernização. Para os tendeiros o que “sobra” é apenas para o aumento da renda familiar e destina-se ao seu sustento. Não é uma renda que encontre expressão no sistema capitalista. O lucro obtido pelos tendeiros com as vendas nas tendas servia para o sustento das famílias.

Hoje temos lucro com a venda dos produtos nas tendas, mas vendemos o necessário para comprar sementes de produtos agrícolas para vender. Atualmente temos lucro, pois vendemos artesanatos, tapetes de couro, vasos e produtos agrícolas é com a venda destes produtos que temos o sustento de nossa família.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Presidente da Associação dos Tendeiros Marley entrevistada já citada.

¹⁹⁶ Entrevista com Terezinha da Silva, já citada.

¹⁹⁷ GIRON, L. S. (Org.). *Colonos e fazendeiros imigrantes italianos nos Campos de Vacaria*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 58.

¹⁹⁸ Entrevista com Terezinha da Silva, já citada.

A importância de as idosas participarem no processo do comércio nas tendas é fundamental, porque elas desenvolvem, atualmente, a principal atividade e comandam, de certa forma, as tendas. Foram elas que criaram as tendas e o desenvolvimento desse tipo de comércio que passa de geração para geração.

Ser agricultor não é fácil, pois não tivemos oportunidades de estudar e temos que tirar de agricultura nosso sustento, não é fácil principalmente em épocas de secas, principalmente quando vamos mal na agricultura. Ainda bem que temos as tendas principalmente a questão de vasos artesanais e pinhão o qual mais vendemos.¹⁹⁹

A Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier em 2011 premiou quinze tendeiros com quinze refrigeradores. A Emater também incentivou com cursos para melhoramento das tendas e cursos de aperfeiçoamento, razão por que o município é essencialmente agrícola e necessita, por motivo maior incentivo.

Entre a população cabocla do meio rural que mantém a sua sobrevivência familiar através das tendas, os resultados obtidos, através da pesquisa, apresentaram que os tendeiros, caboclos comerciantes a “beira da estrada”, passam de geração para geração. Notamos que o município já foi grande exportador de erva-mate, destacou-se também na indústria madeireira. A forma que os “tendeiros” percebem a dinâmica do setor foi analisada através das entrevistas. Essas nos deram embasamento para descrever os problemas enfrentados por eles, para continuarem suas atividades.

Assim, a comercialização dos produtos artesanais vendidos nas tendas e a gestão dos negócios agrícolas podem contribuir com a inclusão social dos agricultores, criando condições para que eles permaneçam nas pequenas propriedades agrícolas com a consequente melhora da qualidade de vida.

Observa-se que a agricultura e a produção artesanal sempre estiveram interligadas na propriedade rural e que quanto maior fosse o isolamento, mais rico e diversificado era o seu artesanato com a modernização da agricultura. No início, o artesanato servia para satisfazer as necessidades essenciais, como alimentar, alojar e vestir. Cada família supria suas necessidades com o trabalho artesanal: fiava e tecia o linho e o algodão, fabricava a farinha de arroz e de mandioca, o óleo de sementes de abóbora, o açúcar mascavo e outros.

¹⁹⁹ Entrevista com Terezinha da Silva, já citada.

Individualmente, os agricultores, com relativa facilidade, produzem bem, porém na hora de enfrentar o mercado não possuem poder de competitividade em razão do baixo poder de compra e venda, baixas quantidades ofertadas e de insumos adquiridos frente ao poder de mercado, pela concentração dos compradores e vendedores.

Considera-se a exploração familiar como uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Nessa lógica, a classificação de uma unidade de produção agrícola como familiar tem como principais critérios a predominância da mão de obra familiar e o gerenciamento por parte de um ou mais membros da mesma família. Uma importante característica da agricultura familiar é a fusão que nela existe entre a unidade de produção e a família.

Considerando este aspecto, é fundamental pensar a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar não só do ponto de vista econômico-produtivo, mas de forma global, isto é, o conjunto das necessidades que a família e o sistema de produção apresentam para garantir a qualidade de vida da população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste sintético e panorâmico estudo alguns elementos que configuram o caboclo como camponês e como comerciante. Buscamos analisar e descrever alguns aspectos que se vinculam nessa relação e que se materializam nas tendas na beira da BR 386.

Observamos que o caboclo da região luta para se manter como camponês, e o comércio viabiliza isso. Ele planta, colhe da terra os frutos, como feijão, milho, pinhão, lenha, erva-mate, que desses depende sua subsistência. Ele reconstitui costumes da vida no campo por meio da confecção artesanal de linhas, couros, tecidos, palhas etc. Busca também festejar a colheita do pinhão, otimizando-o comercialmente em toda região. As tendas começaram incipientes ainda na década de 1930. Essas foram se ampliando, modernizando, produzindo mais acervos, criando múltiplos vínculos entre a produção, o consumo e a venda no interior das unidades.

Percebemos que o comércio às margens da BR 386 conta com a Associação dos Tendeiros de Fontoura Xavier, possui normas de funcionamento das tendas, tendo grande apoio da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier. Atualmente a associação conta com trinta tendeiros, como um dos requisitos para ser comerciante é ser morador em Fontoura Xavier e ser associado.

É importante enfatizar que os moradores de Vila Assis participam de festas e de festivais, como a Festa do Pinhão e dos Festivais Gastronômicos. Essas atividades têm contribuído para que as pessoas da comunidade revelem seus talentos na arte de cozinhar, apresentando receitas interessantes e até inusitadas, que caem no gosto popular. Pratos que fazem o espaço fértil dos tendeiros no cotidiano da mesa podem se tornar carros-chefes da promoção, ganhando mais visibilidade, inclusive, mídia. Outros agentes desse desenvolvimento são a cultura, as tradições, os costumes, os modos de vida, a culinária, que podem favorecer ao comércio alimentício e artesanal.

Um aspecto negativo observado é com relação à questão do meio ambiente. Pelo fato de haver um aumento das tendas às margens da BR 386 em virtude da grande circulação de carros diariamente, observamos o crescente desmatamento da área. Isso causa preocupação, uma vez que é esse meio ambiente a razão da existência da comercialização de muitos produtos nas tendas. Paralelo a isso, em oposição ao primeiro aspecto, e que se caracteriza

como positivo, é com relação à questão da logística, o comércio, que está aumentando progressivamente, levando a que muitas famílias não precisem sair de suas propriedades rurais em busca de emprego, pois com a agricultura e o comércio conseguem sustentar suas famílias.

As esferas públicas estadual e federal repassam recursos por intermédio da Associação dos Tendeiros de Fontoura Xavier incentivos para que esses caboclos camponeses e comerciantes produzam e consigam sobreviver *na e da* sua própria “terra”. A maior parte da população de Fontoura Xavier está no “mercado informal” de trabalho, dividindo suas atividades como agricultores tendeiros e/ou pequenos agricultores. Nos períodos em que não há produção agrícola, as famílias dependem das vendas nas tendas à “beira de estrada”, vivendo muitas vezes precariamente, dependendo de objetos e/ou produtos alimentares adquiridos de terceiros.

As entrevistas realizadas com as idosas que residem na Vila Assis e com a presidente da Associação dos Tendeiros no município de Fontoura Xavier comprovam a construção da identidade desse caboclo comerciante e a cultura que passa de geração em geração na família.

O trabalho se constitui como fonte geradora de recursos financeiros e de sustento da família do caboclo. A dimensão religiosa do caboclo também tem seu espaço de destaque. A modernização das tendas, as vendas no meio rural expressam a interação entre o comerciante e um conjunto de relações envolvido com a produção agrícola. A agricultura de subsistência e o artesanato (em muitas situações, ambas se complementam), com o passar dos anos, foram sendo inseridos na dinâmica de uma agricultura comercial, a qual já vinha se alterando nas colônias mais antigas, vinculadas e mediadas pelos comerciantes.

A importância econômica dos tendeiros do município de Fontoura Xavier é muito grande, pois, ao mesmo tempo, as tendas geram emprego familiar, revelando também a questão de o município ser pequeno e necessitar de empregos, onde às margens da BR 386 trinta tendas diretamente empregam mais de trinta pessoas. Consideramos também que o caboclo produz e vende seus produtos agrícolas, permanecendo em sua propriedade, desenvolvendo seu próprio negócio e gerando o lucro sem muitos investimentos.

A atividade de comerciante e produtor ao mesmo tempo leva a que o caboclo reproduza seu *éthos* na forma histórica de se identificar com a terra, com a economia de subsistência e excedentes das propriedades.

O presente trabalho procurou demonstrar a ligação do comércio com a agricultura, sendo que os tendeiros têm como fonte de matéria-prima a sua produção agrícola, cultivando para o seu próprio sustento e a comercialização do excedente. Os aspectos que podem ser

estudos futuramente com mais profundidade e detalhamento são os projetos de investimento de renda para os tendeiros, tanto na área estadual como federal, a questão ambiental, já que o comércio se localiza nas margens da BR 386. É necessário perceber também, como temas de estudo, os conflitos com a empresa que gerencia pedágios, as formas de transmissão de saber, de herança no controle e trabalho nas tendas, os vínculos com outros comerciantes e agricultores da região. Temas esses que estavam na intenção do trabalho, no entanto não foram desenvolvidos pela razão de sua amplitude e de pesquisas mais aprofundadas com domínio teórico e mesmo empírico dessa realidade, o que demandaria longo tempo. Confortamo-nos na ideia de que fica como um desafio para futuros pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Revista da Economia Aplicada, São Paulo: Editora da FIPE, v. 4, n. 2, jan/jun. 2000, p. 59.
- ALVIM, M. R. B. O artesanato, tradição e mudança social. In: _____ et al. *O artesanato tradicional e seu papel a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.
- ANTUNES, Ricardo Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, n.50, abril 1996.
- ARDENGHI, Neusa Maria Sens. *Brava gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis : Cidade Futura, 2000.
- BARTH, Frederick. *Ethnic groups and boundaries*. London: Allen & Unwin, 1969.
- BEJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul 1875-1887*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória do sagrado: Estudos de religião e ritual*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV- XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 2.
- BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. N. 6. Florianópolis, p. 32-38, outubro, 1985.
- BRUM, Argemiro. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópoli: Vozes, Ijuí Fidene, 1988.
- BOURDIEU, P. LA société traditionnelle. *Attitude á l'égard du temps et conduite économique*. Sociologie du Travail, Paris Seuil, 1963.
- BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, R; DE BONI, L.A. *Assim vivem os italianos*. A vida, trabalho e lazer. Porto Alegre: EST; EDUCS, 1983.

- COSTA PEREIRA, José Veríssimo da. *Caboclo amazônico*. In: Tipos e aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org). *RS: Imigração & Colonização*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- ENGELS, F. A família monogâmica. In: CANEVACCI, M. *A dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FABIANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão as comunidades remanescentes (1532-2004)*. Dissertação (Mestrado em História), UPF, Passo Fundo, 2004.
- FLORESTAN, Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre. Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas. 1975.
- GIARETTA, Jane. *O Grande e Velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas. (1908-1960)*. Dissertação de Mestrado em história. Passo Fundo. 2008.
- GIRON, L.S. O vale da desilusão: imigrantes italianos no vale das Antas. In: COSTA, R. (org). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 15.
- _____, L. S.; BERGAMASCHI, H.L. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul*: Educs, 2001.
- GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, s/d.
- GEHLEN, Ivaldo, MÉLO, José Luiz Bica. *São Paulo em Perspectiva*, n. 2, v.11, São Paulo: Seade, 1997, p.13.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho*. Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOBSBAWM, E. Introdução: invenção das tradições. HOBSBAWM, E.: RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. *Movimento dos Monges Barbudos*. Dissertação de Mestrado em História. UPF. Passo Fundo. 2000.
- LAGEMANN, Eugênio. *Imigração e industrialização*. In DACANAL, J. H; GONZAGA, S. (org). *RS: imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 36-48.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. Enciclopédia Einaudi. Porto Alegre. 1997.
- LOPEZ, Renata. *A Revolução Comercial da Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- MAESTRI, Mário. *Os Senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul. 1875-1914*. 2 ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2001.

- MARCON, Telmo. *Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goio-en (SC)*. 1999. Tese (Doutorado em História) PUCSP, São Paulo.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- _____, José de Sousa. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MENDES, J.T. *Comercialização Agrícola*. Curitiba, Paraná. Ed. Universitária. 1994.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto militarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura família. In: NOBRE, Miriam; FARIA, NAlu; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Feminismo e luta das mulheres: análise e debates*: SOF, 1995.
- OLIVEN, R. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. IN: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ORTIZ, Elizette Scorsatto. *Educadores Capuchinhos em Soledade: criação do Ginásio São José e da Escola Técnica de Comércio Frei Clemente (1936- 1978)*. Dissertação (Mestrado em História) UPF, Passo Fundo, 2004.
- ORTIZ, Helen Scorsatto *O banquete dos ausentes:a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)*. Dissertação de Mestrado em História UPF, Passo Fundo. 2006.
- _____, Maria Terezinha da Silva & ORTIZ, Mirian. *Atlas Geohistórico de Fontoura Xavier*. Fontoura Xavier. Imprensa Livre. 2008.
- PINTO, Ernesto Renan Melo Freitas. Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas. Dissertação (mestrado de História) UFRGS, Porto Alegre, 2000.
- RADIN, José Carlos. *Italianos e Ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joacaba: UNOESC, 1996.
- RENK, Arlene Anelia. *A luta pela erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó SC: Grifos, 1997.
- RIBEIRO, C. M.. P. J. ; POZENATO, J. C. *Caminhos e passos; aspectos históricos e culturais da área da Usina Hidrelétrica Machadinho*. Caxias do Sul: Educus, 2001;
- _____, C.M.P. J.; e GALIZONI, F.M. *Sistemas agrários e reprodução familiar: o caso dos lavradores do alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. IN GAMA, H. e COSTA, H. *População e meio ambiente*. São Paulo: SENAC, 2000.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 05.

RODRIGUES, A . B. (Ed.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUCKERT, Aldomar. *A trajetória da terra: a ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: UPF, 1997.

RUGIU, A. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluratividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. *Trabalho e ser social: uma reflexão da ontologia de Gyorgy Lukács*. *Contradictio*, Paraná, v.2,n. 1, 2009.

SILVA, Sueli Maria da. *O tropeirismo de porco: processos mercantis e dinâmicas sócio-culturais na região Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:EST Edições, 2007.

TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança! Comerciantes do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX*. Passo Fundo: Méritos, EST, 2008.

_____, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros , comerciantes e granjeiros. Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____, João. Carlos; ROSSETO, Valter. *Festas e saberes: artesanato, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____, João Carlos et al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre:, EST Edições, 2005.

THOMÉ, Nilson. *Gerra civil em Caçador*. Caçador – SC: Fearpe, 1984.

THOMPSON, Paulo. *A voz do passado: história oral*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TULIK, O . Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. (ed.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.21.

VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade, das sesmarias, dos Monges Barbudos, das pedras preciosas*. Não-Me-Toque: Gesa, 1987.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1979. (1 ed. 1955).

WEDY, Garibaldi Almeida. *Mais sobre Soledade*. Porto Alegre. Renascença, 1913.

WOORTMANN. Ellen. *Árvore da memória Anuária*. *Antropológico.*, n. 92, 1994.

ZARTH, Paulo Afonso. *Os esquecidos da história*. In: *Anais do IV Encontro de Cientistas Sociais sobre a problemática regional aportes para o futuro globalização e regionalização*. V.1 Ijuí RS, 1996, p. 10.

_____, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí. Ed. UNIJUI, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

_____, Paulo Afonso. *A estrutura agrária*. In: PICOLLO, H. L.; PADOIN, M. M. (Dir.) Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. V. II, p. 187-213. (História do Rio Grande do Sul)

ENTREVISTAS

CARDOSO, Leontina. Com 70 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

FRAGOSO, Sandra. Com 68 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

GODOI, Patrícia . Com 60 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

MORAIS, Ana. Com 65 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

PRESTES, Gilmar Batisti. Com 44 anos, agricultor, Vila Assis – Fontoura Xavier, Janeiro de 2011. Proprietário de uma das tendas às margens da Br 386.

ROCHA, Lurdes. Com 65 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

ROSA, Alaides. Com 80 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

SILVA, Juraci. Com 76 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

SILVA, Maria. Com 76 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

SILVA, Marlene. Com 70 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

SILVA, Nadir. Com 70 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

SILVA, Terezinha. Com 64 anos, aposentada, Vila Assis – RS, Fontoura Xavier, Junho De 2009 entrevista concedida. Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

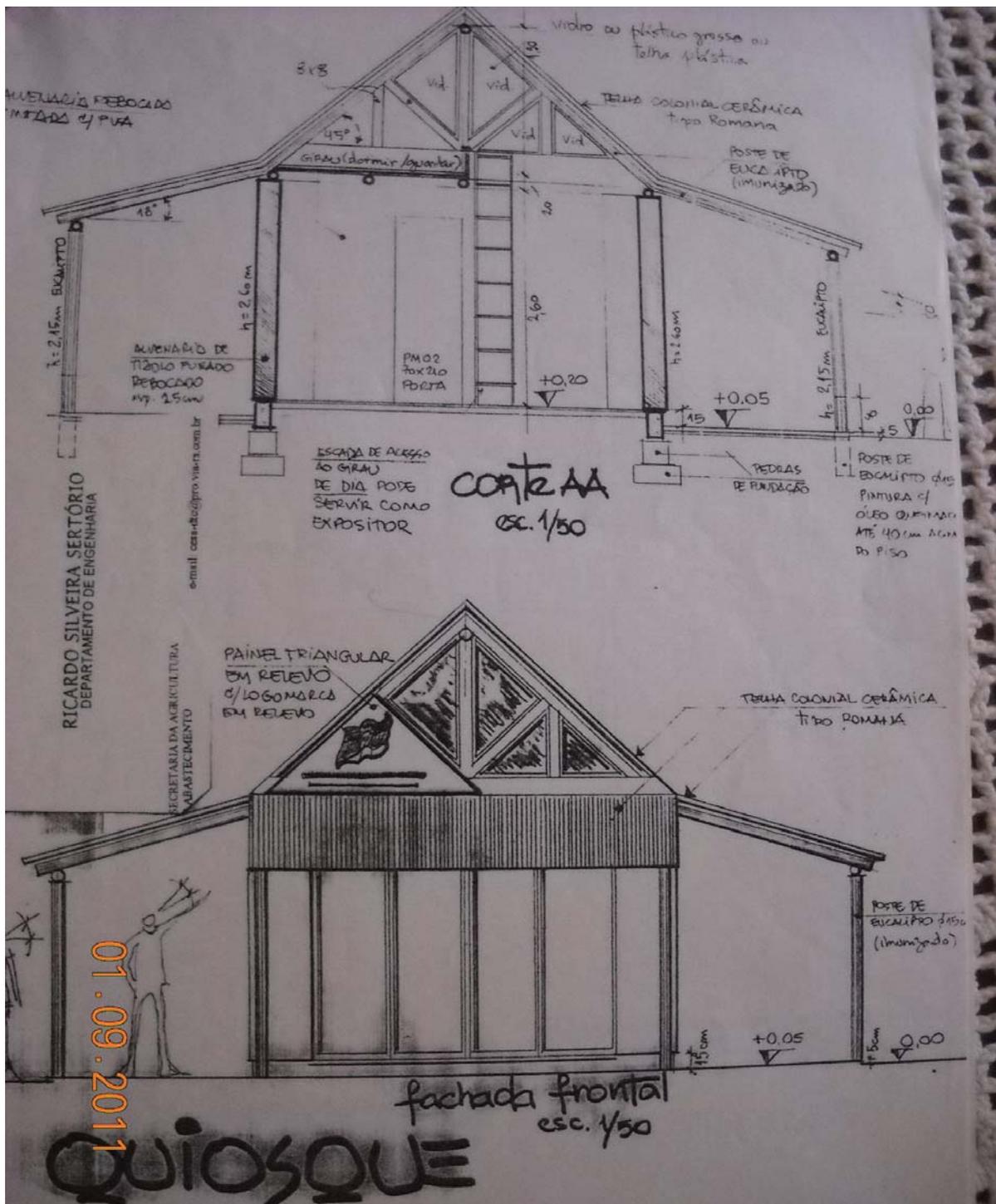
.STEINHAUS, Marley . Presidente da Associação dos Tendeiros de Fontoura Xavier, Vila Assis– RS, Fontoura Xavier, Outubro De 2010 . Proprietária de uma das tendas às margens da Br 386.

ANEXO I

Fotos das Tendas às margens da BR 386



ANEXO II
PROJETO DAS TENDAS



ANEXO III
FOTO DA PRIMEIRA TENDA AS MARGENS DA BR 386 APÓS A CONSTRUÇÃO
DO ASFALTO



Foto de Gilmar Batisti, proprietário de uma das tendas as margens da BR 386

ANEXO IV
ESTATUTO SOCIAL DA
ASSOCIAÇÃO DOS TENDEIROS DE FONTOURA XAVIER.

Rodovia BR. 386 KM 270, Parque Municipal de Eventos.

CEP: 99370.000 – Vila Assis, Fontoura Xavier/RS

CNPJ: N°. 05563,376/0001-90

ARTIGO 1º DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

A Associação de Agricultores Familiares Unidos Pelo Amanhã de Canga Quebrada, fundada em 27/04/2004, Associação Civil, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas na cidade de Soledade/RS, sob nº. 515, Livro A-3, às folhas 127 à 127 V de 06-07-2004 e inscrita no CNPJ nº. 05.563.376/0001-90, com sede na Localidade de Canga Quebrada, s/nº. Primeiro Distrito, do município de Fontoura Xavier/RS. Passa a denominar-se **ASSOCIAÇÃO DOS TENDEIROS DE FONTOURA XAVIER**, e sua sede e domicilio alterado para a Rodovia BR. 386 km 270, Parque Municipal de Eventos, Vila Assis, CEP: 99370-000 – Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul. Sendo uma associação de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com finalidade de atender a todos seus associados, independente de classe social, nacionalidade, sexo raça, cor, ou crença religiosa.

SÃO PRERROGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

- Dos agricultores rurais familiares e tendeiros do Pinhão de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, com base na colaboração recíproca a qual se obrigam seus associados:

- Promover o desenvolvimento econômico, social e político dos seus associados na busca de qualidade de vida.

- Viabilizar recursos necessários para o desenvolvimento, aperfeiçoar e promover serviços na área da produção agroindustrial e do artesanato em nome dos seus associados em condições e preços convenientes.

- Criar as condições para o aprimoramento da capacidade dos associados na realização do trabalho, no exercício da profissão de tendeiros e da cidadania.

- Organizar os meios de produção, visando obtenção de produtos agroecológicos e agroindustriais corretos e extrativismo sustentável, para serem comercializados nas tendas.

- Organizar serviços de apoio aos associados nas áreas de produção agrícola, extrativista, da agroindústria, do artesanato, da comercialização, do crédito, da saúde, da educação, do consumo e do lazer.

- Defender os direitos dos (as) associados (as) junto ao poder público, principalmente no atendimento das necessidades de educação, saúde e habitação;

- Firmar convênios com entidades públicas e privadas tendo em vista o atendimento dos seus objetivos e o bem estar dos (as) seus (uas) associados (as);

- Contribuir para o desenvolvimento local sustentável considerando as dimensões de gênero, geração, etnia, ambiental, institucional, econômico, social e político, participando dos Conselhos Municipais, das organizações sindicais de sua categoria e em outros espaços que venham a ser criados na sua área de ação, propondo, fiscalizando e ou executando ações;

Parágrafo Único – Para cumprir suas finalidades sociais, a Associação se organizará em tantas unidades quantas se fizerem necessárias e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto e, ainda, por um regimento interno aprovado pela Assembléia Geral.

ARTIGO 3º- DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO

A Associação se dedicará às suas atividades de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

ARTIGO 4º- DA ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se na segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e , extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituirá em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas.

I - Fiscalizar os membros da Associação, na consecução de seus objetivos;

II - Eleger e destituir os administradores;

III - Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;

IV - Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;

V - Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da Associação;

VI - Aprovar o regimento interno, que disciplinará os vários setores de atividades da Associação;

VII - Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;

VIII- Deliberar quanto à dissolução da Associação;

IX- Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto;

Parágrafo Primeiro – As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

Parágrafo Segundo – Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-lo no prazo de 3 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

Parágrafo Terceiro – Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto à aplicação de penalidades.

ARTIGO 5º- DOS ASSOCIADOS

Os associados serão divididos nas seguintes categorias:

- I – Associados Fundadores: os que ajudaram na Fundação da Associação, e que são relacionados em folha anexa.
- II – Associados Beneméritos: os que contribuem com donativos e doações;
- III – Associados Contribuintes: as pessoas físicas ou jurídicas que contribuem, mensalmente, com a quantia fixada pela Assembléia Geral;

ARTIGO 6º- DA ADMISSÃO

Poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, ou maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, deverá o interessado ser apresentado por um sócio, e sua indicação se submeterá à Diretoria Executiva e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançado no livro de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria a qual pertence, devendo o interessado:

- I – Apresentar a cédula de identidade e, no caso de menor de dezoito anos autorização dos pais ou de seu responsável legal;
- II – Concordar com o presente estatuto e os princípios nele definidos;
- III – Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV – Assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ARTIGO 7º- SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS

- I – Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- II – Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- III – Zelar pelo bom nome da Associação;
- V – Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI – Comparecer por ocasião das eleições;
- VII – Votar por ocasião das eleições;
- VIII – Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providencias.

Parágrafo Único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas.

ARTIGO 8º- SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS

São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I – Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II – Usufruir os benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste estatuto;
- III – Recorrer à Assembléia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

ARTIGO 9º- DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

ARTIGO 10º- DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I – Violação do estatuto social;
- II – Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III – Atividade contrárias as decisões das assembleias gerais;
- IV – Desvio dos bons costumes;
- V – Conduta duvidosa, mediante a prática de atos lícitos ou imorais;
- VI – Falta de pagamento, por parte dos “associados contribuintes”, de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá, no prazo de 30(trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da

Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em ultima instância, por parte da Assembléia Geral;

Parágrafo Quarto – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja o que título for;

Parágrafo Quinto - O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu debito junto a tesouraria da Associação.

ARTIGO 11 - DA APLICAÇÃO DAS PENAS

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I – Advertência por escrito;
- II – Suspensão de 30 (trinta)dias até 01 (um)ano;
- III – Eliminação do quadro social.

ARTIGO 12 – DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO

São órgãos da Associação:

- I – Diretoria executiva;
- II – Conselho Fiscal.

ARTIGO 13 – DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de : Presidente, Vice – Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesouheiros. A Diretoria reunir-se-à, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamnte, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

ARTIGO 14 – COMPLETE A DIRETORIA EXECUTIVA

- I – Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- II - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembléia Geral;
- III – Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- IV – Representar e defender os interesses de seus associados;
- V - Elaborar o orçamento anual;
- VI – Apresentar a Assembléia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;

VII – Admitir pedido inscrição de associados;

VIII – Acatar pedido de demissão voluntária de associados.

Parágrafo Único – Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

ARTIGO 15 - COMPETE AO PRESIDENTE:

Compete ao Presidente, representar a associação ativa e passivamente perante aos órgãos público. Inclusive em juízo ou fora dele. Podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados assim julgar necessário.

I - Convocar e preceder as reuniões;

II – Convocar as assembléias ordinárias e extraordinárias ;

III – Juntamente com o tesoureiro abrir contas bancárias a assinar os documentos contábeis;

IV – Organizar relatórios contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano inteiro assembléia, geral ordinária e extraordinária.

V – Contratar funcionários e fiscalizar;

VI – Criar departamentos culturais e outros que se fizerem necessários;

Parágrafo Único: Compete ao vice-presidente substituir o presidente quando se fizer ausente.

ARTIGO 16– COMPETE AO 1º SECRETÁRIO

I – Redigir e manter, em dia, transcrições das atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;

II – Redigir a correspondência da Associação;

III – Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação ;

IV – Dirigir e supervisionar todo trabalho da Secretaria.

Parágrafo único – Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

ARTIGO 17 – COMPETE AO 1º TESOUREIRO

I – Manter, em estabelecimento bancários, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;

II – Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis;

III – Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos a Associação;

IV – Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;

V – Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;

VI – Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a quando solicitado, a Assembléia Geral.

Parágrafo único – Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

ARTIGO 18 - DO CONSELHO FISCAL:

O Conselho Fiscal, que será composto por três membros, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre os atos da Diretoria Executiva da Associação, com as seguintes atribuições;

I – Examinar os livros de escrituração da Associação;

II – Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiro e contábil, submetendo-os a Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária;

III - Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico – financeiras realizadas pela Associação;

IV – Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

V – Convocar Extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, na segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação ou pela maioria simples de seus membros.

ARTIGO 19 – DO MANDATO

As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, mediante chapa completa de candidatos apresentada à Assembléia Geral podendo seus membros ser reeleitos.

ARTIGO 20 – DA PERDA DO MANDATO

A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembléia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

I – Malversação ou dilapidação do patrimônio social;

II – Grave violação deste estatuto;

III – Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;

IV – Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;

V - Conduta duvidosa.

Parágrafo Primeiro – Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a eles imputados, para que apresente sua defesa previa a Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

Parágrafo Segundo - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo, em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

ARTIGO 21 – DA RENÚNCIA

Em caso de renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.

Parágrafo Primeiro – O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria da Associação, a qual, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá a deliberação da Assembléia Geral;

Parágrafo Segundo – Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembléia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05(cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembléia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

ARTIGO 22 - DA REMUNERAÇÃO

Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação.

ARTIGO 23 - DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS

Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

ARTIGO 24 – DO PATRIMÔNIO SOCIAL

- I – Contribuições mensais dos associados contribuintes;
- II – Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde de que revertidos totalmente em benefício da associação;
- III – Aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos;

ARTIGO 25 - DA VENDA

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

ARTIGO 26 – DA REFORMA ESTATUTÁRIA

O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante a administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo, em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados.

ARTIGO 27 - DA DISSOLUÇÃO

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes sendo, em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante no município de Fontoura Xavier/RS e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes.

ARTIGO 28- DO EXERCICIO SOCIAL

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

ARTIGO 29 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

ARTIGO 30- DAS OMISSÕES

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, “ad referendum” da Assembléia Geral.

ANEXO V

**ATA Nº 01/2001 E ATA Nº.02/2001
DA ASSOCIAÇÃO DO TENDEIROS DE FONTOURA**

Aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil
 um, reuniram-se na Câmara de Vereadores de F. X. X.
 a Sra. Gaudete (Vicente, Evandro), o sindicato dos trabalha-
 res rurais de F. X. (José Flávio Godoy da Rosa), a sec. da
 Agricultura de F. X. (Agostinho Marchese e João Carlos
 Catto), e os tendeiros do Pinhão; para criarem a
 associação dos tendeiros, que comercializam pinhão e
 outros produtos, na beira da faixa BR-386, consti-
 tuida de agricultores familiares, Também ficou acer-
 tado que será contactado o Jaer e a Sulvias para viabili-
 zação do projeto, ficando a cargo de fazer o con-
 tato o ematev e o STR; Houve a discussão e apro-
 vação de um estatuto; em seguida foi eleita a
 diretoria e empossada; sendo a seguinte composição:
 Pres. Olmino Waller, vice-pres. Osmar De Oliveira, Te-
 soureiro (rel) Raul de Oliveira, 2º tesoureiro Sílvio Bor-
 ges, e o conselho fiscal composto por Atilindo Bac-
 nam, e José Pedro Guindani e Sebastião D. S. Azevedo.
 e os suplentes do conselho Pedro Leopoldo Queiroz
 e Souza, Antônio Valdir Bacnam Santos e João Pedro
 da Maia. Sendo Consensada, encerramos esta Ata.

Vicente João, F. X. X., *[assinatura]*, *[assinatura]*
 Presidente. MARINO GOMES DE AZEVEDO *[assinatura]*
 Osmar De Oliveira *[assinatura]* Homero Fragata dos Santos
 Sílvio Borges *[assinatura]* José Pedro
 Atilindo Bacnam F. da Silva *[assinatura]* Maria De Souza
 Antônio S. Silveira *[assinatura]* Sílvio Borges *[assinatura]* Antônio S. da Silva Azevedo
 Antônio S. da Silva *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

Ata Nº 02. Aos Junte dias do mês de Abril, do ano de dois mil e um, às 10:00hs, na câmara de Vereadores de Fontoura reuniu-se os Agricultores de associações dos Tendeiros, juntamente e o Sindicato dos Trabalhadores na pessoa do sr. José Flávio Godoy de Rosa, EMATER, com Vicente, Eduardo e Elaine, Engenheiros civil da Prefeitura Municipal e José Sotelo, coordenador da SEAB sr Luiz Alberto, representantes do DAER sr Cleber, Luiz Melo, Márcio e Rogério e da Sul Vias sr. Luis Severo e Giuliano. Na sequência o sr José Flávio fez a abertura e um rápido histórico sobre o caminho até o momento percorrido. Posteriormente passou-se a palavra a EMATER na pessoa do sr Vicente José fin, o qual fez seu comentário e considerações bem como alguns esclarecimentos sobre o assunto. Em prosseguimento o sr Luiz Alberto representante da SEAB, pontou seu ponto de vista referente o assunto, resgatando o histórico e lembrou de importância de uma ação imediata para não perder o controle sobre a questão, uma vez que no ato de grande concentração. Passou-se então a palavra ao presidente da associação, qual comentou da necessidade de uma decisão e que esta fique o mais dentro da realidade atual. Em prosseguimento fez uso de palavra o sr Cleber, do DAER, qual salientou claramente a questão de responsabilidade quanto a localização das tendas a Beira do Rodovia, em decorrência ao fluxo existente. Deixou bem claro que é favorável, e que aceitar o que estiver dentro dos parâmetros e normativas rodoviárias e o que possibilitar usos, são claramente contra. Para

maiores esclarecimentos fez o uso de pluma o engenheiro do DAER explicando, esclarecendo e paltando suas considerações sobre o assunto. Na sequência o Sr. Luis Severo representante da concessionária, salientando que não são donos da Rodovias e sim administradores, para tanto não podem fazer nada fora o que é permitido por lei, para tanto lembrou que inicialmente o objetivo é o máximo de concentrações em inúmeros motivos, ressaltando de que não há verbas específicas na infraestrutura e de que alguém terá que pagar a conta, para tanto fez suas considerações e observações, colocando seu parecer e dizendo que estudaram o caso, mas que para apresentar a proposta, deverá haver uma pré-disposição por parte dos agricultores para esta aglutinação; ressaltando que querem proporcionar um local de trabalho mais com segurança. Na sequência entrou-se em fase de discussão, trata de idéias e questionamentos, ficando esclarecido e decidido a locação de duas tendas em frente ao parque, ^(em 27/1 + 400) bem como a frutificação que tem tomado o rumo desta discussão. Em nada mais se tendo a tratar, lauro esta ata que vai assinada por mim e demais presentes.



 Ass. Smt. Maria I. P. Steiner

 Refis Zucchi

 Rubimar A. da Silva

 Vicente José dos Santos

 Juliano

 Ass. Smt.